

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Olívia Andrade Coimbra

**A produção científica de teses e dissertações sobre a Ditadura Militar brasileira (1964 -1985): um estudo de caso no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo**

Belo Horizonte  
2021

Olívia Andrade Coimbra

**A produção científica de teses e dissertações sobre a Ditadura Militar brasileira (1964 -1985): um estudo de caso no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Memória social, patrimônio e produção do conhecimento.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota

Belo Horizonte  
2021

C679p  
Coimbra, Olívia Andrade.  
A produção científica de teses e dissertações sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985) [recurso eletrônico]: um estudo de caso no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo / Olívia Andrade Coimbra. – 2021.  
1 recurso eletrônico (115 f : il., color): pdf.  
Orientadora: Maria Guiomar da Cunha Frota.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.  
Referências: f. 98-107.  
Apêndice: f. 108-115.  
Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.  
1. Ciência da informação – Teses. 2. Governo militar – Brasil - Teses. 3. Produção científica – Brasil – Teses. I. Título. II. Frota, Maria Guiomar da Cunha. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 002:378

Ficha catalográfica: Maianna Giselle de Paula CRB:2642  
Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às 15:00 horas do dia 24 de março de 2021, por videoconferência, realizou-se a sessão pública para a defesa da Dissertação de **Olivia Andrade Coimbra**. A presidência da sessão coube a **Maria Guiomar da Cunha Frota**, orientadora. Inicialmente, a presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída: Alejandra Luisa Magalhães Estevez, Universidade Federal Fluminense, Fabrício José Nascimento da Silveira, UFMG Lorena Tavares de Paula - UFMG e Maria Guiomar da Cunha Frota, UFMG, orientadora. Em seguida, a candidata fez a apresentação do trabalho que constitui sua **Dissertação de Mestrado**, intitulada: "*A produção científica de teses e dissertações sobre a Ditadura Militar brasileira (1964 -1985): um estudo de caso no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo*". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença da candidata e do público e decidiu considerar **aprovada a Dissertação de Mestrado**. A banca destacou a excelência do trabalho e recomenda a publicação. O resultado final foi comunicado publicamente a candidata pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, se aprovada, será assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 24 de março de 2021.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Tavares de Paula, Professora do Magistério Superior**, em 30/03/2021, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabrício Jose Nascimento da Silveira, Professor do Magistério Superior**, em 31/03/2021, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Guiomar da Cunha Frota, Membro**, em 31/03/2021, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alejandra Luisa Magalhaes Estevez, Usuário Externo**, em 02/04/2021, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 0649530 e o código CRC 3BA8FD48.

---

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Tânia e Francisco, pelo amor, incentivo, apoio incondicional e acolhimento, sempre. Aos meus irmãos, Vitor e Flávio, e minha cunhada Roberta pela paciência e companhia nesses tempos de isolamento. Ao meu sobrinho Francisco, que nem completou 1 ano e já nos trouxe tantas alegrias, preenchendo nossas vidas de amor diariamente. À minha avó Letícia que sempre incentivou meus estudos e se orgulhou das minhas conquistas.

À minha orientadora, professora Guiomar, por me conduzir até aqui, sempre com muita compreensão e disposição para solucionar minhas dúvidas e dificuldades. Obrigada professora por me iniciar no “universo” da pesquisa científica e acreditar no meu potencial!

Aos meus colegas de orientação, Ana Cláudia Ribeiro, Alejandro Pinheiro, Azilton Viana, Felipe Hoffman e Pablo Gomes, pelas dicas, os ensinamentos e todo apoio. Especialmente Pablo e Ana por me oferecerem pacientemente os ‘ouvidos’ para as dúvidas mais bobas e para os desabafos nos momentos de angústia.

A todos meus colegas e professores que fizeram parte desse período de formação no mestrado. As aulas, as conversas despreziosas de corredor, todas as trocas foram muito importantes na minha formação.

Ao bibliotecário Gesner Xavier, também colega de mestrado, pela ajuda no início da pesquisa, que generosamente ofereceu auxílio na elaboração das estratégias de busca, parte fundamental da pesquisa.

Às professoras Alejandra Estevez e Lorena Tavares, e ao professor Fabrício Silveira pelas valiosas contribuições na banca de qualificação, que me permitiram aperfeiçoar a pesquisa. Sou duplamente grata a esses professores por também aceitarem participar da minha banca de defesa.

Enfim, sou grata por chegar com saúde até aqui, física e mental, pois em um momento adverso como o que vivemos em 2020/2021 a maior dádiva da vida é estar saudável.

## RESUMO

A Ditadura Militar brasileira (1964 - 1985) foi o mais longo período de autoritarismo vivido no país após a Proclamação da República. Foram anos marcados pela violência, desrespeito aos princípios básicos dos Direitos Humanos e censura à informação. Após a redemocratização, tornou-se urgente o entendimento desse período histórico. Assim, essa dissertação tem como objetivo pesquisar a produção científica que tem como tema a Ditadura Militar, analisando as teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS-USP). A problematização se orienta pela seguinte questão: Como os mecanismos políticos-legais que buscam memória, verdade, justiça e reparação no contexto da Justiça de Transição brasileira influenciam as características da produção científica de teses e dissertações sobre a temática Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) ao longo do tempo? De forma mais específica, a pesquisa buscou: recuperar teses e dissertações do PPGHS-USP que tratam do tema; caracterizá-las a partir dos indicadores, a saber: a) ocorrência de produção, b) ocorrência temática, c) ocorrências de referências bibliográficas, d) ocorrência de produtores (autores e orientadores); identificar a cronologia dos mecanismos políticos-legais que buscam memória, verdade, justiça e reparação entre os anos 2000 a 2019 e analisar as variações e frequências da produção científica, utilizando a cronologia proposta como referência. O procedimento metodológico adotado é o estudo de caso por proporcionar maior profundidade de análise. Para a coleta dos dados, utiliza-se a técnica de pesquisa documental. A metodologia possui lógica qualitativa, entretanto, emprega-se uma combinação de técnicas qualitativas e quantitativas, com o intuito de tornar a pesquisa mais robusta. Dessa forma, a análise dos dados ocorreu em duas dimensões: por meio de análises bibliométricas, utilizadas com a finalidade de descrever as características da produção científica do PPGHS, e por meio da análise de conteúdo, empregada para identificar a cronologia de mecanismos políticos-legais e compreender e organizar o conteúdo das teses e dissertações. A etapa de análise da cronologia revelou que o período com maior número de ações voltadas à justiça de transição estão entre 2002 e 2015. A partir de buscas realizadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foram recuperadas 83 teses e dissertações que tratam do tema ditadura militar, verificando crescimento da produção a partir de 2007, com grande concentração a partir de 2014. A análise da ocorrência de produção apontou que houve correspondência entre os períodos de maior produtividade de teses e dissertações com períodos de implantação e realizações dos órgãos relacionados aos mecanismos da justiça de transição, especialmente a Comissão Nacional da Verdade. Diante das análises das variáveis, constatou-se que os mecanismos da justiça de transição não são determinantes para a produção de teses e dissertações, mas podem influenciá-la, à medida que oferecem novas fontes informacionais, revelam memórias obscurecidas, reconstroem novas versões dos fatos passados, ampliam o acesso à informação e fomentam o debate sobre a ditadura militar, incidindo sobre o interesse acerca do tema, na elaboração de memórias e na construção de novos conhecimentos em relação a esse passado traumático.

**Palavras-chave:** ditadura militar; produção científica; tese; dissertação; justiça de transição; memória; verdade.

## ABSTRACT

The Brazilian Military Dictatorship (1964 - 1985) was the longest period of authoritarianism experienced in the country after the Proclamation of the Republic. They were years marked by violence, disregard for the basic principles of human rights and censorship of information. After the redemocratization, it became urgent to understand this historical period. Thus, this dissertation aims to research the scientific production that has as its theme the Military Dictatorship, analyzing the theses and dissertations of the postgraduate course in Social History of the University of São Paulo (PPGHS-USP). Problematization is guided by the following question: How do the political-legal mechanisms that seek memory, truth, justice, and reparation in the context of Brazilian Transitional Justice influence the characteristics of the scientific production of theses and dissertations on the theme Military Dictatorship in Brazil (1964-1985) over time? More specifically, the research sought: to recover theses and dissertations from PPGHS-USP that deal with the theme; to characterize them from the indicators, i.e.: a) occurrence of production, b) thematic occurrence, c) occurrences of bibliographic references, d) occurrence of producers (authors and advisors); to identify the chronology of political-legal mechanisms that seek memory, truth, justice and reparation between the years 2000 to 2019 and analyze the variations and frequencies of scientific production, using the chronology proposed as a reference. The methodological procedure adopted is the case study because it provides greater depth of analysis. For data collection, the documentary research technique is used. The methodology has qualitative logic, however, a combination of qualitative and quantitative techniques is used, to make the research more robust. Thus, data analysis occurs in two dimensions: through bibliometric analyses, used to describe the characteristics of the scientific production of PPGHS, and through content analysis, used to identify the chronology of political-legal mechanisms and understand and organize the content of theses and dissertations. The chronology analysis stage revealed that the period with the highest number of actions aimed at transitional justice is between 2002 and 2015. From the searches carried out in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, 83 theses and dissertations were recovered that deal with the theme military dictatorship, verifying the growth of production from 2007, with great concentration from 2014. The analysis of the occurrence of production pointed out that there was correspondence between the periods of higher productivity of theses and dissertations with periods of implementation and achievements of the organs related to the mechanisms of transitional justice, especially the National Truth Commission. In view of the analysis of the variables, it was concluded that the mechanisms of transitional justice are not determinant for the production of theses and dissertations, but they can influence it, as they offer new information sources, reveal obscured memories, reconstruct new versions of past facts, expand access to information and foster debate about the military dictatorship, focusing on the interest on the subject, on the elaboration of memories and in the construction of new knowledge in relation to this traumatic past.

**Keywords:** military dictatorship; scientific production; thesis; dissertation; transitional justice; memory; truth.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> – Produtividade de acordo com a Área de Conhecimento CAPES.....	52
<b>GRÁFICO 2</b> – Produtividade dos PPGs dentro da área de História.....	53
<b>GRÁFICO 3</b> – Ocorrência de produção por ano .....	73
<b>GRÁFICO 4</b> – Utilização dos termos Ditadura Militar e Ditadura Civil-Militar.....	79
<b>GRÁFICO 5</b> – Temáticas mais abordadas .....	82
<b>GRÁFICO 6</b> - Referência de acordo com o órgão associado à justiça de transição .	91
<b>GRÁFICO 7</b> – Consulta a acervos arquivísticos sobre a ditadura.....	92
<b>GRÁFICO 8</b> – Continuidade de produção dos autores .....	83
<b>GRÁFICO 9</b> – Quantidade de trabalhos por orientador .....	86

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> – Técnicas de análise aplicadas às variáveis analisadas.....	59
<b>QUADRO 2</b> – Marcos políticos-legais da Justiça de Transição (2000-2019).....	64
<b>QUADRO 3</b> – Realizações dos mecanismos associados à Justiça de Transição.....	68
<b>QUADRO 4</b> – Retrocessos nos mecanismos de Justiça de Transição .....	71
<b>QUADRO 5</b> – Temáticas das produções orientadas por Aquino.....	88
<b>QUADRO 6</b> – Temáticas das produções orientadas por Napolitano.....	89
<b>QUADRO 7</b> – Referências associadas à Justiça de Transição.....	90

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> – Nuvem de palavras-chave atribuídas pelos autores .....	76
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABIN</b>	Agência Brasileira de Inteligência
<b>ADPF</b>	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
<b>AI</b>	Ato Institucional
<b>ASI</b>	Assessoria de Segurança e Informação
<b>BDTD</b>	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
<b>BNM</b>	Brasil: Nunca Mais
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CEMDP</b>	Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos
<b>CENIMAR</b>	Centro de Informações da Marinha
<b>CGI</b>	Comissão Geral de Investigações
<b>CIDH</b>	Corte Interamericana de Direitos Humanos
<b>CIE</b>	Centro de Informações do Exército
<b>CIEX</b>	Centro de Informações do Exterior
<b>CISA</b>	Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
<b>CNV</b>	Comissão Nacional da Verdade
<b>CODI</b>	Centro de Operação de Defesa Interna
<b>CSN</b>	Conselho de Segurança Nacional
<b>DEOPS</b>	Departamento Estadual de Ordem Política Social
<b>DOI</b>	Destacamento de Operação e Informação
<b>DOPS</b>	Departamento de Ordem Política e Social
<b>DSI</b>	Divisão de Segurança e Informação
<b>EIMDP</b>	Equipe de Identificação de Mortos e Desaparecidos Políticos
<b>GTA</b>	Grupo de Trabalho do Araguaia
<b>IBICT</b>	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
<b>LAI</b>	Lei de Acesso à Informação

<b>AN</b>	Arquivo Nacional
<b>OAB</b>	Ordem dos Advogados do Brasil
<b>PNDH-3</b>	3º Programa Nacional de Direitos Humanos
<b>PPGHS</b>	Programa de Pós-Graduação em História Social
<b>PRONAC</b>	Programa Nacional de Apoio a Cultura
<b>PSOL</b>	Partido Socialismo e Liberdade
<b>REUNI</b>	Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
<b>SIAN</b>	Sistema de Informação do Arquivo Nacional
<b>SNI</b>	Sistema Nacional de Informação
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>20</b>
2.1	Ditadura Militar .....	20
2.2	Justiça de Transição .....	26
2.3	Informação e a construção da memória sobre a Ditadura Militar .....	40
2.3.1	Informação e memória .....	43
2.3.2	Teses e dissertações: da produção à comunicação científica .....	45
2.3.2.1	Teses e dissertações sobre a Ditadura Militar .....	48
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>49</b>
3.1	Caracterização da pesquisa.....	49
3.2	Escolha do caso e recorte temporal.....	51
3.3	Instrumentos e técnicas para coleta dos dados .....	55
3.4	Instrumentos e técnicas para análise dos dados .....	58
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>63</b>
4.1	Cronologia da busca por verdade, memória, justiça e reparação .....	63
4.2	Produção de teses e dissertações .....	72
4.3	Temática das teses e dissertações .....	75
4.4	Produtores das teses e dissertações .....	83
4.5	Referências utilizadas .....	90
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>94</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>99</b>
	<b>APÊNDICE A – Referências das teses e dissertações do PPGHS-USP.....</b>	<b>109</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira, instaurada pelo golpe de 1964, mudou a base da organização política no país. Foram 21 anos de governos militares autoritários que utilizavam práticas ditatoriais e repressivas enquanto governavam, ao mesmo tempo que prometiam liberdade e democracia no futuro. Foi um período marcado pela violência, desrespeito aos princípios básicos dos Direitos Humanos e censura à informação, a cultura e às artes. O próprio Estado que deveria proteger a população empreendeu ataques sistemáticos à segurança dos indivíduos com o intuito de eliminar opositores, usando a argumentação de que eram perturbadores da ordem e subversivos.

Marcas profundas foram deixadas na sociedade brasileira por esse período histórico, e é perceptível que esse passado recente ainda não foi assimilado pela população. Isso se comprova, entre outros, pelo fato de que, na última década, diversas foram as manifestações que ocorreram em prol de uma intervenção militar, assim como também a exaltação de torturadores por figuras públicas, a crescente onda revisionista e negacionista da história daquele período e o aparente desinteresse e desconhecimento de parte da população em relação ao tema.

No entanto, na mesma década, algumas conquistas no campo dos direitos humanos foram observadas. Foram promulgadas as leis de Acesso à Informação (12.527/11) e de criação da Comissão Nacional da Verdade (12.528/11), com a finalidade de garantir direito à informação, memória e verdade. Esses aparatos políticos-legais de memória e verdade estão inseridos em um campo mais amplo da Justiça de Transição, que tem como principal objetivo restabelecer o Estado de Direito e reconhecer as violações aos Direitos Humanos ocorridas em regimes de exceção, como o caso brasileiro.

No Brasil, os mecanismos da Justiça de Transição não foram empregados imediatamente após o fim do regime como em outros países da América Latina, e tampouco contemplaram todas as dimensões pretendidas. Ainda hoje, não houve penalizações aos agentes repressores que cometeram graves crimes de tortura e assassinato.

A impunidade dos crimes progressos favorece a perpetuação da cultura de violência ao longo do tempo, o que leva à reflexão sobre como o passado afeta o presente e como é possível projetar o futuro. Compreender tais nuances vai muito além de entender como os fatos aconteceram na história, implica, também, ter consciência de como práticas político-institucionais do período ditatorial se mantêm ativas após a redemocratização. Nesse cenário insere-se a manutenção de uma estrutura de militarização da polícia, o acionamento de mecanismos de estado de exceção quando convém ao Estado e a prática de violência exacerbada, comuns nas periferias e presídios brasileiros.

Na tentativa de assimilar e compreender esse período histórico que ainda faz parte do presente, a informação adquire centralidade, funcionando como subsídio fundamental na busca pela verdade e na elaboração de memórias do passado recente.

As informações disponíveis sobre a ditadura são mediadas por diferentes fontes informacionais que variam quanto à sua origem, formato e função. Os fundos documentais produzidos por órgãos responsáveis diretamente pela repressão e vigilância, os discursos proferidos por integrantes do governo, as reportagens jornalísticas, os documentos jurídicos, os testemunhos das vítimas, as publicações elaboradas por grupos não-governamentais de direitos humanos, as publicações governamentais após o período ditatorial e a produção científica são exemplos das diversas fontes de informação que subsidiam a elaboração da memória e a busca pela verdade.

Dentre essas fontes, a produção científica torna-se relevante para o entendimento do período ditatorial, à medida que contribui para a construção de novos conhecimentos por meio de métodos lógicos e sistemáticos, se desdobrando em diferentes formatos de documentos como as teses e dissertações. Elas são objeto de investigação desta pesquisa por apresentar de forma detalhada todo o processo de pesquisa científica, fornecendo abordagens atualizadas e, por vezes, originais de um tema. As teses e dissertações são produtos dessas pesquisas, às quais, ao serem publicadas para obtenção de título acadêmico, por passarem por critérios de avaliação e legitimação pela comunidade científica, garantem grande confiabilidade para essas fontes informacionais.

Muitas pesquisas científicas, no âmbito de diferentes disciplinas, se dedicaram/dedicam a estudar a Ditadura Militar brasileira (1964-1985) e seus desdobramentos, haja vista a importância dessa temática para a assimilação do passado violento e a compreensão de suas consequências na atualidade.

A abertura dos acervos de documentos sigilosos da Ditadura Militar, iniciada nos anos 1990 com a abertura dos acervos das polícias políticas estaduais, bem como o recolhimento do acervo do Sistema Nacional de Informação (SNI) nos anos 2000, associados a outras medidas de acesso à informação, impactaram no crescimento da produção acadêmica de teses e dissertações sobre o período, demonstrando como os aparatos políticos-legais de acesso à informação e busca pela verdade podem influenciar a produção científica no Brasil.

Considerando o cenário de disputas políticas e ideológicas polarizadas na sociedade brasileira atual, com discursos antidemocráticos que defendem o retorno de um regime violento e autoritário endossados pelo próprio Presidente da República, indicando a falta de clareza histórica do que foi a Ditadura Militar no Brasil e suas consequências para a sociedade, torna-se necessário ampliar a compreensão desse período histórico, com isso o conhecimento científico converte-se em uma via confiável para a construção de saberes e (re)significação das memórias que se encontram em constante disputa.

Diante do quadro apresentado, torna-se relevante compreender como a Academia lida com esse passado recente, ofertando novos conhecimentos e abordagens sobre o tema por meio dos seus produtos científicos, como as teses e dissertações.

A construção do conhecimento, seja ele do senso comum, tradicional, filosófico ou científico, está sujeita ao contexto ao qual pertence, dessa forma, a produção de teses e dissertações não está dissociada dos avanços e retrações das demandas por memória, verdade, justiça e reparação após o período de redemocratização. Tampouco está indiferente ao acesso à informação, que se intensificou após o ano 2000, com a abertura parcial de arquivos da ditadura, ampliando, assim, o prisma sobre os acontecimentos daquele período e revelando memórias obscurecidas.

Pensando na relação entre a produção científica de teses e dissertações e o contexto da busca por memória, verdade, justiça e reparação nos últimos 20 anos, essa pesquisa se orienta pela seguinte questão:

Como os mecanismos políticos-legais que buscam memória, verdade, justiça e reparação no contexto da Justiça de Transição brasileira influenciam as características da produção científica de teses e dissertações sobre a temática Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) ao longo do tempo?

De modo amplo, visa-se analisar as teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS-USP) que tratam do tema Ditadura Militar brasileira (1964-1985), entre os anos de 2000 e 2019, buscando compreender as variações das características dessa produção científica ao longo do tempo e sua relação com os mecanismos políticos-legais que buscam memória, verdade, justiça e reparação sobre esse período histórico.

De forma específica a pesquisa pretende:

- Recuperar teses e dissertações do PPGHS-USP sobre Ditadura Militar brasileira (1964-1985), indexadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD-IBICT)
- Caracterizá-las por meio dos indicadores: a) ocorrência de produção; b) ocorrência temática; c) ocorrência de referências bibliográficas; d) ocorrência de produtores (autores e orientadores)
- Identificar a cronologia dos mecanismos político-legais que buscam memória, verdade, justiça e reparação entre os anos 2000 e 2019;
- Analisar as variações e frequências das pesquisas científicas utilizando como quadro referencial os marcos temporais estabelecidos pela cronologia indicada acima.

A pesquisa aqui desenvolvida se insere no campo da Ciência da Informação, pois procurou investigar a produção de informação científica por meio das características bibliográficas das publicações de teses e dissertações.

A Ciência da Informação, que se consolidou teoricamente e institucionalmente na década de 1960 nos Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética, tem como um de

seus elementos constitutivos o estudo da produção, do uso e do fluxo da informação científica. Esses estudos são apontados por Araújo (2014) como uma das dimensões históricas e científicas que deram origem ao campo e posteriormente desenvolveu-se como uma subárea dedicada à análise e reflexão sobre as diferentes fontes e recursos informacionais presentes na prática científica e ao comportamento informacional do cientista.

Historicamente a produção científica tem sido objeto de estudo recorrente no contexto da Ciência da Informação. Na atualidade a atenção dedicada a essa produção se desenvolve especialmente pela ótica dos estudos métricos da informação, como a bibliometria e a cientometria, entretanto, a produção científica sobre a temática da Ditadura Militar é pouco explorada pela área. Em geral, as pesquisas sobre o período ditatorial na Ciência da Informação estão focadas na investigação dos acervos e documentos da repressão e resistência<sup>1</sup>.

Inserida dentro dos estudos da informação científica, a análise das teses e dissertações pode fornecer caminhos para a compreensão do cenário que envolve diferentes forças sociais, culturais e políticas acerca do período histórico da Ditadura Militar. Esses documentos são importantes fontes informacionais dotadas de materialidade, característica observada por Frohmann (2006) como aspecto de compreensão do caráter público e social da informação nos tempos atuais.

Entendendo a urgência de debruçar-se sobre o tema da Ditadura Militar na atualidade, a pesquisa utiliza aporte teórico, conceitual e metodológico do campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, a fim de compreender as dinâmicas informacionais oferecidas pelos produtos da ciência. Para uma aproximação com a temática da produção científica analisada e com o contexto da justiça transicional, recorre ainda aos conceitos e às referências da História e do Direito. Considera-se que, com aporte dessas áreas, é possível elaborar um quadro consistente sobre a temática e suas fontes de informação.

---

<sup>1</sup> Os levantamentos realizados por Frota (2019) e Moura e Karpinski (2020) oferecem uma visão geral sobre a produção científica relativa à ditadura militar abordada dentro da Ciência Informação.

A apresentação da pesquisa foi estruturada em cinco seções, passando pela conceituação do tema, metodologia estabelecida e resultados alcançados.

A primeira seção, a Introdução, apresentada acima, oferece um panorama sobre a ditadura militar e a justiça de transição, também indica o objeto de estudo desta pesquisa, as teses e dissertações que tratam da ditadura militar. Ela segue apresentando o tema, o problema e os objetivos da pesquisa.

A segunda seção intitulada Referencial Teórico apresenta uma revisão de literatura dos diferentes conceitos relevantes para esta pesquisa e estão divididos em subseções. A subseção Ditadura Militar aborda as características desse período, o início e o fim do regime, também aponta a visão de diferentes pesquisadores sobre a relação da sociedade e o regime militar. A subseção Justiça de Transição apresenta o conceito da justiça de transição, suas principais características e como ela ocorreu no Brasil até os dias atuais. A subseção Informação e a construção da memória sobre a Ditadura Militar aborda a importância da informação na elaboração da memória sobre o período ditatorial brasileiro seguindo com a apresentação das características das teses e dissertações que as tornam fontes informacionais relevantes para a investigação dessa temática.

A seção três apresenta a metodologia empregada nesta pesquisa, sua caracterização, a escolha do caso e o recorte temporal, os instrumentos e técnicas para coleta e análise dos dados.

As seções finais, quatro e cinco, apresentam as discussões dos resultados alcançados e as considerações finais, respectivamente.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Ditadura Militar**

A ditadura militar, iniciada em abril de 1964, foi o período mais longo de autoritarismo vivido no Brasil após a instauração da república. Durante 21 anos o país foi governado por generais militares que se revezavam no poder, caracterizando um regime ditatorial pautado pelo terrorismo de Estado como política de governo.

O regime militar foi instituído por meio de um golpe articulado pelo exército com apoio de partidos políticos de direita e de parte da elite da sociedade civil, composta, na

caracterização da obra clássica de Dreifuss (1981), por empresários, tecno-empresários e intelectuais, representantes de interesses financeiros multinacionais<sup>2</sup>. Esses grupos se opunham às reformas propostas pelo então presidente João Goulart (1961-1964), conhecidas como Reformas de Base, e alegavam que o país estava sob forte ameaça comunista, o que justificaria a intervenção militar como forma de evitar prejuízos econômicos e morais para o Brasil, causados por um possível governo orientado por essa ideologia.

Ao declarar a 'vacância da Presidência da República' com o presidente João Goulart, ainda em território nacional, na madrugada do dia 02 de abril de 1964, o Congresso Nacional legitimou o golpe institucional e favoreceu a eleição indireta de Castelo Branco em 09 de abril de 1964.

Ao longo do regime militar passaram pela cadeira de presidente cinco generais, com características distintas quanto às políticas setoriais, mas todos apoiados em uma proposta nacional-estatista de modernização por via autoritária. Governaram através de Atos Institucionais (AI), os quais consolidaram o caráter excludente, repressor e autoritário do regime que alterou a constituição, assim como cassou direitos políticos, fechou o Congresso, interveio nas esferas Estaduais e Municipais, censurou a imprensa e as artes e perseguiu opositores, utilizando a violência como política de Estado.

A violência praticada pelo governo segue a lógica da doutrina de Segurança Nacional que fundamentou o golpe e a manutenção do regime militar. Ela é pautada na construção de um inimigo interno e/ou externo que deve ser combatido a qualquer custo, não importando as medidas adotadas, desde que a segurança e a integridade nacional sejam mantidas. Por meio desse argumento os militares justificavam a necessidade de fortalecer o poder Executivo para proteger a nação contra a ameaça comunista, a subversão, o populismo e a corrupção, suspendendo garantias constitucionais e as substituindo por atos de exceção. (REMÍGIO, 2009; BUENO, 2014)

---

<sup>2</sup> Para uma melhor explanação das distintas perspectivas sobre as origens do golpe e seus atores hegemônicos ver Dreifuss (1981), Alves (1984) e Benevides (2003).

Reis Filho (2000) assinala que os dispositivos legais do AI nº 1, AI nº 2, Constituição de 1967, Lei da Imprensa e Lei da Segurança Nacional pretendiam dar “ares de legalidade” ao regime, mas que tinham a real intenção de controlar e reafirmar o Estado autoritário e ditatorial. Os AIs, decretos, leis e a Constituição forneciam amparo jurídico ao regime ditatorial à medida que o aproximava da legalidade preexistente do sistema político. Entre os anos de 1964 e 1977, foram editados 17 atos principais e 104 atos complementares que “[...] serviriam para consolidar um processo de ‘normatização autoritária’ que ainda permitia alguma previsibilidade no exercício de um poder fundamentalmente autocrático.” (NAPOLITANO, 2014)

O AI nº 5 é o mais lembrado pelas esferas populares quando se fala em ditadura militar, sendo recentemente mencionado pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro que propôs a reedição desse ato com o intuito de conter violentamente opositores políticos<sup>3</sup>. O AI nº 5 ganhou notoriedade por editar, de forma mais clara, medidas rígidas de repressão policial e política, entre elas a suspensão do *habeas corpus*<sup>4</sup> para presos políticos acusados de cometer crime contra a ‘segurança nacional’, favorecendo a prática de tortura por agentes do governo.

Todas as tentativas de oposição foram duramente reprimidas por intermédio de sofisticados aparatos montados pelo Estado, cujo objetivo era combater os crimes políticos. A estrutura repressiva contava com um conjunto de instituições de informação e segurança.

Os sistemas de informação, liderados pelo Sistema Nacional de Informação (SNI), estruturaram uma ampla rede de espionagem e de produção de informação sobre indivíduos e organizações considerados subversivos. Abaixo do SNI na estrutura hierárquica estavam as Divisões de Segurança e Informação (DSI) e as Assessorias de Segurança e Informação (ASIs), as primeiras estavam ligadas aos ministérios civis e “[...] encarregavam-se de controlar o aparato burocrático interno e as áreas sociais das quais se ocupavam [...]”, as segundas atuavam em universidades e empresas

---

<sup>3</sup> BENITES, Afonso. Maia diz que Eduardo Bolsonaro pode ser punido por aventar “novo AI-5”. **El País Brasil** [online]. 31 de out. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/31/politica/1572547003\\_998552.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/31/politica/1572547003_998552.html). Acessado em: 08 fev. 2021

<sup>4</sup> “Remédio jurídico que visa amparar a liberdade de locomoção, ou o direito de ir e vir, quando atingido ou ameaçado pela autoridade”. HABEAS CORPUS [ação]. In: MELLO, Maria Chaves de. **Dicionário Jurídico**: português – inglês, inglês – português. 10. ed. São Paulo: Método, 2013.

estatais. Os sistemas de informação não ficaram restritos à espionagem dentro do território nacional, também fazia parte do sistema o Centro de Informações do Exterior (CIE), responsável pelo monitoramento de brasileiros fora do país e estrangeiros dentro do Brasil. (ALVES, 1984, p. 173)

Os sistemas de informação tinham foco na coleta, armazenamento e produção de informações para usá-las como instrumento de controle social, mas não operava no combate direto da subversão. As operações de repressão política eram exercidas por órgãos criados com essa atribuição em conjunto a órgãos já existentes, como os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), criados nos anos 1920/1930 para manter a 'ordem social' em contexto de greves trabalhistas. Esse órgão exercia a função de polícia política, utilizando práticas violentas e ilegais para coibir atividades que colocassem em risco a 'segurança nacional'.

Os Dops foram amplamente aproveitados pelo sistema repressivo, mas, por seu caráter policial e por sua jurisdição restrita, teriam um papel auxiliar na máquina repressiva. Combater na guerra interna seria atribuição dos militares, em especial do Exército. Portanto, era necessário, do ponto de vista dos artífices da ditadura, criar novos órgãos, diretamente controlados pela Presidência da República e cujo raio de ação extrapolasse o âmbito estadual. (JOFFILY, 2014, p. 126)

Nesse contexto foram criados e reformulados órgãos para prender e interrogar presos políticos, utilizando a tortura e a execução como métodos para incutir terror. As três forças militares criaram órgãos internos para exercer a repressão política, com características informativas e operativas. O Exército criou em 1967 o Centro de Informações do Exército (CIE), a Marinha criou o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) em 1968 e a Marinha já possuía um serviço de informação e inteligência desde 1955, que foi reformulado com o nome de Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).

A estrutura do sistema de segurança se completava com os Destacamentos de Operações e Informações (DOIs) e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODIs), formando uma rede de órgãos repressivos por todo o país a partir de 1970. Os DOIs eram unidades responsáveis pela perseguição, captura e interrogatório dos suspeitos, considerados o braço armado dos CODIs. Estes coordenavam os quadros e unidades da repressão em uma determinada área, respondendo diretamente ao

chefe de uma das três forças militares à qual estavam subordinados. (NAPOLITANO, 2014)

Além de uma estrutura repressiva oficial “também funcionaram centros clandestinos de detenção, estabelecidos pelos centros de informações das Forças Armadas, pelos Dops ou por estruturas paramilitares criadas no seio desses órgãos.” (JOFFILY, 2014, p. 129)

Com o aporte da estrutura repressiva o Estado violou massivamente os direitos humanos, contabilizando 434 mortes e desaparecimentos de vítimas, além de inúmeras detenções ilegais e arbitrárias e diferentes práticas de tortura. (BRASIL, 2014)

O desaparecimento forçado foi uma técnica amplamente empregada pelos agentes repressores com o intuito de isentar o Estado de prestar qualquer esclarecimento e/ou informação sobre o militante desaparecido. Tratava-se de uma técnica sofisticada que envolvia diferentes etapas. Primeiro o desaparecimento físico do corpo, por meio dos métodos de incineração, esquartejamento, sepultamento como anônimo ou com nomes trocados. Depois era utilizado um aparato de contrainformação para desorientar e despistar os familiares das vítimas, plantando pistas falsas e caminhos burocráticos na busca por informações. (NAPOLITANO, 2014)

A tortura no Brasil não teve início e nem fim com a ditadura, posto já ser uma prática utilizada com muita frequência nos períodos coloniais, escravistas e republicano – antes de 1964. Após a redemocratização a tortura continua sendo prática constante entre atores estatais e não estatais, empregada pelas polícias civis e militares contra aqueles considerados marginais, principalmente nos presídios e periferias brasileiras, também por milícias e organizações criminosas, de diferentes naturezas, contra seus desafetos. Durante o período ditatorial foram empregados métodos brutais de tortura, de maneira coordenada e ampla, com o aval da alta cúpula do poder militar.

O interrogatório sob tortura foi uma das linhas mestras da repressão política. A violência dos tapas, socos e pontapés dos primeiros tempos sofisticou-se em torturas que seguiam uma ordem de intensidade crescente: palmatória, afogamento, “telefone”, pau de arara. Entre os instrumentos aplicados, ficaram célebres as máquinas de choque importadas dos Estados Unidos; a cadeira do dragão, que servia, no DOI paulista, para imobilizar as vítimas durante as descargas de energia elétrica; e a caixa conhecida pelo nome de “geladeira”,

empregada pelo DOI carioca, dentro da qual os prisioneiros eram submetidos a intensas variações de temperatura combinadas com períodos sucessivos de silêncio completo e ruído em altos decibéis. Foram inventariadas pela equipe do Projeto Brasil: Nunca Mais, em todo o país, **310 variações de tortura**, catalogadas em nove categorias usadas contra presos políticos e, por vezes, seus familiares. (JOFFILY, 2014, p. 131, grifo nosso)

A maioria da população acompanhava apática a repressão do governo. Para Rollemberg e Quadrato (2010), houve consenso e consentimento da sociedade em torno de um regime autoritário. Rollemberg (2010) identifica especificamente uma parcela da população que se mantinha inerte e indiferente aos fatos, caracterizando-as como pertencentes a uma “zona cinzenta” com aspecto ambivalente, situada entre a resistência e os apoiadores do regime.

Motta (2016) aborda a tríade adesão - no lugar de colaboração - acomodação - em lugar de conciliação – e resistência para classificar as relações entre o governo militar e a sociedade brasileira, especialmente no meio universitário. Para o autor, mesmo as pessoas que não desejavam aderir aos valores do governo não tinham intenção de resistir fortemente a ele, alguns por medo da repressão, outros por acharem inútil, de modo que buscavam maneiras de conviver com a repressão e autoritarismo.

Para Reis Filho (2010, 2015) a sociedade civil apoiou amplamente o regime militar, principalmente em seus primeiros anos. Após a segunda metade dos anos de 1970, o regime começou a sofrer desgastes, acentuando a perda de apoio de camadas da sociedade, principalmente nos centros urbanos e nos estados mais importantes. Segundo o autor, conforme o regime perdia apoio, as responsabilidades políticas e sociais dos civis eram esquecidas para privilegiar o caráter do golpe e do regime como puramente militares. Dessa forma, ele defende a utilização do termo Ditadura civil-militar, dando ênfase à participação conjunta entre civis e militar, na manutenção da ditadura.

Rollemberg e Quadrato (2010), Motta (2016) e Reis Filho (2010, 2015) consideram que compreender as relações entre o governo militar e a sociedade contribui para o entendimento dos impasses da transição ‘lenta, gradual e segura’, conduzida pelos militares, das dificuldades para superar inteiramente a ditadura e de como essas sociedades se relacionam hoje com a repressão e violência.

Como mencionado, a transição para o regime político democrático ocorreu de forma lenta e gradual e como aponta Teles (2010), “sem rupturas evidentes, pautada pela conciliação entre as elites civis e militares”. Ela começa a se delinear ainda durante o regime militar no governo do presidente Ernesto Geisel (1974 - 1979), por meio da revogação do Ato Institucional nº 5 e da restauração do *habeas corpus*. Seguido pela promulgação da Lei de Anistia (Lei nº 6.683/79), no governo do presidente João Baptista Figueiredo (1979 - 1985), que trouxe à discussão pública uma interpretação ambígua sobre os crimes políticos cometidos durante o período ditatorial. Na prática, essa lei iguala militantes da luta de resistência a integrantes do aparato repressivo, impedindo, dessa forma, que esses agentes sejam processados por seus crimes de sequestro, tortura, coação, estupro, morte, entre outros. Em 1985 ocorre a eleição indireta de um civil - Tancredo Neves - para o cargo de presidente, encerrando assim a estrutura militar que vigorava no poder Executivo brasileiro.

A característica conciliatória da transição brasileira é apontada por diferentes pesquisadores como um dos motivos da apuração precária dos crimes cometidos pelo Estado, além de promover o silenciamento e esquecimento em relação aos casos graves de violação dos direitos humanos. (FAGUNDES, 2019)

Diante de um legado de violações e abusos contra os direitos humanos praticados por governos autoritários, são necessárias medidas para consolidar a democracia e reafirmar as normas de direitos humanos. Nesse sentido, o Brasil, mesmo que tardiamente, adotou algumas iniciativas no campo da Justiça de Transição, com a finalidade de enfrentar esse passado doloroso e traumático.

## **2.2 Justiça de Transição**

Torelly (2012) define a Justiça de Transição como uma série de iniciativas que visam garantir uma mudança política bem-sucedida para alcançar o Estado de Direito, assegurando uma sociedade mais segura, justa e pacífica. De acordo com Abrão e Genro (2012, p.33), ela é um “conjunto de respostas concretas ao legado de violência deixado por regimes autoritários” que possui, entre seus objetivos, o reconhecimento das violações aos direitos humanos praticados por regimes de exceção e a consolidação da democracia pela memória, verdade, justiça, reparação e reformas institucionais.

O conceito de Justiça de Transição se consolida no contexto dos eventos pós-Segunda Guerra Mundial, com a instalação do Tribunal de Nuremberg<sup>5</sup> e programas de reparação às vítimas do nazismo. A partir de então emprega-se o conceito a distintos casos de sociedades que vivenciaram violações sistemáticas dos direitos humanos por meio de regimes antidemocráticos e autoritários, como, por exemplo, após o apartheid na África do Sul e após as ditaduras militares dos anos de 1960-1980 nos países da América Latina. (MEZAROBBA, 2009)

A Justiça de Transição ampara-se em distintos mecanismos para alcançar seus objetivos, dentre eles estão a apuração e responsabilização de crimes ocorridos durante regimes repressores e violentos, com o auxílio de instrumentos de investigação como as CNV; políticas de reparação moral e financeira às vítimas; reformas institucionais dos sistemas de segurança e justiça, e criação de Políticas Públicas para preservação da memória e da verdade, para que situações semelhantes não voltem a acontecer. Destacam-se como dimensões fundamentais desse conjunto de medidas a memória, a verdade, a justiça, a reparação e as reformas institucionais. (ABRÃO, GENRO, 2012; ABRÃO, TORELLY, 2011)

No Brasil, a implantação de políticas no âmbito da Justiça de Transição apresenta uma descontinuidade lógica ao propor medidas de perdão e reparação antes do esclarecimento da verdade e do exercício da memória.

A Justiça de Transição apresenta seu primeiro marco jurídico ainda durante o período ditatorial com a Lei de Anistia (Lei nº 6.683/79) em 1979, considerada por Abrão e Torelly (2011, p. 216) o “marco legal fundante da transição política brasileira”. A lei concede perdão aos crimes políticos e conexos, além de oferecer as primeiras medidas de reparação, uma vez que restitui os direitos políticos dos perseguidos e a possibilidade de reintegração ao trabalho para aqueles servidores públicos afastados arbitrariamente dos seus postos de trabalho.

Ao incluir o dispositivo de ‘crimes conexos’ em seu texto, a Lei de Anistia concedeu perdão aos agentes repressores do Estado, equiparando a violência praticada como política de Estado a ações dos opositores ao regime. Essa lógica de igualdade é

---

<sup>5</sup> “Aquele que, em 1945 a 1946, julgou os acusados de crimes contra a humanidade praticados durante a 2ª Guerra Mundial.” TRIBUNAL DE NUREMBERG. *In*: DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 4.

pautada no argumento da existência de uma ‘guerra’ entre dois lados que cometeram ‘excessos’, e diante disso merecem o mesmo tratamento. Na prática ela impede que torturadores sejam responsabilizados e condenados por seus crimes. (TELES, 2010)

A Lei de Anistia foi oferecida à sociedade como um ‘pacto de reconciliação’, que aderiu a essa narrativa, não de forma unânime, mas de forma consensual entre amplos segmentos sociais. E como consequência desse consenso em torno da conciliação houve o silenciamento dos atos de terror praticados na ditadura, negligenciando o debate sobre o passado autoritário e a busca pela verdade sobre as violações aos direitos humanos. (FAGUNDES, 2019)

A transição política no Brasil foi conduzida pelos militares de forma lenta e gradual, o que não favoreceu a criação de políticas voltadas para a memória, verdade e justiça. Elas foram implantadas tardiamente no país se comparadas a nações vizinhas no Cone-Sul, como a Argentina. Enquanto no país vizinho iniciam-se políticas governamentais de verdade e justiça logo no início do período transicional, nos anos 1980, durante o governo de Raúl Alfonsín, no Brasil tais políticas são implantadas a partir dos anos de 1990, com a criação da Comissão de Mortos e Desaparecidos (1995), nos anos 2000 cria-se a Comissão de Anistia (2002) e em 2011 a CNV. (FROTA, 2017; SILVA, 2014)

A Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) foi criada por meio da Lei 9.140/95 de 04 de dezembro de 1995, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Ela reconhece a responsabilidade do Estado por mortes e desaparecimentos de opositores políticos e empreende esforços na investigação e localização dos restos mortais dessas vítimas. A Lei 9.140/95 também prevê reparação econômica aos familiares dos mortos e desaparecidos. Inicialmente foram incluídos 136 nomes de desaparecidos, que anos mais tarde foram ampliados devido à Lei 10.536/02 (14 de agosto de 2002), que estende o período de cobertura da responsabilidade até 5 de outubro de 1988, e à Lei 10.875/04 (1º de junho de 2004), que amplia a análise de casos abrangendo casos de suicídio devido a sequelas psicológicas.

Para além dos trabalhos de investigação e reparação econômica, a CEMDP produziu o livro-relatório Direito à memória e à verdade em 2007, em que relata diversos abusos

cometidos durante o regime ditatorial, desconstruindo versões oficiais sobre o acontecimento dos fatos. O livro é uma publicação de grande importância na busca pela verdade e construção da memória.

Atualmente a CEMDP encontra dificuldades para realizar suas atividades devido ao desmonte de suas estruturas, definido pelo Decreto 9.759/19 (11 de abril de 2019), que dissolve o Grupo de Trabalho do Araguaia (GTA) e a Equipe de Identificação de Mortos e Desaparecidos Políticos (EIMDP). Também em 2019 houve a exoneração e substituição de quatro dos sete membros da comissão, descaracterizando os trabalhos da comissão por admitir membros que negam as violações de direitos humanos ocorridas no período ditatorial e atribuem a esse período um caráter positivo. (BENETTI et al, 2020)

Posterior à CEMDP foi criada a Comissão de Anistia por meio da Medida Provisória 2.151/01 (28 de julho de 2001), convertida na Lei 10.559/02 (13 de novembro de 2002) que possuía a atribuição de analisar e deferir os requerimentos de anistia política e calcular o valor da indenização a ser recebida. Alves (2015) aponta como a Lei 10.559/02 foi mais ampla ao incluir maior número de pessoas como possíveis anistiados, sendo que qualquer pessoa que alegasse ter sofrido perseguição política poderia requerer a anistia política, além de reformular a noção de anistiado político, passando o termo a ser oficialmente entendido como vítimas de perseguição que devem ser reparadas e não mais subversivos e terroristas que precisam ser perdoados.

A partir dessa noção de que o Estado que deveria pedir perdão e não perdoar, a Comissão de Anistia consolida um projeto político voltado para a reparação de forma mais abrangente, contemplando também a dimensão da reparação moral. Dessa forma, a “Comissão de Anistia se tornou um órgão protagonista na produção de memoriais sobre a ditadura, na elaboração de seminários sobre o período e esteve à frente de debates sobre a Justiça de Transição brasileira”. (ALVES, p. 59, 2015)

Ao longo de suas atividades foram produzidas diferentes publicações como livros, relatórios anuais e periódicos para trazer visibilidade ao tema e divulgar o trabalho do órgão. Outras iniciativas também foram implementadas, atendendo as dimensões do direito à verdade e à memória como o Projeto Marcas da Memória, que promove

estudos sobre a ditadura e abre espaço de escuta de pessoas impactadas pela violência desse período, e os projetos Anistia Política: educação para a democracia, cidadania, e direitos humanos e Anistia Cultural com viés educativo para democracia e direitos humanos.

A partir do projeto Anistia Política: educação para a democracia, cidadania, e direitos humanos, foram criadas as Caravanas da Anistia em 2008, importante marco para reparação moral das vítimas da ditadura militar. Trata-se de sessões públicas para o julgamento dos requerimentos de anistia e o pedido oficial de perdão do Estado. Ao incluir a dimensão moral na reparação, o Estado pretende sanar a ofensa moral e prevenir que graves violações aos direitos humanos voltem a acontecer.

Houve a tentativa de instalação do Memorial da Anistia Política do Brasil que criaria um acervo de documentos reunidos pela comissão desde sua instalação, funcionando como um centro de documentação para organizar, preservar e divulgar a memória do período de repressão no Brasil. A inauguração estava prevista para o ano de 2010, mas foi adiada diversas vezes até ter suas obras completamente suspensas em 2016. Nos anos seguintes foi alvo de investigação da Polícia Federal por denúncia de supostas irregularidades e em 2019 o governo federal cancelou sua implementação, alegando falta de recursos e o desejo de destinar a edificação para outros fins. (HOFFMAN, 2020)

Assim como a CEMDP, a Comissão de Anistia também vivencia um processo de desmonte desde o governo Michel Temer (2016-2018). Em 2016 este governo exonerou sete membros e os substituiu por novos nomeados. Seguindo essa dinâmica, em 2019 o governo de Jair Bolsonaro (2019-atual) nomeou novos membros, transformando de forma significativa a composição do Conselho do órgão ao incluir membros considerados incompatíveis com as funções da Comissão, como militares das Forças Armadas e da Polícia Militar que defendem torturadores e movem ações judiciais para anular as reparações concedidas. As mudanças promovidas desde 2016 refletiram em um alto índice de indeferimento de pedidos de anistia em 2019, indicando uma reversão de entendimento sobre a concessão de anistias. (BENETTI et al, 2020)

Benetti *et al* (2020) alertam para a estratégia do atual governo de utilizar as estruturas das CEMDP e Comissão de Anistia para disseminar um discurso favorável ao período ditatorial, negando a responsabilidade dos agentes repressores e do Estado pelas violações dos direitos humanos, além da tentativa de deslegitimar as políticas de reparação conquistadas até o momento.

A hipótese aqui apresentada, a partir dos primeiros indicativos, é a de que a estratégia assumida pela nova gestão não passa necessariamente pelo desmonte da estrutura das comissões de reparação, mas pela ocupação destes espaços para a construção de uma contra-narrativa baseada na valorização do regime militar. Trata-se de uso dos próprios órgãos criados para oferecer respostas à violência, em busca de fazer prevalecer uma perspectiva negacionista, que recusa o reconhecimento das graves violações aos direitos humanos ocorridas no período autoritário, o que não exclui redimensionamento dos mesmos, esvaziamento orçamentário e imposição de entraves ao seu funcionamento. Desmonte e reversão, nesse caso, parecem caminhar lado a lado. As estratégias de resistência e de valorização dos direitos humanos demandam a compreensão dos caminhos pelos quais têm se processado os ataques. (BENETTI *et al*, 2020, p. 14)

O estabelecimento das CEMDP e da Comissão de Anistia são medidas concretas para se alcançar os objetivos da Justiça de Transição. Elas estão pautadas sob o eixo da reparação, mas seus desdobramentos abarcam também as dimensões da busca pela verdade e memória.

Ainda que essas comissões tenham atuado no esclarecimento da verdade e consolidação da memória sobre o período ditatorial, elas não foram concebidas com o objetivo específico de investigar os crimes do passado e construir um novo discurso sobre o que foi a ditadura e suas consequências para a sociedade brasileira.

Foram necessários mais de vinte anos após o fim da ditadura para que o Estado brasileiro criasse uma política com o propósito de investigar e esclarecer a verdade sobre o passado traumático. Política institucionalizada em 18 de novembro de 2011 a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), por meio da Lei nº 12.528.

A iniciativa da criação da Comissão Nacional da Verdade surge a partir dos debates promovidos pelo 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), instituído em dezembro de 2009. Diferente dos PNDHs anteriores, o 3º inclui eixos de memória e de verdade e propõe a criação de uma Comissão da Verdade para funcionar como instrumento de investigação e promoção da verdade.

No curso dos 32 meses de trabalho a CNV confirmou 434 mortes e desaparecimentos de vítimas da repressão do Estado, sendo 191 mortos, 208 desaparecidos e 35 desaparecidos que tiveram seus corpos posteriormente localizados. Houve a identificação e responsabilização de 377 autores de violações de direitos humanos. O relatório final foi entregue em dezembro de 2014, comprovando que houve graves violações dos direitos humanos entre os anos de 1964 a 1985, que essas violações eram praticadas de maneira sistemática e generalizada, que elas caracterizam crimes contra a humanidade e que o quadro de graves violações ainda persiste. Diante das conclusões foram recomendadas 29 medidas “com o intuito de prevenir graves violações de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover o aprofundamento do Estado democrático de direito”. (BRASIL, 2014, p. 964)

Ao reunir e sistematizar um extenso repertório de documentos e de testemunhos, livre das limitações impostas pelo processo penal, no qual a avaliação das provas se orienta exclusivamente a comprovar a culpa ou a inocência do acusado, o Relatório da CNV contribuiu para a reconstrução da história de casos de graves violações aos direitos humanos. Com a participação de conselheiros, assessores e pesquisadores de distintas áreas do conhecimento, a CNV demonstrou que a prática de prisões ilegais, tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados entre 1964 e 1985, não foram resultado da ação isolada ou de “excessos” cometidos por determinados agentes do regime, mas foram fruto de uma ação organizada do Estado, com cadeias de comando bem estabelecidas. (MARTINS, ISHAQ, 2016, p. 45)

Em meio ao funcionamento da CNV houve um fenômeno de proliferação de comissões da verdade de diferentes tipos, uma peculiaridade do caso brasileiro caracterizado por Hollanda (2018) como “comissionismo”. Essas comissões possuem características variadas estabelecidas em âmbitos locais desde estados, municípios, universidades, sindicatos e associações profissionais. Algumas dessas comissões firmaram parcerias para cooperação e intercâmbio de informações com a CNV, permitindo maior capilaridade dos trabalhos desta comissão em um vasto território, como o Brasil. (TENAGLIA, 2019)

Ao realizar estudos sobre a cobertura midiática a respeito da ditadura militar durante o funcionamento da CNV, Sanglard (2017) verificou que a instalação dessa comissão foi responsável por ampliar a repercussão sobre o tema da ditadura e garantir cobertura jornalística aos trabalhos da comissão. A autora aponta que uma das funções das comissões da verdade é afetar a compreensão social a partir de medidas

que divulguem e fomentem o debate público, por meio de repercussão midiática e cultural, para que, assim, a sociedade possa elaborar suas memórias sobre esse passado traumático e as recomendações possam ser seguidas e cobradas pela população. (SANGLARD, 2017; 2018)

Desde a apresentação do projeto da CNV, em 2010, até a entrega do relatório final e encerramento de suas atividades, em 2014, houve intenso debate parlamentar no Congresso Nacional evidenciando a falta de consenso sobre a ditadura militar brasileira. Ganharam destaque os pronunciamentos do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, por ser um dos poucos a se opor e desqualificar abertamente os trabalhos da comissão e pelo teor do discurso negacionista das violações de direitos humanos e positivo ao período ditatorial. Ele foi o deputado com maior número de pronunciamentos (26) durante todo o período de funcionamento da CNV. (BARROS, 2020)

As narrativas negacionistas e elogiosas sobre o período ditatorial sempre encontraram espaço na sociedade brasileira, articulando argumentos como, por exemplo, a necessidade de medidas de tortura e morte serem adotadas em um período de 'guerra interna', a negação de que houve um golpe de Estado e a negação da responsabilidade dos militares sobre a violação dos direitos humanos. Entretanto esses argumentos ganharam maior notoriedade no contexto da CNV, sendo impulsionados pela ampliação da disseminação informacional por meio de novas tecnologias de compartilhamento de conteúdo e manutenção de redes sociais.

Como mencionado, os trabalhos da CNV já foram encerrados com a entrega do relatório final em 2014, permanecendo as recomendações que buscam a consolidação da democracia e a prevenção de abusos aos direitos humanos. Para dar seguimento e monitorar essas recomendações, em maio de 2016 foi criado um grupo de trabalho para instituir um órgão permanente com essa finalidade, entretanto, após o fim do mandato de Dilma Rousseff (2011-2016) não foi designado nenhum representante para integrá-lo. (MARTINS, ISHAQ, 2016)

O atual governo, corroborando com suas ações de desqualificar as medidas da justiça transicional, mediante a Portaria do Ministério da Economia nº 674/19 (30 de dezembro de 2019), excluiu do Programa de Promoção e Defesa dos Direitos

Humanos as iniciativas de fomentar projetos, debates e ações que visem ao cumprimento das recomendações da CNV.

A instalação de comissões de reparação e esclarecimento da verdade foram as medidas do Estado mais significativas para implementar a Justiça de Transição no Brasil, contudo foram adotadas outras iniciativas que buscam o esclarecimento da verdade e promoção da memória, sobretudo por meio do acesso à informação sem o qual não seria possível a implementação de nenhuma das medidas já citadas.

O acesso à informação sobre a ditadura militar está relacionado, sobretudo, ao acesso aos acervos documentais relativos às atividades dos governos militares. Diferente de outros países latino-americanos, a ditadura brasileira produziu e ainda mantém preservados muitos documentos provenientes dos diferentes órgãos de repressão que funcionavam durante esse período. (FICO, 2008)

Rodrigues (2011) aponta que a tradição em relação ao acesso aos arquivos no Brasil está pautada principalmente nas noções de 'proteção' e 'controle' dos documentos e que após a redemocratização a legislação referente ao acesso à informação passou por avanços e retrocessos nos distintos governos democráticos.

O direito de acesso à informação tem sua primeira normativa na Constituição de 1988, que inclui dispositivos remetendo a esse direito e à instituição do *habeas data*<sup>6</sup>, o que favoreceu a posterior criação de leis que regulam as instituições arquivísticas. Nos anos 1990 a Lei nº 8.159/91 (8 de janeiro de 1991) é sancionada, dispendo sobre a política nacional de arquivos e estipula os graus de sigilo e os prazos para acesso a documentos.

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foram assinados diversos decretos que davam ênfase à restrição do acesso a arquivos considerados sigilosos. Dentre eles o Decreto nº 4.553/02 (27 de dezembro de 2002) que gerou grande repercussão por retomar prerrogativas do Regulamento de Salvaguarda de

---

<sup>6</sup> “É concedido para: a) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes no registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) identificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo; c) anotação nos assentamentos de interessado, de contestação ou explicação sobre dado verdadeiro, mas justificável e que esteja sob pendência judicial ou amigável.” *HABEAS DATA*. In: DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 3.

Assuntos Sigilosos (Decreto nº 79.099/77) vigente no período ditatorial, ampliando o sigilo dos documentos ultrassecretos para 50 anos e instituindo o sigilo eterno em alguns casos, além de ampliar a gama de autoridades que poderiam classificar documentos.

Em meio à polêmica sobre o Decreto nº 4.553/02, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) promulgou a Lei nº 11.111/05 (5 de maio de 2005), que retoma os prazos estabelecidos pela Lei de Arquivos (Lei nº 8.159/91) e cria a Comissão de Averiguação de Análise de Informação Sigilosa, responsável por controlar os prazos de sigilo e a classificação de documentos. A Lei nº 11.111/05 foi uma tentativa do governo de lidar com as contestações da sociedade civil em relação aos prazos de sigilo, ao mesmo tempo que não desejava desagradar os militares, por isso a criação de uma comissão que mantinha o controle nas mãos do governo. (RODRIGUES, 2011; SILVA, 2014)

A lei mais recente que trata do acesso à informação é a Lei 12.527/11 (18 de novembro de 2011), conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), sancionada já no governo da presidente Dilma Rousseff. Essa lei foi enaltecida por converter-se em um recurso de combate à corrupção, uma vez que estabelece diretrizes que asseguram a transparência institucional nos âmbitos dos poderes Executivo e Legislativo. Ela também estabelece novos prazos de sigilo para as informações classificadas como ultrassecreta (25 anos), secreta (15 anos) e reservada (5 anos), e inova ao abordar a obtenção de informação relativa aos direitos humanos nos artigos 21 e 31, eliminando as restrições para acesso a informações sobre abuso dos direitos humanos e quando ela for necessária à defesa desses direitos. Essa característica inovadora permite que ela funcione como instrumento na busca da verdade sobre a violação aos direitos humanos praticados durante a ditadura, contribuindo com mecanismos da Justiça de Transição, como a CNV, que tem a finalidade de estabelecer o direito à verdade, memória e justiça. Não sem razão as Leis de Acesso à Informação e da criação da CNV foram sancionadas no mesmo dia. (FROTA, 2014)

Ainda em relação ao acesso à informação é importante destacar as ações de recolhimento dos arquivos produzidos e acumulados pelos órgãos da ditadura, definido por Silva (2014) como “arquivos da repressão”. A autora indica que os primeiros recolhimentos foram dos arquivos provenientes das polícias políticas

estaduais que ocorreram nos anos de 1990, nos estados do Paraná (1991), São Paulo (1992), Rio de Janeiro (1992) e Minas Gerais (1998). Apesar dos esforços em reunir o acervo documental, a questão do acesso ainda não estava clara e era distinta em cada região.

Nos anos 2000 foi adotada uma política de recolhimento mais abrangente e em âmbito nacional. Por meio do Decreto 5.584/05 (18 de novembro de 2005) foram recolhidos ao Arquivo Nacional os documentos arquivísticos públicos que estavam sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), referente ao acervo pertencente aos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI).

Em 2007 é criado o Projeto Memórias Reveladas, com suporte do Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), com o objetivo de facilitar a captação de recursos necessários para o tratamento dos acervos recolhidos em 2005 pelo Arquivo Nacional. No ano seguinte foram firmadas diversas parcerias entre instituições e o Arquivo Nacional para troca de informações e criação de um banco de dados compartilhado, que resultou na criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas por intermédio da Portaria da Casa-Civil nº 204/09 (13 de maio de 2009).

O Centro de Referência é coordenado pelo Arquivo Nacional e tem o objetivo de reunir e sistematizar a documentação sobre o período ditatorial, tornando-se um espaço para estudo e pesquisa desse passado traumático por meio “[...] de registros que desconstroem os fatos e simulam versões justificadoras dos atos de violações generalizadas aos direitos humanos”. (ABRÃO, GENRO, 2012, p. 225)

O projeto Memórias Reveladas empreendeu diversas iniciativas para garantir os direitos à memória e à verdade sobre um período marcado pela desinformação e violência sistematizada. Foram realizados quatro seminários entre os anos de 2010 e 2019 e duas exposições entre os anos de 2011 e 2014, também foi lançado o Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas em 2009, um concurso para premiar trabalhos que utilizem fontes documentais do período de 1964-1985, como forma de incentivo a pesquisadores. A cooperação estabelecida entre o projeto Memórias Reveladas e as Comissões da Verdade Nacional e locais foi fundamental para as investigações

efetuadas por esses órgãos. Atualmente o banco de dados do projeto possui 18 milhões de páginas de documentos textuais digitalizados, incluindo acervos federais, estaduais e parte dos documentos produzidos ou acumulados pela CNV, já firmou 155 parcerias no Brasil e exterior e, em setembro de 2019, enviou ao Ministério da Justiça um novo projeto para tratamento de acervos estaduais. (ARQUIVO NACIONAL, 2021)

Muitos esforços foram empreendidos para o esclarecimento da verdade e elaboração da memória, contudo, informações de extrema importância sobre a ditadura ainda não estão disponíveis devido à não localização e abertura dos arquivos do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), do Centro de Informações do Exército (CIE) e do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), órgãos de investigação e repressão ligados diretamente aos comandos militares. (THIESEN, 2019)

Quanto à dimensão das reformas institucionais, Abrão e Torelly (2011) apontam uma série de medidas que foram implantadas após a redemocratização visando a consolidação do Estado de Direito e a não repetição de regimes ditatoriais, entre elas estão a criação do Ministério da Defesa, que submete os comandos militares ao poder civil, a criação do Ministério Público, órgão criado para defender os interesses da sociedade, a extinção dos DOI-CODI e DOPS, a revogação da lei de imprensa criada na ditadura e o encerramento das atividades do Serviço Nacional de Informação (SNI). Os autores indicam que houve um aumento dos mecanismos de controle e transparência da administração pública e reformas significativas nos sistemas de Justiça, tratando-se de um processo contínuo na consolidação da democracia. Ainda assim, não houve reformas nas Forças Armadas e nos sistemas de Segurança Pública (Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros), mantendo estruturas e estratégias autoritárias em pleno funcionamento após a transição, que se atualizam e funcionam como políticas de controle social.

A dimensão da justiça é considerada o maior obstáculo para se alcançar os objetivos propostos pela Justiça de Transição no Brasil, visto que não houve punição aos agentes perpetradores de violações aos direitos humanos praticadas durante a ditadura, devido à permanência do entendimento da Lei de Anistia que isenta de punição aqueles que praticaram 'crimes conexos'.

Houve tentativas para reverter esse quadro de impunidade no Brasil e merecem destaque as seguintes ações:

- Em 2009 a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF nº 153) levada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao Supremo Tribunal Federal (STF), considerando o dispositivo de ‘crimes conexos’ presente na Lei de Anistia, que concedem perdão a autores de crimes hediondos e contra a humanidade, incompatíveis com a Constituição Federal de 1988. No ano seguinte o STF, por 7 votos a 2, julgou a ação improcedente, mantendo o entendimento da abrangência de anistia a agentes públicos. Em 2014 o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) protocolou uma nova ADPF (nº 320) com o mesmo teor que está em andamento no STF.
- Em 2010 a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) condenou o Estado brasileiro no caso Gomes Lund vs Brasil, conhecido como Caso Guerrilha do Araguaia, pelos crimes praticados durante o período ditatorial. Além de estabelecer a jurisprudência<sup>7</sup> exigindo o julgamento penal a agentes públicos violadores dos direitos humanos, as garantias do direito à verdade, a obrigação de reparação às vítimas e determina a impossibilidade de anistia em casos de crimes contra a humanidade. Contudo, a CIDH pode apenas recomendar essas ações ao Estado brasileiro não alcançando a efetividade da punição. Em 2018 houve condenação semelhante no Caso Vladimir Herzog “[...] em que a Corte reiterou a exigência de processos penais, apoiada em provas reunidas pela CNV [...]”. (BENETTI *et al*, 2020, p. 8)
- Os familiares de mortos e desaparecidos também tiveram iniciativas judiciais, entre elas estão o caso da família do jornalista Vladimir Herzog que em 1978 ganhou a ação judicial em que o Estado reconhece que a morte da vítima ocorreu por crimes de tortura, e os casos das famílias Almeida Teles e Merlino que entraram com ações para o reconhecimento da responsabilidade do coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra por atos de tortura, em 2005 e 2007 respectivamente. A ação da família Teles foi julgada parcialmente procedente,

---

<sup>7</sup> “1. Ciência do Direito. 2. a) conjunto de decisões judiciais uniformes ou não; b) conjunto de decisões uniformes de juízes e tribunais sobre uma dada matéria.” JURISPRUDÊNCIA. *In*: DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 3.

obtendo declaração de responsabilidade civil do réu. A ação da família Merlino foi arquivada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Ao arrolar brevemente a cronologia dos marcos políticos e legais da Justiça de Transição, identifica-se um ‘espalhamento’ pontual das medidas tomadas ao longo das quatro décadas que sucederam a Lei de Anistia, evidenciando, assim, a característica de uma transição longa e que não contempla todas as dimensões pretendidas. Enquanto houve avanços em alguns aspectos, como a reparação econômica às vítimas por meio das leis 9.140/95 e 10.559/02 e a busca pela verdade com a instalação da CNV, pouco se avançou em relação à justiça que, passados 30 anos do fim da ditadura, ainda não puniu nenhum dos agentes violadores dos direitos humanos.

O modelo de transição brasileiro apoia-se na tríade “reparação, memória e verdade”, mantendo ênfase nas vítimas e não nos agentes repressores, com isso a responsabilização pelos crimes ocorre de forma parcial e a dimensão da justiça não é contemplada. Essa característica evidencia uma Justiça de Transição ainda incompleta no Brasil, reforçando a necessidade da ampliação dos direitos decorrentes da transição, sobretudo o direito à verdade e à memória, busca por justiça e responsabilização individual e as reformas institucionais, especialmente nas áreas de segurança. (TORELLY, 2012)

A Justiça de Transição é um processo que não ocorre de forma espontânea e no Brasil houve muita pressão de grupos da sociedade civil, especialmente de familiares das vítimas e organizações ligadas aos direitos humanos para que fossem implantados mecanismos políticos-legais pelo Estado no alcance dos objetivos por ela propostos.

Diante de todos os esforços para o enfrentamento do passado traumático deixado pela ditadura militar, observa-se atualmente uma desarticulação da sociedade civil para dar continuidade ao que foi implementado até aqui. Em que há uma parcela da sociedade aderindo à narrativa defendida por Jair Bolsonaro em relação à ditadura, outros tantos acreditando que se trata de um passado já superado mesmo

reconhecendo as arbitrariedades daquele período<sup>8</sup>, e ainda os mesmos grupos atuantes na busca por justiça e verdade<sup>9</sup>.

Em relação à esfera estatal observa-se um desmonte combinado a uma reestruturação das políticas no âmbito da justiça transicional, haja vista que o poder Executivo, que promoveu até então as principais medidas no campo transicional, é chefiado hoje por um presidente que exalta e caracteriza o período ditatorial como positivo<sup>10</sup> e promove um progressivo enfraquecimento das políticas públicas voltadas aos direitos humanos.

### 2.3 Informação e a construção da memória sobre a Ditadura Militar

A Ditadura Militar deixou um legado de violência e impunidade na sociedade brasileira. Diante disso a busca por memória e verdade se faz necessária como resgate do passado distorcido pela repressão e censura, evitando assim que fatos semelhantes ocorram novamente. A informação adquire centralidade na tentativa de compreender esse período tão complexo que envolve disputa e construção de sentido.

A informação é um elemento potencial para a transformação de ideias, opiniões, regras e símbolos, causando impacto em instituições e sujeitos por meio da sua busca, apreensão, uso e disseminação. Possuí-la é sinônimo de poder, poder de compreensão, de decisão, de busca de propósito pelos sujeitos sociais.

Ao considerar a informação como modificadora do tecido social, adota-se o conceito de informação como um fenômeno social presente nos trabalhos de Capurro (2003) e Frohmann (2000, 2001, 2006). Entendendo a produção, o compartilhamento e o uso

---

<sup>8</sup> G1. Datafolha: 75% apoiam a democracia e 78% dizem que o regime militar foi ditadura. **G1** [online]. 27 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/27/datafolha-75percent-apoiam-democracia-e-78percent-dizem-que-regime-militar-foi-ditadura.ghtml>. Acessado em: 13 jan. 2021

<sup>9</sup> REVISTA FÓRUM. Caminhada do Silêncio: ato em São Paulo lembra vítimas da ditadura militar. **Revista Fórum** [online]. 31 mar. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/caminhada-do-silencio-ato-em-sao-paulo-lembra-vitimas-da-ditadura-militar/>. Acessado em: 13 jan. 2021

<sup>10</sup> CAMPOS, João Pedrosa de. Doze vezes que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. **Veja** [online]. 04 nov. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/>. Acessado em: 13 jan. 2021

BITTENCOURT, Julinho. Bolsonaro diz que presos políticos foram tratados com dignidade pela ditadura militar. **Revista Fórum** [online]. 17 dez. 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-presos-politicos-foram-tratados-com-dignidade-pela-ditadura-militar/>. Acessado em: 13 jan. 2021

da informação como processos de troca entre os sujeitos, que adquirem relevância de acordo com o meio social que estão inseridos.

Capurro (2003) identifica a existência de três paradigmas na Ciência da Informação: o físico, o cognitivo e o social. O paradigma físico fundamenta-se na Teoria Matemática da Comunicação de Shannon e Weaver (1949-1972), segundo a qual existiria um objeto físico que é transmitido entre um emissor e um receptor. O paradigma cognitivo proposto por Brookes (1977-1980) define a informação em um plano imaterial, formulada em espaços cognitivos ou mentais, considerando os diferentes estados de conhecimento do indivíduo frente aos estímulos informacionais. O paradigma social expande a dimensão da informação centrada apenas em um indivíduo isolado e leva em conta todo contexto em que a informação é produzida, coletada, organizada, interpretada, armazenada, disseminada e os usos que dela se fazem. O autor indica que os diferentes paradigmas não se excluem, apenas encontram limites quando não conseguem analisar e explicar fenômenos do mundo.

Diante dos diferentes paradigmas apresentados por Capurro (2003), considera-se relevante esclarecer que neste trabalho, os estudos sobre informação fundamentam-se teoricamente pela perspectiva do paradigma social, por entender que é por meio deste que podemos compreender a informação como um fenômeno social envolvendo diferentes práticas que permitem a conexão entre os atores sociais, bem como seus hábitos, costumes, regras e condições de produção e uso. É no bojo do paradigma social que o autor conduz seus estudos, indicando a importância dos aspectos sociais e culturais para os sistemas de informação. Capurro salienta, ainda, a visão reducionista do paradigma cognitivo por não considerar os 'condicionamentos sociais e materiais do existir humano'.

Frohmann (1995) e Hjørland (2003), citados por Capurro (2003), também tecem críticas ao paradigma cognitivo, por não se atentar ao contexto social nos processos informativos. Frohmann (1995) aponta que sem a construção social, tais processos conduzem a informação para um nível de pulverização de partes que não estabelecem relações. Hjørland (2003) aborda a superação da perspectiva individualista ao tratar da importância dos diferentes grupos sociais que desenvolvem critérios próprios para seleção e relevância da informação.

Partindo dos estudos de Capurro, Araújo (2010) oferece uma boa síntese do pensamento desse autor ao abordar o paradigma social, entendendo a informação como produto de uma construção coletiva, considerando sempre o contexto ao qual ela pertence.

[...] o modelo de informação “social” entende que informação é uma construção (algo é informativo num momento, em outro já não é mais; tem relevância para um grupo, mas não para outro; e assim sucessivamente). E mais, é uma construção conjunta, coletiva – ou melhor, intersubjetiva. O que é informação não é produto de uma mente única, isolada, mas construído pela intervenção dos vários sujeitos e pelo campo de interações resultante de suas diversas práticas (ARAÚJO, 2010, p. 97).

Dessa forma, a dimensão social nas ações de trocas entre sujeitos é determinante na constituição da informação, resultando em práticas sociais distintas que envolvem fatores como os padrões comunicacionais, o compartilhamento de significados, a atribuição de importância e as condições de uso e reprodução por cada indivíduo que se relaciona com os demais dentro de um grupo.

O documento é produto dessas práticas sociais compartilhadas por diferentes sujeitos e instituições. Os aspectos físicos do documento, junto às práticas sociais institucionalizadas, indicam o caráter de dupla materialidade da informação, que segundo Frohmann (2001) são os fatores que condicionam a existência dessa.

A materialidade da informação vai além dos aspectos físicos da informação, entendidos aqui como os diferentes tipos de mídia que tornam a informação inteligível para o ser humano. Ela está associada também a sua estabilidade ao longo do tempo, conduzidas por dinâmicas socioculturais.

Frohmann (2000) recorre à análise do discurso de Foucault e aos estudos sobre documentação de Otlet para conceituar a informação como objeto dotado de materialidade. Também relaciona os estudos de Wittgenstein sobre linguagem e ação com os estudos de Foucault sobre linguagem e poder, para conceber o documento como produto de uma prática social. (SALDANHA, ORTEGA, 2019)

Estabelecidas as condições para sua materialidade, a informação, quando disponível para ser acessada em qualquer tempo, possibilita novos usos e construções a partir

da sua compreensão, funcionando como insumo para a memória e construção de identidade de um povo.

### 2.3.1 Informação e memória

A memória está associada às noções de lembrar e esquecer, permitindo um dinamismo entre fatos ocorridos no passado, no qual situações, locais, sujeitos e datas são evidenciados em detrimento de outros. Autores como Pollak (1992) e Burke (2011) citam os estudos de Maurice Halbwachs, realizados nos anos de 1920/30, que abordam a memória individual e coletiva como fenômenos construídos socialmente e capazes de proporcionar ao indivíduo o sentimento de pertencimento a um grupo com que se identifiquem. Le Goff (2013) também aborda a memória como uma construção social ao indicar como sua apreensão depende do ambiente social e político.

A construção da memória é subjetiva, seletiva e possui múltiplos atores, bem como muitas são as fontes informacionais que subsidiam essa elaboração e posterior disseminação.

Entendendo o caráter multidimensional da construção da memória, Jelin (2017) promove uma reflexão de como os diferentes atores sociais e políticos elaboram e dão sentido ao passado recente de violência política e terrorismo de Estado. A análise desse tempo passado torna-se complexa à medida que envolve variedades de tempos, sentidos, narrativas e trocas entre sujeitos, estabelecendo assim significações subjetivas sobre o mesmo período. É importante destacar nos estudos da autora como a memória é parte do presente e do futuro, uma vez que o tempo não é linear, impossibilitando, assim, uma resolução definitiva ou fixa para o passado.

A reconstituição de fatos do passado ocorre em acordo com a interpretação de seus sentidos no tempo presente, imbricando passado e presente para a composição das memórias. Esse enlace dos tempos remete aos atos de lembrar e esquecer que só são possíveis no tempo do agora, conforme indica Sarlo (2007):

Poderíamos dizer que o passado *se faz presente*. E a lembrança precisa do presente porque, como assinalou Deleuze a respeito de Bergson, o tempo *próprio* da lembrança é o presente: isto é, o único tempo *apropriado* para lembrar e, também, o tempo do qual a lembrança se apodera, tornando-o *próprio*. (SARLO, 2007, p.10, grifo do autor)

No presente, o sujeito é capaz de lembrar e esquecer aquilo que não viveu diretamente e isso só é possível através do exercício da memória, que por sua vez é constituída por meio de fontes informacionais.

Sarlo (2007, p. 92) traz a perspectiva da mediação e do registro dos discursos como formas de conhecer os fatos do passado ao afirmar que “[...] se o passado não foi vivido, seu relato só pode vir do conhecido através de mediações; e, mesmo se for vivido, as mediações fazem parte desse relato”.

Essas mediações ocorrem a partir das práticas sociais que nos fala Frohmann (2000, 2001, 2006), conferindo à informação a materialidade necessária para ser transmitida ao longo do tempo, o que torna evidente seu caráter público e social.

Múltiplas são as formas de mediar a informação para a elaboração das memórias, e o Estado com tendências autoritárias utiliza diferentes meios para legitimar as suas representações do passado como melhor lhe convém. Empregando desde mecanismos de repressão a imposição e controle informacional para incutir uma “memória pública oficial”, baseada em um cenário de opacidade informacional. (TEDESCO, 2011)

Por outro lado, a sociedade civil também cria mecanismos de busca concernentes à memória e à verdade. No caso brasileiro podem ser citados dois exemplos que ocorreram ainda no período inicial da transição: o Dossiê de Mortos e Desaparecidos de 1984, organizado por comissões de familiares das vítimas e pelos comitês brasileiro pela anistia; e o projeto Brasil: Nunca Mais (BNM) publicado em 1985, produzido por movimentos de direitos humanos e pela igreja católica.

Ambos são casos emblemáticos de produção social de informações sobre a memória em um contexto de violações dos direitos humanos no Cone-Sul. De acordo com Frota (2019), essa produção precedeu a produção governamental e acadêmica sobre o tema, servindo assim como insumo e referência para as produções dessas instituições.

O acervo documental do Projeto BNM tem sido amplamente utilizado por todas as comissões oficiais de apuração de violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura: a de mortos e desaparecidos (1995), a de anistia (2002) e a da verdade (2011). A referência a documentação de todas essas organizações não governamentais

também está presente em parte significativa da literatura acadêmica brasileira nos campos da história, do direito e da arquivologia. (FROTA, 2019, p. 165)

A produção, o acesso e o uso de fontes informacionais sobre o passado ditatorial recente refletem intensamente na elaboração e disputa por sentido e significação das memórias de repressão e resistência. Nesse contexto, a Academia apresenta-se, a partir de sua produção científica, como um espaço social relevante para construção de conhecimento e reflexão sobre esse período histórico, fornecendo fontes informacionais oriundas de atividades sistemáticas e racionais.

### **2.3.2 Teses e dissertações: da produção à comunicação científica**

As teses e dissertações são documentos produzidos para registrar e comunicar os percursos teóricos, metodológicos e os resultados das pesquisas científicas desenvolvidas ao longo dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

A pesquisa é considerada a maneira mais eficaz de produção científica. Ela articula teoria e investigação empírica, se desdobrando em distintas etapas que se iniciam a partir da delimitação e da problematização do objeto de investigação, seguindo para a elaboração de hipóteses ou pressupostos. Para responder ao problema de pesquisa são selecionados e/ou criados métodos e estratégias que vão comprovar ou reformular as hipóteses ou pressupostos, conduzindo a conclusões sobre o objeto investigado. O percurso entre a problematização até as conclusões não ocorre sempre na mesma sequência e requer constantes revisões e adaptações.

Após a conclusão da pesquisa científica segue a etapa final, a da divulgação dos resultados. Essa etapa é fundamental para que a pesquisa possa atender aos requisitos de qualidade e confiabilidade, já que submete seus resultados à crítica da comunidade científica.

A apresentação dos resultados da pesquisa ocorre por meio da comunicação científica. Para Meadows (1999), a comunicação científica é essencial para a ciência, o autor iguala sua importância à própria pesquisa, entendendo que sem ela não poderia haver legitimação e aceitação pelos pares, e, dessa forma, não haveria debate para a construção de novos conhecimentos.

A definição mais difundida de comunicação científica é dada por Garvey e Griffity (1972 – 1979), citados por Mueller (2000) e Targino (2000), que a entendem como um fluxo de informação composto por diversas ações de produção, disseminação e uso da informação, passando pelos estágios da origem da ideia até sua aceitação pela comunidade científica, garantindo estabilidade à informação dentro do universo do conhecimento científico.

As ações cumpridas por um pesquisador ao longo do fluxo proposto por Garvey e Griffity geram documentos que podem variar de formato, suporte, público e função, como salienta Mueller (2000):

Nesse modelo é fácil perceber que a informação flui por muitos canais, e que diferentes tipos de documentos são produzidos no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, variando conforme o público a que se destina e o objetivo de quem a comunica. (MUELLER, 2000, p. 30).

Os relatórios técnicos, trabalhos apresentados em congressos, teses, dissertações, patentes, normas técnicas e artigos científicos são alguns exemplos das formas que a informação científica pode ser comunicada à comunidade científica e à sociedade, cada uma atendendo a seu público e seu objetivo de comunicação. (MUELLER, 2000)

Dentre as diferentes formas de comunicação científica, a comunicação por meio das publicações de teses e dissertações é considerada como critério para a obtenção do título acadêmico de mestre ou doutor. O público ao qual essa comunicação se destina, em um primeiro momento, são os colegas da mesma especialidade, responsáveis por avaliar o trabalho de pesquisa científica e conceder o título acadêmico.

Após apresentadas à banca de avaliação, as teses e dissertações podem ficar disponíveis para outros pesquisadores ou quaisquer leitores interessados, seja na forma de um exemplar disponível na biblioteca da instituição em que o trabalho foi defendido ou em repositórios institucionais, a depender da permissão do autor e das políticas de desenvolvimento de acervos da instituição.

A divulgação e o acesso às teses e dissertações foram potencializados pela criação de repositórios<sup>11</sup> e bibliotecas digitais, o que conseqüentemente aumenta a

---

<sup>11</sup> Os repositórios institucionais estão associados ao movimento de livre acesso à informação científica e têm o intuito de fomentar a comunicação científica, conferindo maior visibilidade às publicações nessa área. Marcondes e Sayão (2009, p.9) definem os repositórios institucionais como “[...] uma

visibilidade do conhecimento científico não apenas dentro dos círculos científicos, mas em todas as esferas da sociedade. (LOPES, ROMANCINI, 2006, p. 145)

Devido ao tipo de disponibilização e acesso, Gomes, Mendonça e Souza (2000) classificam as teses e dissertações como literatura cinzenta por serem reproduzidas em um número limitado de cópias, por não estarem disponíveis em esquemas comerciais de venda, por não serem objeto de depósito legal e por não receberem numeração padronizada, como os livros e artigos de periódico. As autoras destacam também outras características relevantes desse tipo de publicação para a comunicação científica ao afirmarem que “[...] em muitos casos a informação que veiculam é mais detalhada do que aquela que aparece nos artigos de periódico e nos livros; [...] é uma informação altamente atualizada, disponível e não determinada apenas por interesses comerciais.”

As teses e dissertações constituem-se fontes informacionais confiáveis, à medida que passam pelo crivo de uma comunidade científica, que atestam sua qualidade, relevância e pertinência dentro de uma área do conhecimento.

Kobashi e Santos (2006) destacam a importância dessas fontes informacionais em meio aos diferentes documentos oriundos das atividades científicas, devido a sua forma de organização e supervisão, permitindo um “olhar privilegiado” sobre o conhecimento de determinada disciplina.

A forma como as teses e dissertações são organizadas e apresentadas oferece uma revisão de literatura rica e ampla, abrangendo diferentes referências e conceitos, além de detalhar todo o percurso metodológico da pesquisa, facilitando sua compreensão e reprodutibilidade. Logo, todas as partes que constituem esse documento possuem a mesma relevância que os resultados da pesquisa.

As teses e dissertações são alguns dos diferentes documentos produzidos ao longo do processo de comunicação científica, que se encontra em constante evolução. Com o uso de novas tecnologias de comunicação e informação, o acesso à informação se torna mais ágil e amplo, favorecendo a elaboração de novos conhecimentos que

perduram ao longo do tempo para prover melhorias sociais, econômicas, políticas e culturais por meio da ciência.

### **2.3.2.1 Teses e dissertações sobre a Ditadura Militar**

As teses e dissertações sobre a ditadura militar são o objeto empírico desta pesquisa, mas em outros momentos e por outras perspectivas de estudo, já foram analisadas por distintos pesquisadores.

No campo da História, os pesquisadores Carlos Fico (2004) e Alejandra Estevez e Fabiana Bandeira (2014) ofereceram um panorama da produção acadêmica de teses e dissertações sobre o período ditatorial entre os anos de 1971 a 2013.

Fico (2004) analisou teses e dissertações defendidas entre os anos de 1971 e 2000. Indicou um total de 214 documentos, observando um crescimento gradual da produção ao longo do tempo, com pico de crescimento entre os anos de 1996 e 2000, com 74 produções. Do total, 9 delas foram publicadas no exterior e os primeiros trabalhos estão inseridos no campo da Ciência Política e da Sociologia.

O autor aponta que os estudos históricos sobre o período ditatorial foram construídos no bojo do que se chama 'nova história' pelos historiadores, que não é fundada no marxismo, mas sim na subjetividade e na valorização do cotidiano. O que justificaria a predominância de temáticas acerca da arte e da cultura nas pesquisas realizadas por historiadores. De forma geral as temáticas mais abordadas foram: os movimentos sociais urbanos, cultura, economia e os movimentos de esquerda e a oposição em geral.

Alejandra Estevez e Fabiana Bandeira (2014) sistematizam seu estudo com o intuito de levantar tendências e apontar questões sobre essa produção acadêmica, analisando a trajetória temporal, distribuição regional, produção temática e área disciplinar, estabelecendo um recorte temporal entre 1982 a 2013.

As autoras constataram um aumento da produção após os anos 2000, com crescimento significativo no campo da História em relação às outras áreas, especialmente a partir do ano de 2005. Quanto à distribuição regional, verificaram maior produção entre os eixos Sul-Sudeste, devido à maior consolidação dos Programas de Pós-Graduação (PPG) nessas regiões. Entre as temáticas mais

abordadas estão cultura, imprensa e os trabalhadores, ressaltando como o tipo de abordagem pode variar de acordo com a região em que se encontra o PPG, no qual aqueles programas mais tradicionais privilegiam questões de abrangência nacional e os de universidades menores ou criados há menos tempo oferecem um ponto de vista da História Regional.

Estevez e Bandeira (2014) consideram que o crescimento da produção nos últimos anos está atrelado à ampliação do acesso à informação após os anos 2000 e à abertura de novos cursos de pós-graduação em universidades que se encontram fora do eixo Sul-Sudeste, possibilitados por meio do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI<sup>12</sup>).

Fico (2004) também aponta o acesso à informação, principalmente o acesso aos acervos documentais dos DOPS estaduais e os acervos de órgãos em funcionamento durante a ditadura que estão sob custódia do Arquivo Nacional, como propulsor do crescimento das pesquisas realizadas por historiadores após os anos 2000.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Caracterização da pesquisa**

O percurso metodológico aqui traçado adota uma abordagem vinculada ao método Indutivo, por oferecer uma visão de um caso particular para entendimento de cenário geral, uma vez que a partir da observação dos fatos específicos há a possibilidade de conclusões mais abrangentes.

Do ponto de vista dos objetivos, caracteriza-se como descritiva, por verificar a relação entre as variáveis, cronologia sobre as diferentes dimensões da Justiça de Transição e os indicadores que caracterizam as publicações de teses e dissertações, como também, por descrever as características dessas publicações, critérios indicados por Gil (2002) como determinantes para esse tipo de classificação. Aproxima-se de uma classificação exploratória por tratar de uma temática pouco problematizada na Ciência da Informação, ademais, de acordo com Gil (2002), o objetivo da pesquisa exploratória é familiarizar-se com temas pouco conhecidos.

---

<sup>12</sup>O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096/07 e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior. (BRASIL, 2010)

Adota-se lógica qualitativa, pois busca contextualizar a relação entre as variáveis indicadas, entretanto utiliza técnicas quantitativas e qualitativas de forma combinada, com o intuito de tornar a pesquisa mais robusta.

A técnica qualitativa utilizada é a análise de conteúdo, definida por Laville e Dionne (1999) como o estudo minucioso do conteúdo de um documento, a fim de revelar ou reconstruir o sentido de um documento. Em relação à dimensão quantitativa, foram empregadas técnicas bibliométricas, usadas para medir processos de produção, disseminação, recuperação e uso da informação registrada, geralmente associada a estudos de ranking, frequência ou distribuição. (BUFREM, PRATES, 2005; KOBASHI, SANTOS, 2009; VANTI, 2002)

Para melhor compreender as relações que se estabelecem entre o comportamento de pesquisa científica e os mecanismos políticos-legais de memória, verdade, justiça e reparação, adotou-se como procedimento o estudo de caso por proporcionar maior profundidade de análise.

Laville e Dionne (1999) entendem o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa baseada em dados existentes, que são aqueles já presentes na situação investigada, os quais o pesquisador traz à tona sem tentar modificá-los. Identificam também como essa estratégia evidencia outros tipos de relações que podem se mostrar esclarecedoras dentro de uma situação, ampliando as possibilidades para além das relações lineares de causa e efeito. E destacam como vantagem mais notável a possibilidade de aprofundamento da pesquisa, o que permite mais do que uma simples descrição e sim uma explicação para os fatos.

Yin (2001) define o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa que, dotada de lógica própria para coletar e analisar evidências empíricas, investiga eventos da vida real, preservando a totalidade de suas características mais significativas. Indica ainda que há vantagem em utilizar o estudo de caso quando ocorre a combinação de três fatores: 1) a forma da questão de pesquisa sendo 'como' ou 'por que', por serem mais explanatórias; 2) quando o pesquisador tem pouco ou nenhum controle sobre o evento pesquisado; e 3) quando trata-se de eventos contemporâneos.

A estratégia do estudo de caso apresenta-se como uma opção adequada quando o pesquisador pretende compreender o fenômeno considerando a influência do

contexto que o envolve, aspecto destacado por Yin (2001) como determinante para escolha dessa estratégia:

Em outras palavras, o método de estudo de caso poderia ser utilizado quando deliberadamente houvesse o desejo de lidar com condições contextuais – acreditando que elas poderiam ser altamente pertinentes ao fenômeno de estudo.

Diante disso, julga-se o procedimento do estudo de casos como mais adequado para lidar com o problema proposto nesta pesquisa, uma vez que se busca compreender a produção científica de teses e dissertações até os dias atuais (fenômeno contemporâneo), indexados em um repositório (dados existentes; pouca interferência do pesquisador sobre o fenômeno), levando em conta o cenário político-legal que envolve essa produção (contexto).

### **3.2 Escolha do caso e recorte temporal**

O caso escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi o da produção científica de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em História Social da USP (PPGHS-USP). A definição do caso baseou-se no critério de maior produtividade de teses e dissertações sobre o tema, dentro das áreas do conhecimento e posteriormente dentro dos Programas de Pós-Graduação.

Como mencionado na seção ‘Teses e dissertações sobre a ditadura militar’ dessa pesquisa, outros trabalhos se ocuparam em estudar a produção científica de teses e dissertações sobre a Ditadura Militar, entre eles o das pesquisadoras Alejandra Estevez e Fabiana Bandeira (2014), que identificaram uma tendência de crescimento da produção na área da História em meados do ano 2000.

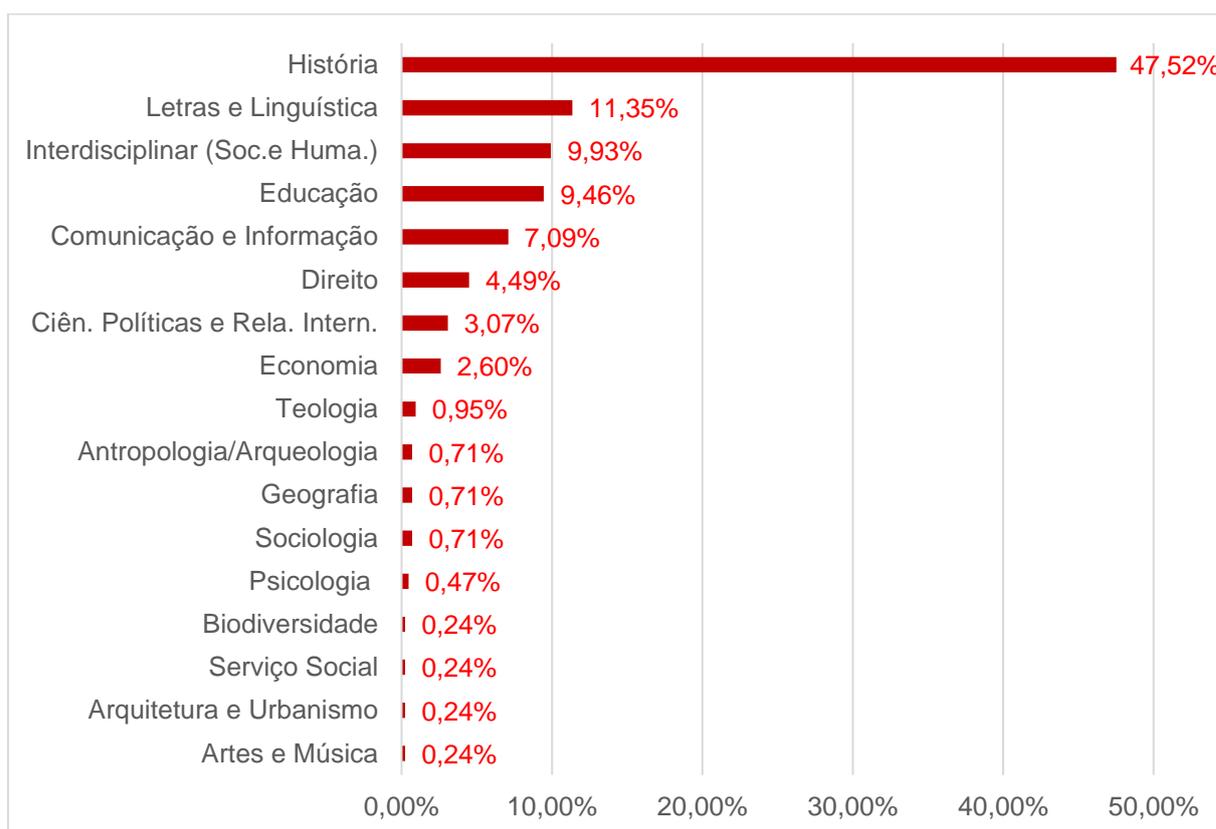
Corroborando com essa evidência, o trabalho de Coimbra, Frota e Gomes (2019) identificou maior produtividade também na área da História entre os anos 2000 a 2019. A metodologia utilizada nesse trabalho será replicada aqui com o intuito de atualizar os dados em relação à área do conhecimento com maior produtividade e identificar dentro dessa área qual o PPG com maior produtividade.

Dessa forma, foi realizada uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) entre os dias 20 e 28 de maio de 2020, de teses e dissertações com o tema “Ditadura Militar”, definindo como recorte temporal o período entre 2000

a 2020. Após a busca foram eliminados os registros com dados incompletos sobre o PPG vinculado. Utilizou-se a Tabela de Áreas do Conhecimento da CAPES<sup>13</sup> (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para classificar os PPGs por áreas do conhecimento/avaliação. Procedeu-se com uma análise estatística simples: produtividade por área ou PPG pela totalidade de publicações.

Foram identificados 671 documentos entre teses e dissertações e após o critério de eliminação chegou-se a 423. As publicações estão dispostas entre 17 áreas distintas com maior concentração na área de História, representando 47,52% do total, quatro vezes maior que a segunda área com maior número de publicações, a área de Letras e Linguística com 11,35% do total de publicações, confirmando a ocorrência de maior produtividade na área da História.

**GRÁFICO 1** – Produtividade de acordo com a Área de Conhecimento CAPES

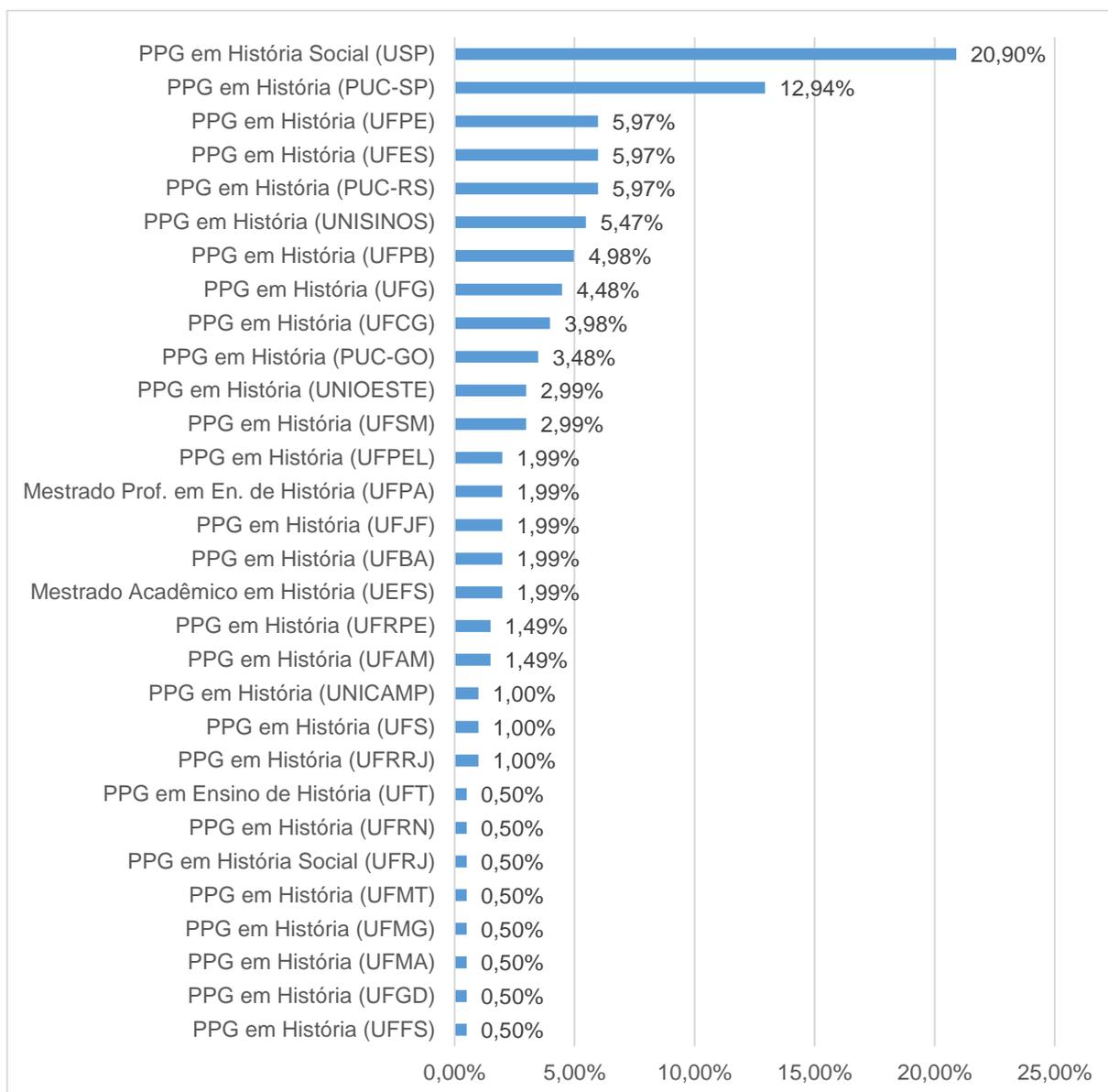


**Fonte:** elaborado pela autora

<sup>13</sup> Disponível em: <https://uab.capes.gov.br/avaliacao/documentos-de-apoio/91-conteudo-estatico/avaliacao-capes/6831-tabela-de-areas-de-conhecimento/avaliacao>. Acessado em: 20 maio 2020

Quanto aos PPGs, identificou-se dispersão entre 30 diferentes programas, com maior concentração de publicações no PPG em História Social da USP, representando 20,90% do total, seguido pelo PPG em História da PUC-SP com 12,94% do total.

**GRÁFICO 2** – Produtividade dos PPGs dentro da área de História



**Fonte:** elaborado pela autora

Escolheu-se, então, a produção científica de teses e dissertações do PPG em História Social da USP como caso a ser analisado, uma vez que este programa apresenta maior produtividade sobre o tema Ditadura Militar.

O PPG em História Social da USP é um dos programas mais antigos de pós-graduação em História do Brasil, com registros de defesa da primeira tese em 1939,

9 anos depois da fundação da Universidade de São Paulo. Alia tradição e novas tendências historiográficas para produzir pesquisas de ponta. Possui um quadro de docentes consolidado com uma média de 60 professores permanentes e 20 colaboradores, além de estabelecer Convênios Internacionais coordenados ou com participação dos professores-orientadores de diferentes países. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2020)

Para além das tendências estatísticas, o PPG em História Social da USP se estabelece como um dos mais tradicionais e consolidados Programas de Pós-Graduação em História do Brasil, sendo reconhecido por sua excelência no Brasil e no exterior. Segundo Barbatho (2011), o PPGH da USP foi o primeiro fundado no Brasil, criando as modalidades de mestrado e doutorado no mesmo ano, sendo o único a oferecer as duas titulações até o ano de 1978.

O PPGHS-USP desde 2017 é estruturado em 7 linhas de pesquisa: Escravidão e História Atlântica; História dos Movimentos e das Relações Sociais; História Política; História da Cultura; História, Cultura e Poder; História da Ciência e da Técnica; Cultura Material e Visual, Historiografia e Documentação. As linhas agregam docentes de diferentes áreas com o intuito de ampliar os campos de estudo no âmbito da História Social, estimulando “[...]investigações articuladas de forma transversal na busca de temas, questões e fontes.” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2021b)

Apesar de não possuir uma linha de pesquisa específica sobre o estudo da temática da ditadura militar o programa frequentemente oferta disciplinas que tratam desse tema. Entre os anos de 2019 e 2021 foi ofertada ao menos uma disciplina por semestre abordando a ditadura militar no Brasil e/ou América Latina e entre elas estão: ‘A Ditadura Militar de Pinochet’, ofertada no segundo semestre de 2019 pelos professores Marcos Napolitano e Rolando Vallejos; ‘Relações Entre Arte e Política na Historiografia da Ditadura Militar Brasileira’ ofertada no primeiro semestre de 2020 pela professora Miriam Motta; ‘A Relação entre Imprensa e Política no Brasil (1961-1964)’ ofertada no segundo semestre de 2020 pelos professores Thiago Fidelis e Marcos Napolitano; ‘Transição, Política e Ditadura’ ministrada por Elizabeth Cancelli e ‘O golpe de 1964 e o regime militar’ ministrada por Marcos Napolitano, ambas ofertadas no primeiro semestre de 2021. (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2021a)

Em relação ao recorte temporal, delimitou-se o período entre 2000 e 2019, com o intuito de oferecer uma perspectiva contemporânea sobre o fenômeno estudado, visto que trabalhos anteriores, mesmo que elaborados em outras áreas, contemplaram a análise de teses e dissertações defendidas em décadas anteriores.

Atenta-se também para o contexto político-legal das décadas de 2000 e 2010 em relação à ampliação do acesso à informação sobre o período ditatorial, com a criação de iniciativas e recursos legais como o Projeto Memórias Reveladas (2005), a Lei de Acesso à Informação (2011) e a Criação da Comissão Nacional da Verdade (2011), funcionando como instrumentos esclarecedores da verdade sobre aquele período. Entendendo, assim, o acesso à informação e à verdade como propulsores da produção científica.

### **3.3 Instrumentos e técnicas para coleta dos dados**

Para a coleta dos dados, foi utilizada a técnica de pesquisa documental, posto que as fontes de informação analisadas são documentos já publicados. Essa técnica consiste em coletar e agrupar documentos para descrever ou reproduzir seu conteúdo, selecionando as informações consideradas pertinentes para o desenvolvimento do trabalho. (LAVILLE, DIONNE, 1999)

As teses e dissertações do PPGHS da USP com temática Ditadura Militar constituem o corpus de análise central da pesquisa proposta e são documentos previamente publicados, produzidos com finalidades independentes desta pesquisa.

Para recuperar as publicações, foi realizada uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). As buscas ocorreram entre os dias 15 de setembro de 2020 e 23 de novembro de 2020.

A escolha por essa base decorreu devido as suas características operacionais de seleção de parâmetros, que funcionam como filtros para os resultados, e da possibilidade de busca combinada entre os campos de busca por título, resumo e palavra-chave, além da possibilidade de importação dos dados no formato de tabelas (formato CSV) e por se tratar de um repositório de livre acesso à produção científica que reúne textos completos de teses e dissertações defendidas em diferentes instituições brasileiras, incluindo a USP.

Para definir a base de dados utilizada na pesquisa, foram realizados pré-testes em outras bases, com o intuito de garantir uma busca precisa ao mesmo tempo abrangente sobre o tema. Foram testados também o Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. O primeiro não apresentou características operacionais de seleção de parâmetros precisas, não permitiu a busca combinada entre diferentes campos de busca, como autor, título e resumo e não ofereceu a possibilidade de importação dos resultados em nenhum formato, por isso foi desconsiderada. Quanto à Biblioteca Digital da USP, foi realizado um trabalho de checagem entre ela e a BDTD-IBICT e verificou-se que todos os trabalhos recuperados sobre o tema constavam nas duas bibliotecas digitais, entretanto a biblioteca da USP não ofereceu a possibilidade de importação dos resultados e por esse motivo não foi utilizada.

A estratégia de busca utilizou a combinação entre o conceito Ditadura Militar e seus sinônimos e termos relacionados, logo foram escolhidos os seguintes termos:

- **Conceito:**
  - Ditadura Militar
- **Variações:**
  - Ato Institucional
  - Comissão da Verdade
  - Ditadura
  - Ditadura civil-militar
  - Esquerda armada
  - Esquerda revolucionária
  - Golpe de 1964
  - Golpe militar
  - Governo militar
  - Justiça de Transição
  - Lei de Anistia
  - Luta Armada
  - Regime ditatorial
  - Regime militar
  - Repressão militar

- Revolução de 1964

Foi elaborada uma expressão de busca contemplando todos os termos, que em seguida foi utilizada nos campos de busca por título, palavra-chave e resumo mediante a seleção da busca avançada, selecionando na correspondência de busca a opção qualquer termo.

O resultado da busca passou por revisão para identificar as teses e dissertações que se enquadram nos critérios de tema e recorte temporal, por meio da análise do resumo, palavras-chave e data da defesa.

Os termos para a busca foram elencados através de uma revisão de literatura sobre a temática, entendendo a diversidade e heterogeneidade dos termos como forma de ampliar o escopo de busca por informação, à medida que permite uma pesquisa mais exaustiva. A inclusão do termo 'Revolução de 1964' se fez pensando nas diversas variações que a temática poderia assumir, mesmo que se entenda no contexto desta pesquisa que não houve uma revolução, mas sim um golpe de estado perpetrado por militares.

O processo de busca descrito acima, desde a escolha da base de dados, passando pela definição dos termos de busca até a recuperação dos documentos, é considerado por Maricato (2011) a primeira fase das práticas metodológicas adotadas no âmbito da bibliometria.

Como indicado na seção 'Caracterização da pesquisa', as técnicas bibliométricas são empregadas em conjunto com outras técnicas no decorrer desta pesquisa. Ao adotar essas técnicas para recuperação das teses e dissertações, pretendeu-se garantir a qualidade e confiabilidade do *corpus* de análise para posterior elaboração dos indicadores, aspecto que será tratado com mais profundidade na seção seguinte.

Além do *corpus* principal de análise, foi necessária a consulta de outros documentos para compreender como as variações das características das teses e dissertações se relacionam com o contexto no qual foram produzidas.

Para a identificação dos marcos temporais dos mecanismos políticos-legais relacionados à Justiça de Transição, foram utilizados documentos legislativos, como leis, decretos, atos normativos, publicações provenientes dos trabalhos das

Comissões de Mortos e Desaparecidos (1995), da Anistia (2002) e da Verdade (2011), além de bibliografia específica sobre o tema.

Os currículos *Lattes* dos produtores (autores e orientadores) que mais produziram sobre o assunto foram consultados para verificar o percurso de formação e elaboração de pesquisas sobre o tema Ditadura Militar, buscando indícios que se relacionam com o contexto político-legal.

Para sistematizar e organizar os dados e informações coletadas, foi montado um banco de dados utilizando o programa Microsoft Excel por permitir cálculos para avaliações quantitativas e apresentação dos resultados por meio de gráficos e tabelas.

### **3.4 Instrumentos e técnicas para análise dos dados**

Segundo Yin (2001), o procedimento do estudo de caso requer uma estratégia analítica específica para garantir que nenhum dado coletado seja ignorado ou tratado inadequadamente. O autor sugere diferentes técnicas para conduzir a análise de forma a “[...]produzir conclusões analíticas irrefutáveis e eliminar interpretações alternativas.”

Ao avaliar essas diferentes estratégias condutoras da análise dos dados, identifica-se na análise de séries temporais a melhor opção para esta pesquisa, por se ater ao estudo do fenômeno ao longo do tempo, preocupando-se com o curso dos acontecimentos. Dessa forma, são identificados indicadores e categorias de análise, específicos em um intervalo de tempo bem definido, para compreender a relação dos eventos no decorrer do tempo. (YIN, 2001)

Qualquer que seja a natureza da série de tempo, o objetivo mais importante do estudo de caso é examinar algumas questões do tipo “como” e “por que” sobre a relação dos eventos ao longo do tempo, e não apenas observar as tendências que surgem com o tempo isoladamente. (YIN, 2001, p. 148)

Para estabelecer as séries temporais, a análise dos dados se desdobra em duas dimensões: i) uso de técnicas bibliométricas para gerar indicadores capazes de descrever o comportamento científico da produção de teses e dissertações sobre a Ditadura Militar ao longo do recorte temporal estabelecido; ii) uso da técnica de análise de conteúdo, tal como propõem Laville e Dionne (1999), para identificar uma cronologia dos mecanismos políticos-legais que busquem memória, verdade, justiça

e reparação após o ano 2000 e também para compreender e organizar o conteúdo das teses e dissertações.

Dessa forma, as variáveis cronologia da Justiça de Transição e indicadores que caracterizam as publicações de teses e dissertações são submetidos a diferentes técnicas de análise, buscando uma avaliação ampla que contemple as peculiaridades de cada item analisado. O quadro 1 apresenta uma síntese da aplicação das duas dimensões de análise sobre cada uma das variáveis verificadas:

**QUADRO 1** – Técnicas de análise aplicadas as variáveis analisadas

<b>Variáveis</b>	<b>Documentos Analisados</b>	<b>Etapa</b>	<b>Técnica de Análise</b>
Cronologia	Bibliografia pertinente e documentos legislativos	Etapa única	Análise de conteúdo
Ocorrência de produção	Teses e dissertações	Etapa única	Bibliométrica - Análise tradicional (descritiva)
Ocorrência de temáticas	Teses e dissertações	1ª Etapa	Bibliométrica - Análise tradicional (descritiva)
		2ª Etapa	Análise de conteúdo
Ocorrência de produtores	Teses e dissertações	1ª Etapa	Bibliométrica - Análise tradicional (descritiva)
	Currículo Lattes	2ª Etapa	Análise de conteúdo
Ocorrência de referências	Teses e dissertações	1ª Etapa	Análise de conteúdo
		2ª Etapa	Bibliométrica - Análise tradicional (descritiva)

**Fonte:** elaborado pela autora

As técnicas bibliométricas viabilizam a operacionalização de uma parcela desta pesquisa, por possibilitar a construção de indicadores que caracterizam e descrevem a produção científica de teses e dissertações. Essas técnicas estão associadas a aspectos quantitativos da análise e ao uso de instrumentos estatísticos.

As técnicas e métodos estatísticos, quando aplicados aos diferentes aspectos da informação escrita, adentram o campo dos estudos métricos da informação, que apresentam diferentes modalidades de acordo com seu objeto de estudo, métodos e funcionalidades, dentre essas modalidades está a bibliometria, que é definida por Vanti (2002, p. 154) como “[...] o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada [...]”.

O termo bibliometria foi cunhado por Paul Otlet (1934) para designar um método quantitativo aplicado à medição de documentos, contudo, foi popularizado por Prichard na década de 1960, época em que a bibliometria se consolidou e institucionalizou. (BUFREN, PRATES, 2005)

Os objetos de estudo da bibliometria podem variar entre diferentes tipos de documentos produzidos, como livros, revistas, artigos, teses, dissertações, também seus produtores e usuários. Nesta pesquisa os objetos do estudo bibliométrico são os documentos, teses e dissertações, e seus respectivos produtores.

Ao utilizar as técnicas bibliométricas buscou-se construir indicadores que pudessem determinar a distribuição de frequência da produção dos documentos, das referências e dos temas abordados, indicar produtividade dos produtores e definir um ranking temático. No contexto desta pesquisa adotam-se, então, os seguintes indicadores:

- a. ocorrências de produção
- b. ocorrências temáticas
- c. ocorrências de referências bibliográficas
- d. ocorrência de produtores (autores e orientadores)

Os indicadores podem ser definidos como dados baseados em contagens simples e estatística descritiva, para caracterizar e comunicar o estado do fenômeno observado. Eles têm o objetivo de contribuir na análise do comportamento da ciência e como indica Maricato (2011), “[...] não são o fim, mas o meio para responder e discutir os problemas e questões da pesquisa.”

As análises bibliométricas podem ser diferenciadas entre as tradicionais e as complementares. As tradicionais estão relacionadas às análises descritivas por meio de indicadores de publicação, associados às noções de produtividade, quantidade ou

frequência, e dos indicadores de citação, que focam nos vínculos e relações entre as publicações científicas. (SPINAK, 1998)

Com o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, novos métodos de análise vêm se consolidando, identificados por Souza (2018) como análises complementares, que evidenciam as redes ou relações entre diferentes aspectos da informação científica.

Neste trabalho foram utilizadas análises bibliométricas tradicionais, empregando indicadores inseridos no grupo dos indicadores de publicações, uma vez que buscou-se mensurar a produção científica através de análises estatísticas simples de variável única, estabelecendo frequência e distribuição durante o período estudado. Para essa análise foi utilizado o programa Microsoft Excel, seus recursos de cálculos, tabelas dinâmicas e gráficos.

Com o intuito de auxiliar na análise da frequência temática, utilizou-se o recurso de visualização da informação por meio da nuvem de palavras, também conhecida como nuvem de *tags*. De acordo com Correia e Vieira (2013) a apresentação da informação de forma gráfica chama mais atenção do que uma apresentação puramente textual, otimizando a representação visual das estruturas, relações e padrões informacionais.

Para elaborar a nuvem de palavras foi utilizado o site WorArt.com, especializado na criação desse tipo de gráficos.

A nuvem de palavras apresenta as palavras de acordo com a frequência relativa em que ocorrem no contexto estudado, ficando dispostas em um espaço delimitado conhecido como 'nuvem', no qual o tamanho da fonte das palavras é proporcional a quantidade de documentos que as citam. Ela não evidencia relações hierárquicas ou de proximidades entre as palavras, mas tem como objetivo demonstrar relações de comparações por meio da identificação da frequência em que ocorre cada termo. Essa característica de aferição é a que se pretende destacar na etapa da análise dos dados sobre a temática, oferecendo, dessa forma, uma melhor compressão sobre a ocorrência de palavras-chaves nas teses e dissertações. (CORREIA; VIEIRA, 2013)

A outra dimensão da análise é viabilizada por meio da análise de conteúdo, que segundo Laville e Dionne (1999) se ocupa em decompor a estrutura e os elementos

do conteúdo de um documento para tornar evidentes suas diferentes características e compreender seu significado. Os autores propõem três etapas para essa análise: 1) o recorte do conteúdo em unidades de análise; 2) definição das categorias analíticas; 3) análise e interpretação dos resultados.

As unidades de análise podem ser palavras, expressões, frases ou enunciados relacionados a um tema, contudo não são enumerados ou medidos e sim observados do ponto de vista do sentido e valor que detêm dentro do conteúdo.

As categorias analíticas são rubricas sob as quais vão se organizar as unidades de análise de acordo com sua similaridade de sentido. Algumas características conferem qualidade e confiabilidade à escolha das categorias como a pertinência, a exaustividade para englobar o máximo de conteúdo, a capacidade de síntese, a precisão para identificar de forma clara onde encaixar a unidade de análise e a exclusividade mútua para que o elemento do conteúdo pertença a apenas uma delas. Modelos diferentes são empregados para estabelecer as categorias: modelo aberto, modelo fechado e modelo misto. No modelo aberto as categorias não são fixas e são construídas ao longo da pesquisa, já no modelo fechado as categorias são definidas e fixadas antes do início do estudo e o modelo misto situa-se entre os dois outros. (LAVILL; DIONNE, 1999)

Nesta pesquisa adota-se o modelo misto para organizar o conteúdo das teses e dissertações em categorias temáticas, apoiado nas categorias já estabelecidas por Estevez e Bandeira (2014). Esse modelo parte de categorias já definidas anteriormente, que podem ser revisadas e/ou ampliadas no decorrer da pesquisa, mediante a aplicação de critérios de qualidade e confiabilidade.

Para compreender e identificar a cronologia, o percurso de formação e pesquisas dos produtores e a incidência de referências bibliográficas e documentais relacionadas aos marcos da justiça transicional, optou-se pelo modelo aberto pela possibilidade de construir as categorias de análise no curso da própria análise.

A última etapa da análise de conteúdo é a análise e interpretação dos resultados, que pode adotar caminhos quantitativos ou qualitativos, dependendo da necessidade da pesquisa. Os resultados verificados nessa dimensão vão ser analisados em quadros mais amplos da análise das séries temporais como indicado anteriormente.

A partir dos resultados obtidos nas duas dimensões da análise será possível a construção das séries temporais e suas relações que levarão à compreensão do fenômeno pesquisado, à luz do referencial teórico.

#### **4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

A análise dos resultados inicia-se com a definição da cronologia sobre as diferentes dimensões da Justiça de Transição, devido à necessidade de compreender em que contexto político-legal as teses e dissertações sobre a ditadura militar são produzidas ao longo dos anos 2000 a 2019.

A ocorrência de produção é apresentada em seguida, por permitir o entendimento sobre o quadro geral do comportamento da produção ao longo dos anos.

A análise temática nos apresenta quais as palavras-chave mais utilizadas pelos pesquisadores e por quais aspectos a ditadura militar foi abordada nas pesquisas. Para isso a análise é realizada em duas etapas, primeiro por meio das palavras-chave atribuídas pelos autores das teses e dissertações e em seguida por agrupamentos em categorias temáticas.

Segue-se com a identificação dos produtores das teses e dissertações que incluem autores e orientadores, revelando as formações e percursos de pesquisa sobre a temática “ditadura militar” daqueles que apresentaram maior produtividade.

Por fim, analisou-se as referências utilizadas pelos autores. Com essa análise pretendeu-se identificar se foram utilizadas publicações provenientes dos órgãos instituídos por mecanismos da justiça de transição e/ou documentos da repressão recolhidos aos arquivos estaduais e ao Arquivo Nacional.

##### **4.1 Cronologia da busca por verdade, memória, justiça e reparação**

O Brasil iniciou as ações para a busca da verdade, memória, justiça e reparação em relação à ditadura militar (1964-1985) com a dimensão da reparação, tendo o seu primeiro marco político-legal na Lei de Anistia de 1979, que concede perdão a perseguidos políticos, reintegra-os aos seus postos de trabalho e reestabelece seus direitos políticos. Vale lembrar que essa mesma lei também concede perdão aos agentes públicos violadores dos direitos humanos, aspecto que motiva grande

polêmica, pois até os dias atuais ela é o dispositivo legal que impede que esses agentes sejam responsabilizados e punidos criminalmente.

Após o fim da ditadura militar, outras ações demoraram a acontecer. Em face disso, o segundo marco político-legal identificado se dá com a criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos (CEMDP) em 1995, dez anos após a redemocratização. Por meio dos trabalhos dessa comissão, o Estado reconheceu sua culpa pelos crimes cometidos no período ditatorial, concedeu indenização financeira aos familiares das vítimas e realizou esforços para localização e identificação dos restos mortais dos desaparecidos. Nos anos 2000 a abrangência da Comissão foi ampliada para atender a análise de casos ocorridos até 1988 e casos de suicídio em decorrência a sequelas psicológicas.

Verificou-se que a maior parte dos mecanismos político-legais na busca da verdade, memória e reparação foram implementados nas décadas de 2000 e 2010 e estão sistematizados no quadro 2. Como já mencionado, no âmbito da justiça ainda não houve nenhuma política pública ou legislação voltada para esse fim.

**QUADRO 2** – Marcos políticos-legais da Justiça de Transição (2000-2019)

Marcos	Características	Regulação Jurídica	Data	Dimensão Relacionada	Cobertura
Concessão de indenização as vítimas da ditadura no estado de SP	Indeniza vítimas que sofreram torturas, físicas e psicológicas, praticadas por agentes públicos de órgãos pertencentes ao estado de São Paulo	Lei nº 10.726/01	08/01/2001	Reparação	Regional
Criação da <b>Comissão de Anistia</b>	Repara os atos de exceção contra perseguidos políticos.	Medida Provisória nº 2.151/01	28/07/2001	Reparação	Nacional
Ampliação da atuação da <b>Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos</b>	Amplia o período de cobertura das investigações até 5 de outubro de 1988.	Lei nº 10.536/02	14/08/2002	Reparação	Nacional

Marcos	Características	Regulação Jurídica	Data	Dimensão Relacionada	Cobertura
Lei de criação da <b>Comissão de Anistia</b>	Converte a Medida Provisória nº 2.151/01 em lei.	Lei nº 10.559/02	13/11/2002	Reparação	Nacional
Amplia a abrangência <b>Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos</b>	Inclui casos de suicídios praticados em decorrência das sequelas psicológicas resultantes dos atos de tortura cometidos por agentes públicos.	Lei nº 10.875/04	01/07/2004	Reparação	Nacional
Acesso a documentos públicos	Retoma os prazos da Lei de Arquivos (8.159/91) para acesso a documentos públicos.	Lei nº 11.111/05	05/05/2005	Verdade	Nacional
Recolhimento de arquivos da repressão	Recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos CSN, CGI e SNI.	Decreto Presidencial nº 5.584/05	18/11/2005	Verdade e Memória	Nacional
Criação do <b>Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas</b>	Reúne e sistematiza a documentação sobre a ditadura militar brasileira com o intuito de tornar-se um espaço de pesquisas sobre as lutas políticas no Brasil.	Portaria da Casa-Civil nº 204/09	13/05/2009	Verdade e Memória	Nacional
Institui o <b>3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)</b>	Apresenta propostas governamentais em relação aos direitos humanos e inclui eixos de memória e de verdade e propõe a criação de uma Comissão da Verdade Nacional	Decreto nº 7.037/09	21/12/2009	Verdade e Memória	Nacional

Marcos	Características	Regulação Jurídica	Data	Dimensão Relacionada	Cobertura
<b>Criação da Lei de Acesso à Informação</b>	Estabelece novos prazos de sigilo para documentos classificados como ultrassecretos, secretos e reservados e amplia o acesso a documentos necessários à defesa dos direitos humanos.	Lei nº 12.527/11	18/11/2011	Verdade	Nacional
<b>Criação da Comissão Nacional da Verdade</b>	Cria a CNV com o propósito de investigar e esclarecer a verdade sobre as violações dos direitos humanos ocorridas durante o período ditatorial brasileiro (1964-1985)	Lei nº 12.528/11	18/11/2011	Verdade e Memória	Nacional
<b>Criação da Comissão da Verdade de São Paulo "Rubens Paiva"</b>	Efetivar o direito à memória e à verdade e promover a consolidação do Estado de Direito, em relação às graves violações aos direitos humanos ocorridas no Estado de São Paulo no período da ditadura militar.	Resolução da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo nº 879/12	10/02/2012	Verdade e Memória	Regional
<b>Criação da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo</b>	Cria a comissão local com o objetivo apurar as graves violações aos direitos humanos praticadas contra docentes, alunos e funcionários da USP durante a ditadura militar.	Portaria USP nº 6172/13	08/05/2013	Verdade e Memória	Regional

**Fonte:** elaborado pela autora

Foram considerados os marcos de criação das Comissões Regionais da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva” e Comissão da Verdade da USP por entender que o contexto local também fomenta o debate público relativo à busca por memória,

verdade e reparação. As duas comissões não foram as únicas criadas no estado de São Paulo, entretanto, elas possuem abrangência capaz de atingir os espaços de discussão dentro da USP, uma por considerar todo o contexto estadual e outra por ser criada pela própria instituição que abriga o PPGHS.

O estado de São Paulo abriga ainda o Memorial da Resistência, localizado na capital. Ele foi o primeiro museu instalado no Brasil voltado às memórias da repressão e resistência relativas à ditadura militar brasileira. Está localizado no antigo prédio do Departamento Estadual de Ordem Política Social (DEOPS/SP), tombado em 1999 como bem cultural pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, órgão pertencente a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Após o tombamento o edifício passou por reformas e foi aberto ao público como museu em 2002 com o nome de Memorial da Liberdade. Apenas em janeiro de 2009 o museu recebeu o nome de Memorial da Resistência devido a um novo projeto para o espaço iniciado em 2008. (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO, 2020)

Atualmente é um dos dois únicos museus dedicados à preservação das memórias no contexto da ditadura brasileira e que estão em pleno funcionamento no país. O outro é o Museu dos Direitos Humanos do Mercosul, localizado no estado do Rio Grande do Sul. (HOFFMAN, 2020)

O Memorial da Resistência de São Paulo é uma instituição crucial na busca por verdade e memória, à medida que se dedica a preservar memórias ligadas aos anos de violência e repressão sofridos durante a ditadura militar, convertendo-se em uma referência local e nacional na produção de conhecimento e de compreensão social, relacionados às violações dos direitos humanos e aos acontecimentos traumáticos daquele período.

Tomando como referência os marcos de abrangência nacional mencionados no quadro 2, destacam-se as iniciativas de recolhimento de arquivos da repressão ao Arquivo Nacional, em 2005, da criação do Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas, em 2009, e da criação da LAI, em 2011, como mecanismos importantes para o acesso à informação, sem a qual não seria possível investigar fatos passados e conhecer a verdade sobre um período marcado pela censura e opacidade informacional.

O Arquivo Nacional, por meio de ações de recolhimento dos acervos documentais produzidos por órgãos do aparato repressor e da criação e implementação do Memórias Reveladas, ampliou significativamente as possibilidades de consultas a fontes documentais que revelam as estruturas, os modos de ação, as cadeias de comando, entre outros aspectos do regime militar.

Atualmente, os acervos da repressão custodiados pelo Arquivo Nacional estão integralmente disponíveis para acesso e, segundo Jaime Antunes da Silva<sup>14</sup> - ex-diretor geral dessa instituição, a LAI foi estratégica para a abertura desses acervos, uma vez que inclui em seus dispositivos a não restrição de acesso a informações relativas às violações dos direitos humanos, mesmo quando se tratar de informações ou dados pessoais.

No contexto transicional, as realizações das diferentes comissões e das iniciativas que o acesso à informação, a busca pela verdade e a memória, como, por exemplo, o Memórias Reveladas, possuem tanta relevância quanto seus marcos de criação e implementação. Nesse sentido, o quadro 3 apresenta uma relação das principais realizações das comissões e iniciativas citadas no quadro 2.

**QUADRO 3** – Realizações dos mecanismos associados à Justiça de Transição

<b>Marco</b>	<b>Principais realizações e/ou resultados</b>	<b>Ano</b>
Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos	Publicação do livro-relatório <b>Direito à memória e à verdade</b>	2007
	Publicação de boletins informativos	2007 - 2008
	Publicação dos relatórios anuais	2007 - 2010
	Caravanas da Anistia	2008
	Projeto Marcas da Memória	2008
	Publicação da Revista <b>Anistia Política e Justiça de Transição</b>	2009 - 2013
	Comissão de Anistia	Publicação do livro <b>Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro:</b> estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal
Publicação do livro <b>A anistia na era da responsabilização:</b> o Brasil em perspectiva internacional e comparada		2011
Publicação do livro <b>Justiça de Transição:</b> manual da América Latina		2011

<sup>14</sup> Ver SILVA (2019)

Marco	Principais realizações e/ou resultados	Ano
Memórias Reveladas	Prêmio de Pesquisa Memória Reveladas (quatro edições)	2009 - 2018
	Seminário Internacional sobre Acesso à Informação e Direitos Humanos	2010
	II Seminário Internacional: O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos - Memória e Resistência	2011
	Publicação de 418.602 registros de informação sobre acervos da ditadura pertencentes aos DOPS no Banco de Dados	2011
	Realização da exposição: Registros de uma Guerra Surda	2011
	Digitalização de aproximadamente 13 milhões de páginas do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação	2013
	Seminário Internacional: Documentar a Ditadura: Arquivos da Repressão e da Resistência	2013
	Exposição: Memórias Reveladas: as Lutas Políticas no Ceará (1964-1985)	2014
	III Seminário Internacional: O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos - Memória e Resistência	2015
	Lançamento da coleção: Arquivos e o direito à memória e à verdade	2015
	O Banco de Dados Memórias Reveladas atinge 18 milhões de páginas de documentos textuais digitalizados	2019
	Seminário: Arquivos, Verdade e Democracia: 10 anos do Memórias Reveladas	2019
PNDH-3	Publicação do Relatório de Implementação do PNDH-3	2015
Comissão Nacional da Verdade	Entrega do relatório final	2014
Comissão da Verdade de São Paulo "Rubens Paiva"	Entrega do relatório final	2015
Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo	Entrega do relatório final	2018

**Fonte:** elaborado pela autora

Observa-se a concentração das principais realizações entre os anos de 2007 a 2015, com grande número de publicações da Comissão de Anistia entre os anos de 2007 a

2011 e realizações de eventos e esforços para tratamento arquivístico<sup>15</sup> pelo Memórias Reveladas entre os anos de 2010 a 2015.

Os eventos, as publicações e a entrega dos relatórios das comissões têm impacto sobre os debates relacionados à ditadura militar, uma vez que são ações voltadas para divulgar, comunicar, permitir acesso à informação e oferecer novas versões sobre o passado. O que reflete na construção de novos conhecimentos e na elaboração de memórias relacionadas à repressão e resistência.

As realizações relativas ao tratamento arquivístico viabilizaram amplo acesso “[...] a dados e informações contidos em mais de 12 milhões de páginas de documentos de diversos fundos documentais” custodiados pelo Arquivo Nacional aos membros da CNV. (SILVA, 2019, p. 23)

Comissões regionais também se beneficiaram da disponibilidade de documentos previamente tratados pelo Memórias Reveladas, firmando acordos de cooperação que ampliavam as possibilidades de investigação da verdade.

Para Torelly (2012), revelar memórias obscurecidas sobre as violações favoreceria uma nova cultura política capaz de gerar na sociedade sentimento de rejeição ao autoritarismo e o fortalecimento de um senso comum democrático.

O foco desta pesquisa se manteve nos mecanismos políticos e legais implementados pelo Estado. Verificou-se que com as ações apresentadas nos quadros 3 e 2, o poder estatal buscou desconstruir oficialmente as falsas versões relativas às violações dos direitos humanos praticadas durante a ditadura e conceder espaço de fala para pessoas impactadas pela violência, contribuindo para a construção de uma nova narrativa pautada por valores sociais e humanitários.

Ao promover políticas de memória, verdade e reparação, busca-se consolidar o Estado democrático de direito, reafirmar as normas dos direitos humanos e evitar que atrocidades praticadas pelo regime ditatorial voltem a acontecer.

---

<sup>15</sup> De acordo com o Arquivo Nacional (2005) os tratamentos arquivísticos englobam as atividades de identificação, classificação, arranjo, descrição e conservação de arquivos.

No entanto, o que se observa atualmente são medidas que não se sustentaram ao longo do tempo e não conseguiram afetar de forma ampla a compreensão social em relação à ditadura militar. Nos últimos anos as ações do governo estão voltadas para o desmonte e desqualificação dos mecanismos de justiça de transição implementados no Brasil. A seguir, no quadro 4, verificam-se as medidas de retrocesso observadas:

**QUADRO 4 – Retrocessos nos mecanismos de Justiça de Transição**

<b>Ações</b>	<b>Características</b>	<b>Ano</b>
Exoneração de membros da Comissão de Anistia	O governo Michel Temer exonerou sete membros e os substituiu por novos nomeados.	2016
Suspensão das obras do Memorial da Anistia Política do Brasil (Comissão de Anistia)	Imposição de entraves burocráticos paralisou o andamento das obras do Memorial.	2016
Dissolução do Grupo de Trabalho do Araguaia e da Equipe de Identificação de Mortos e Desaparecidos Políticos CEMDP	Desmonte das estruturas de atuação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos	2019
Exoneração de membros da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos	Exoneração e substituição de quatro dos sete membros da comissão, descaracterizando os trabalhos da comissão.	2019
Cancelamento do Memorial da Anistia Política do Brasil (Comissão de Anistia)	O governo federal cancelou sua implementação, alegando falta de recursos e o desejo de destinar a edificação para outros fins	2019
Mudança da composição do conselho da Comissão de Anistia	O governo de Jair Bolsonaro nomeou novos membros, incluindo membros considerados incompatíveis com as funções da Comissão.	2019
Alto índice de indeferimento de pedidos de anistia (Comissão de Anistia)	No ano de 2019 foram indeferidos mais de 1.000 pedidos de anistia.	2019
Descumprimento de diretrizes do PNDH-3	O Conselho Nacional de Direitos Humanos indica que ações e manifestações da gestão Bolsonaro contrariaram as ações, objetivos e diretrizes do Programa.	2019
Não cumprimento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade	Exclusão de iniciativas de fomentar projetos, debates e ações que visem ao cumprimento das recomendações do Programa de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.	2019

**Fonte:** elaborado pela autora

As medidas relativas a CEMDP e a Comissão de Anistia, pontuadas no quadro 4, indicam as dificuldades para a realização dos trabalhos desses órgãos a partir de 2016. Tais medidas alteram suas estruturas e lógicas de atuação consequentemente impedindo as ações dos mecanismos que garantem a reparação, a verdade e a memória sobre as graves violações aos direitos humanos ocorridas no período ditatorial.

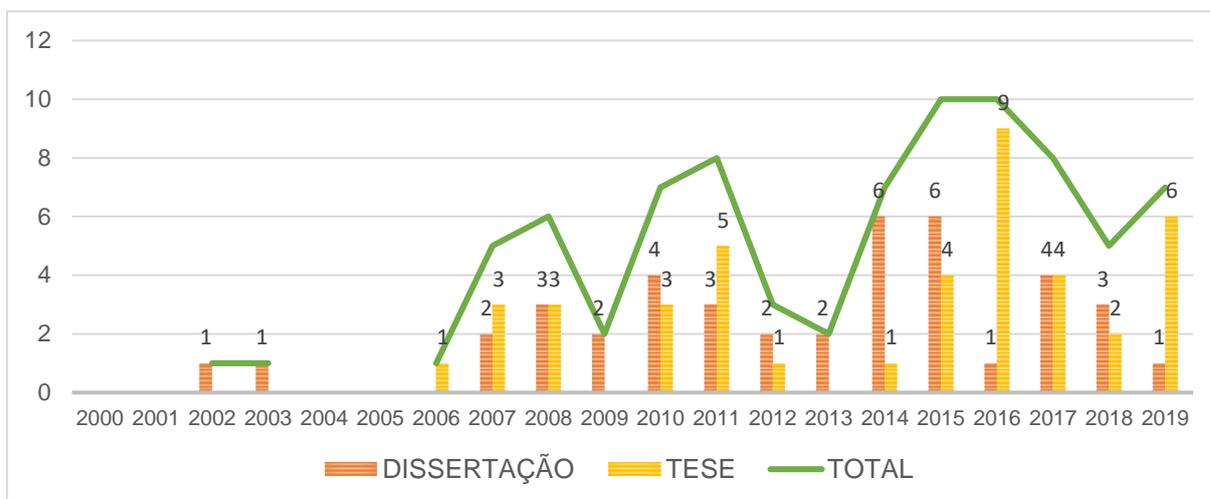
O percurso do desmonte e cancelamento da implantação do Memorial da Anistia demonstra a negação do acesso à informação, à verdade e à memória praticada desde 2016 pelo governo federal. O projeto do Memorial foi concebido em 2008 para garantir acesso ao acervo de documentos reunidos pela Comissão de Anistia durante seus trabalhos, funcionaria como um centro de pesquisa e museu visando a preservação da memória e educação para a democracia e os direitos humanos. Com a não implementação de espaços dedicados ao acesso à informação e elaboração de memórias sobre repressão e resistência a sociedade é prejudicada por ter seu direito à verdade cerceado, impedindo a repercussão e o debate sobre o passado violento e traumático decorrentes da ditadura militar.

De forma geral, percebe-se a existência de uma Justiça de Transição ainda incompleta no Brasil, que não contemplou a dimensão da justiça e que se encontra vulnerável à alternância de poder político, principalmente quanto a mudanças no poder Executivo.

#### **4.2 Produção de teses e dissertações**

A busca realizada na BDTD-IBICT para recuperar as publicações provenientes do PPGHS da USP, realizadas entre os dias 15 de setembro de 2020 e 23 de novembro de 2020, retornou 104 documentos, entre teses e dissertações. Após a revisão para verificar se atendiam aos critérios da temática e data do recorte temporal (2000 a 2019) chegou-se ao total de 83 documentos. Do total, 41 são dissertações e representam 49,40%, e 42 são teses, representando 50,60%, demonstrando uma composição equilibrada entre os diferentes tipos de documento.

As análises de ocorrência da produção por ano foram realizadas a partir da data de defesa da tese ou dissertação e são apresentadas no gráfico 3.

**GRÁFICO 3 – Ocorrência de produção por ano**

**Fonte:** elaborado pela autora

Observa-se que, entre os anos de 2000 e 2005, a produção é pautada por interrupções, identificando nesse período apenas duas dissertações em anos diferentes, uma em 2002 e outra em 2003.

Ao analisar a frequência de produção ao longo dos anos é possível afirmar que a partir do ano de 2007 houve um significativo crescimento na produção sem que ocorressem interrupções entre os anos que se seguiram.

Pensando nos marcos da Justiça de Transição, pode-se identificar que a partir dos primeiros anos da década de 2000 houve avanços na implementação de políticas para a área, como a criação da Comissão de Anistia em 2001/2002 e o recolhimento de arquivos da repressão ao Arquivo Nacional em 2005. Conseqüentemente houve a ampliação do debate sobre o período ditatorial, tanto no sentido de implementar tais políticas como proporcionados pelas ações dessas iniciativas. O que indicaria um crescente interesse pelo tema por parte dos pesquisadores, como visto pelo crescimento da produção a partir de 2007.

Foi observado que entre os anos de 2007 e 2015 houve uma concentração das realizações dos diferentes mecanismos de Justiça de Transição, incluindo publicações, eventos, apresentação de relatórios, entre outros, com o intuito de dar visibilidade ao tema da repressão e resistência no contexto ditatorial, além de proporcionar acesso a informações e novas versões sobre os acontecimentos desse

período. Com o fornecimento de novas fontes informacionais, pautadas por evidências empíricas, as pesquisas, os debates e as revisões são fomentados. Fico (2017) atenta-se para o aumento do interesse dos historiadores pelo tema ditadura militar a partir de diálogos baseados em evidências empíricas e por meio da abundância de fontes informacionais.

Analisando a proporção das produções verifica-se que 56,63% do total dos documentos foram publicados a partir de 2014. Demonstrando que o maior volume de publicações de teses e dissertações se concentrou nos últimos 6 anos do período analisado, após a promulgação das leis de acesso à informação e da criação da Comissão Nacional da Verdade em novembro de 2011.

Os maiores picos de publicações de dissertação são observados nos anos de 2014 e 2015, cada ano com 6 produções, aproximadamente de 2 a 3 anos após a criação desses dispositivos legais, coincidindo com o tempo regular de início e conclusão de pesquisas de mestrado. Situação semelhante é observada em relação às teses, que apresenta seu maior pico em 2016, com 9 produções, 5 anos após a promulgação das leis de acesso e criação da CNV, correspondendo ao período médio de elaboração de pesquisas e doutorado.

Após 2016 observa-se queda da produção, mas seguido de ascensão no ano de 2019, principalmente impulsionado pelas publicações de teses, 6 ao total. O crescimento do número de teses em 2019 aponta para um período de 5 anos após a publicação do relatório final da CNV em 2014, também coincidindo com o tempo médio gasto desde a pesquisa até a defesa da tese.

Os picos de publicações chamam atenção pela relação observada do tempo médio de desenvolvimento das pesquisas no mestrado e doutorado e suas publicações após iniciativas ligadas à CNV.

Seja pelo acesso a novas fontes informacionais, pela possibilidade de pesquisas baseadas em evidências empíricas ou pela ampliação das discussões sobre o tema ditadura militar, identifica-se um aumento do interesse dos pesquisadores do PPGHS-USP pelo período ditatorial coincidindo com marcos importantes da justiça transicional brasileira.

### 4.3 Temática das teses e dissertações

A primeira etapa da análise temática foi realizada verificando, entre a produção total de teses e dissertações, a frequência em que ocorrem as palavras-chaves. Elas foram atribuídas pelos próprios autores das pesquisas sem o apoio de um vocabulário controlado comum entre eles, ocasionando variações terminológicas. Diante disso, buscando minimizar essas variações, mas respeitando a lógica de atribuição adotada pelos autores, foram utilizadas as seguintes regras de padronização:

- Quando identificada mais de uma ocorrência do mesmo termo com variação terminológica, determinou-se as seguintes ações:
  - Para termos utilizados no plural padronizou-se por sua forma no singular;
    - Exemplo: Charges, termo alterado para Charge
  - Para termos como sigla padronizou-se pelo uso da sigla:
    - Exemplo: Música Popular Brasileira, termo alterado para MPB
  - Para termos compostos com indicação geográfica se optou pela separação dos termos, pois toda a produção analisada aborda um mesmo contexto geográfico:
    - Exemplo: Ditadura militar brasileira, termos alterados para Ditadura Militar e Brasileira

Para melhor representar a ocorrência das palavras-chave foi elaborada uma nuvem de palavras, entendendo que a visualização gráfica da informação contribui para a percepção e o entendimento sobre o fato demonstrado. Souza (2018, p. 28) indica que “uma simples visualização pode condensar uma grande quantidade de informações, facilitando a compreensão das mesmas, já que a visão é o sentido humano que possui maior capacidade de captação de informações por unidade de tempo”.

**FIGURA 1** – Nuvem de palavras-chave atribuídas pelos autores



**Fonte:** elaborada pela autora

Foram identificadas 285 palavras-chave diferentes entre as 83 teses e dissertações. As que apresentaram maior frequência foram as palavras Ditadura e Regime Militar, com 18 repetições cada uma, e Ditadura Militar, com 16 repetições. Outra palavra com grande número de ocorrência e que está situada entre as 10 mais frequentes é a Ditadura Civil-militar, com 6 repetições.

Ao analisar o grupo de termos Ditadura, Ditadura Militar e Ditadura Civil-militar, verifica-se que 48,19% dos autores realizam uma escolha semântica em que caracterizam o período vivenciado entre 1964 a 1985 como autoritário e antidemocrático, visto que o conceito de ditadura está associado a concentração e

monopólio de poder, bem como a transmissão de autoridade política de cima para baixo não ocorrendo legitimidade democrática. (ROLLEMBERG, QUADRAT, 2010)

Outra opção dos autores para caracterizar esse período foi pelo termo Regime Militar, representando 21,69% do total das teses e dissertações. Ao analisar o verbete “Regime Político”, definido por Levi (2004) como um “[...] conjunto de instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício [...]”, condicionados a valores e vontades políticas para estabelecer sua estrutura e funcionamento, verifica-se que o uso do termo Regime Militar carrega um sentido de neutralidade por não especificar quais são esses valores e vontades políticas.

Conforme aponta Sanglard (2017), a opção pelo termo Regime Militar reduz a carga semântica negativa sobre os eventos ocorridos no passado, evocando uma conotação menos negativa daquele período, por outro lado termos como Ditadura, Ditadura Militar e Ditadura Civil-militar possuem cunho mais acusatório, enfatizando a natureza autoritária do regime político.

Os termos Ditadura Militar e Ditadura Civil-militar apresentam outra disputa semântica protagonizada principalmente pelos pesquisadores Carlos Fico e Daniel Aarão Reis Filho.<sup>16</sup>

Reis Filho (2010, 2015) defende que o termo Ditadura Militar faz parte do senso comum e contribui para uma tradição equivocada de que não houve participação da sociedade civil no regime militar, dando a impressão de que todos os civis estavam alheios aos acontecimentos, ou até mesmo contra o que estava se passando naquele período. Argumenta que a intenção ao utilizar o termo Ditadura Civil-militar é ampliar a responsabilização da sociedade civil e compreender sua relação com o regime ditatorial. Segundo o autor, o desgaste da ditadura militar ao longo dos anos ajudou a silenciar a participação civil nesse período, ocorrendo um consenso para denominá-la exclusivamente como ditadura militar.

Fico (2017) discorda do argumento apresentado por Reis Filho, justificando que o apoio da sociedade civil à ditadura militar não desconfigura o regime como unicamente

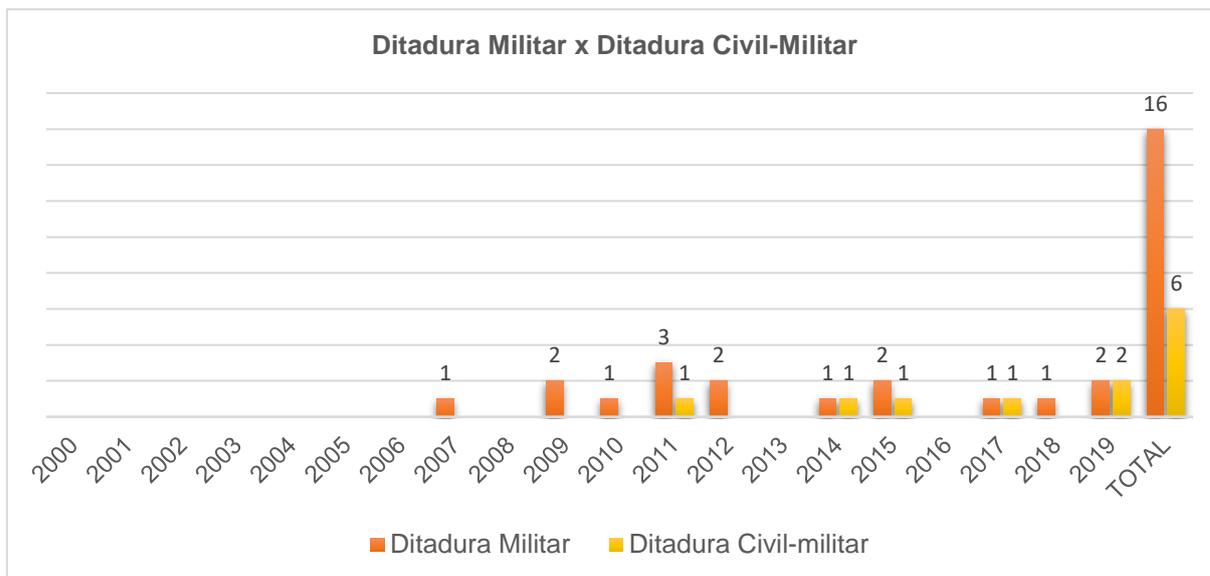
---

<sup>16</sup> Está fora dos limites da presente pesquisa problematizar o posicionamento dos diferentes pesquisadores sobre os termos ditadura/golpe militar ou ditadura/golpe civil-militar. Ao elencar a diversidade de termos esta pesquisa pretendeu apresentar as diferentes visões sobre os usos de cada termo.

militar, pois todo ele foi comandando inteiramente por militares. Quanto ao golpe de 1964, concorda em atribuir a conotação civil-militar, uma vez que ele foi dado e não só apoiado por civis em conjunto com os militares. Aponta que os direcionamentos subsequentes ao golpe determinaram o caráter militar do novo regime, entre eles a instituição do Ato Institucional nº 1, assinado pela junta militar denominada Comando Supremo da Revolução, que dá poderes de cassar e suspender direitos políticos e a prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967. Dessa forma, em oposição a Reis Filho, Fico defende o uso do termo Ditadura Militar.

O pesquisador Demian Melo (2013) diverge dos autores citados acima quanto ao uso do termo 'civil' para designar tanto o regime ditatorial (atribuição de Reis Filho) quanto ao golpe (atribuição de Fico), pois acredita que ao incluir essa terminologia promove-se um revisionismo histórico que conduz a uma divisão simplista da sociedade entre civis e militares própria da ideologia corporativa das Forças Armadas.

Segundo Melo o uso dos termos ditadura civil-militar e golpe civil-militar implicaria em um retrocesso nos estudos acadêmicos e no conhecimento previamente acumulados sobre o golpe e o regime, apontando que mesmo antes dessa “querela entre historiadores” já existiam pesquisas que abordavam a participação de “elementos civis” em todo o processo ditatorial, como o estudo de Dreifuss (1981) que caracteriza detalhadamente a participação de diferentes grupos, civis e militares, no período ditatorial. Melo conclui, que com a incorporação do termo civil altera-se o sentido original da natureza de classe desses civis, oferecido por Dreifuss (1981), e com isso, ocorre o deslocamento da explicação do processo político da dinâmica do capitalismo. Por fim, Melo acredita que o melhor termo para designar o período seria ditadura empresarial-militar, contudo esse termo não foi identificado em nenhuma das teses e dissertações pesquisadas.

**GRÁFICO 4** – Utilização dos termo Ditadura Militar e Ditadura Civil-Militar

**Fonte:** elaborada pela autora

Observa-se maior utilização do termo Ditadura Militar, ocorrendo 16 vezes, enquanto o termo Ditadura Civil-Militar se repetiu 6 vezes, indicando a preferência pelo primeiro termo entre os pesquisadores do PPGHS-USP.

A primeira ocorrência do termo Ditadura Civil-Militar é verificada no ano de 2011, após a publicação do artigo 'Ditadura, anistia e reconciliação' em 2010, pelo pesquisador Daniel Arão Reis, no qual o autor se propõe a compreender as relações entre sociedade e ditadura, atribuindo a essa relação o caráter civil-militar.

Outras palavras-chave como Brasil, com 10 repetições, Brasileiro, com 9 repetições, e Brasileira, com 8 repetições, estão entre as mais frequentes, demonstrando que os autores se preocuparam em situar geograficamente os fatos tratados em suas pesquisas.

A análise de frequência de uso das palavras-chave permite a exploração de alguns aspectos em relação à temática das teses e dissertações, como apresentado acima. Entretanto encontra limitações devido à diversidade de termos utilizados para abordar um mesmo conceito, fazendo-se necessário um agrupamento entre os termos, convertendo-os em categorias de análise para melhor compreensão da temática dos documentos.

Foram analisados o título, as palavras-chave e o resumo dos documentos, com intuito de agrupá-los em categorias temáticas, utilizando como referência as categorias previamente estabelecidas por Estevez e Bandeira (2014), que passaram por adaptações para atender o propósito desta pesquisa.

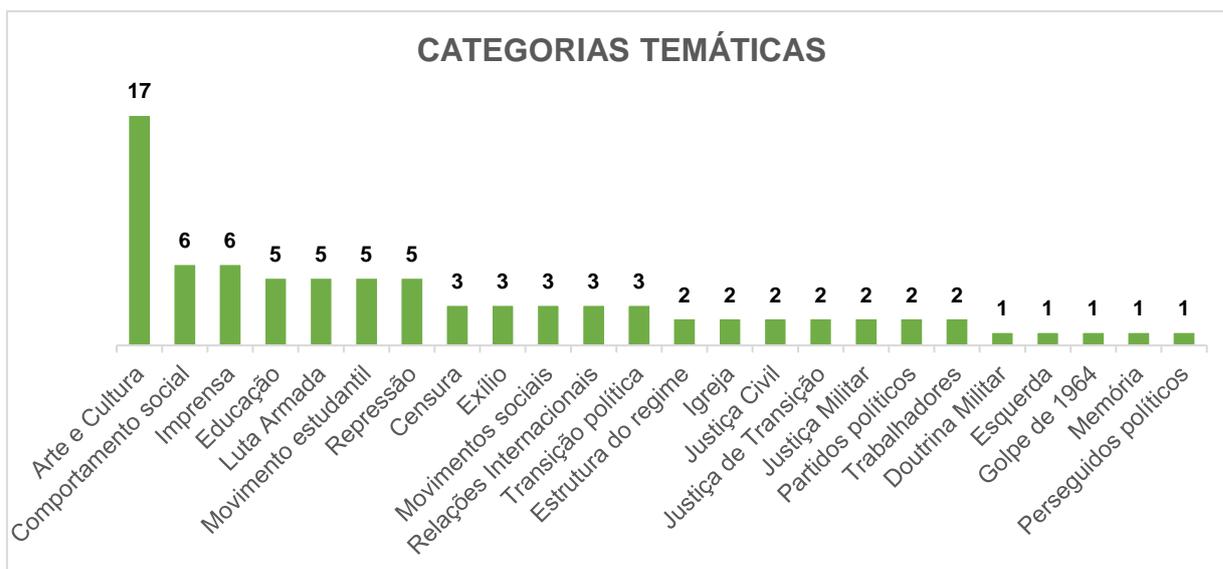
Estabeleceu-se 24 categorias que abrangem diferentes perspectivas pelas quais o tema ditadura militar pode ser abordado, são elas:

- ✓ **Arte e Cultura:** relacionada à produção de filmes, peças teatrais, músicas, literatura, entre outras manifestações culturais que abordam a ditadura pós-democratização ou que foram produzidas no contexto do regime.
- ✓ **Comportamento social:** relacionada à vida cotidiana da sociedade civil, seus hábitos e costumes, tendo como cenário a ditadura militar e o período de transição democrática, como também o impacto desses períodos para o cotidiano pós-democratização.
- ✓ **Imprensa:** relacionada aos discursos veiculados na imprensa no contexto da ditadura.
- ✓ **Educação:** relacionada às instituições educacionais, como escolas secundaristas e universidades, suas estruturas e relações com o regime.
- ✓ **Luta Armada:** relacionada à oposição política que optou por ações armadas, utilizando táticas e estratégias de guerrilha.
- ✓ **Movimento estudantil:** relacionada a movimentos associados a entidades estudantis que se organizavam em oposição à ditadura.
- ✓ **Repressão:** relacionada às ações de repressão praticadas pelo governo, sejam elas de vigilância, desaparecimento, prisão, tortura ou morte.
- ✓ **Censura:** relacionada às ações de censura às artes, à cultura, aos costumes e à informação.
- ✓ **Exílio:** relacionada aos exilados políticos e situações vivenciadas por eles ao serem obrigados a deixar o Brasil por motivo de perseguição política.
- ✓ **Movimentos sociais:** relacionada a movimentos sociais de diferentes naturezas que se organizavam em oposição à ditadura.
- ✓ **Relações Internacionais:** relacionada a instituições internacionais que estabeleceram relações com o Brasil.
- ✓ **Transição política:** relacionada ao período de transição entre o regime militar e o regime democrático.

- ✓ **Estrutura do regime:** relacionada ao modo de funcionamento e às diretrizes do governo militar.
- ✓ **Igreja:** relacionada à participação dessa instituição nos movimentos de repressão e resistência.
- ✓ **Justiça Civil:** relacionada a julgamentos e outras ações empreendidas no âmbito da justiça comum.
- ✓ **Justiça de Transição:** relacionada aos mecanismos empregados pela justiça de transição no Brasil.
- ✓ **Justiça Militar:** relacionada a julgamentos e outras ações empreendidas no âmbito da justiça especial militar.
- ✓ **Partidos políticos:** relacionada à estrutura e objetivos dos partidos políticos que foram dissolvidos após o golpe de 1964.
- ✓ **Trabalhadores:** relacionada aos movimentos sindicais e greves ocorridas durante o período ditatorial.
- ✓ **Doutrina Militar:** relacionada ao conjunto de ideias e diretrizes que orientam a corporação militar.
- ✓ **Esquerda:** relacionada a grupos políticos de oposição ao governo militar.
- ✓ **Golpe de 1964:** relacionado às motivações que levaram ao golpe e suas consequências.
- ✓ **Memória:** relacionada às ações e significados de rememoração do período ditatorial.
- ✓ **Perseguidos políticos:** relacionada às vítimas do regime, incluindo presos políticos, mortos, desaparecidos e qualquer indivíduo que teve sua vida prejudicada pela perseguição política.

O gráfico 5 apresenta a distribuição da frequência em relação às perspectivas mais investigadas sobre a ditadura militar pelos autores do PPGHS-USP. Com destaque para a categoria de Arte e Cultura que foi abordada em 17 documentos, sendo 6 dissertações e 11 teses. As duas outras categorias mais abordadas são Comportamento Social e Imprensa, representando 6 documentos cada uma.

GRÁFICO 5 – Temáticas mais abordadas



**Fonte:** elaborada pela autora

Verificando o *ranking* de temáticas é possível afirmar que o foco das teses e dissertações está voltado para a análise da sociedade civil, como ela é afetada pela ditadura militar e como ela reage, se posiciona e se comporta diante do cenário de violência e repressão. Seja por meio de manifestações artísticas, discursos veiculados na imprensa ou mediante seus hábitos e costumes, o que mais se investiga são os aspectos sociais da população.

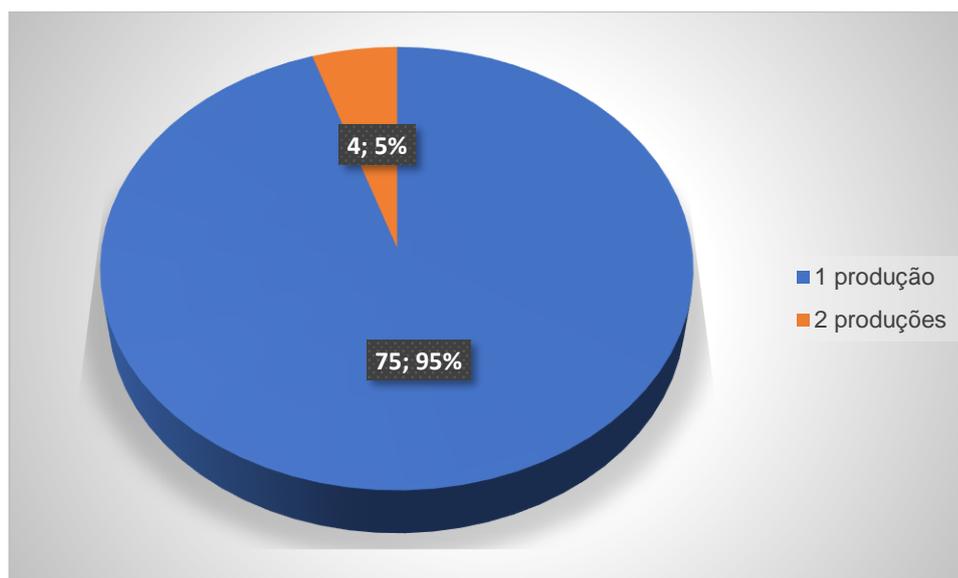
Categorias associadas ao regime militar, como, por exemplo, Estrutura do regime (2 ocorrências), Golpe de 1964 (1 ocorrência) e Doutrina Militar (1 ocorrência) não despertaram grande interesse dos pesquisadores, mesmo após a disponibilização de arquivos e documentos sobre o funcionamento dos órgãos militares, suas decisões e estruturas, fomentadas pela ampliação do acesso à informação sobre o período nos anos 2000 e 2010.

Os resultados confirmam a tendência já apontada por Fico (2004) e Estevez e Bandeira (2014) de maior predominância de estudos voltados a temáticas relacionadas à Arte e Cultura, Imprensa e Movimentos Sociais.

#### 4.4 Produtores das teses e dissertações

Em um universo de 83 documentos verificou-se um total de 79 autores<sup>17</sup>, em que 75 (95%) deles produziram 1 documento, tese ou dissertação, e 4 (5%) deles deram continuidade à produção sobre a temática no mesmo PPG, como é apresentado pelo gráfico 6.

**GRÁFICO 8** – Continuidade de produção dos autores



**Fonte:** elaborada pela autora

Os 4 autores que continuaram suas pesquisas produzindo dissertações e teses no mesmo programa sobre a ditadura militar foram: Fábio Lucas da Cruz, Fernando Seliprandy Fernandes, Wilma Antunes Maciel e Sérgio Luiz Santos de Oliveira.

Fábio Lucas da Cruz graduou-se em bacharelado e licenciatura em História pela USP em 2006, também é graduado em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho, formado em 2014. As formações de mestre e doutor pelo PPGHS-USP ocorreram respectivamente em 2010 e 2016. Atualmente é professor no Instituto Federal de Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Paraná e atua nas áreas de História Social, Metodologia de Ensino, História Oral, História do Brasil Contemporâneo, História da África e História da América Portuguesa com foco em pesquisas relacionadas a Ensino de História, História da Saúde no Paraná, patrimônio cultural,

<sup>17</sup> Ver lista completa de autores no Anexo A

memória e identidade regional. Pesquisa principalmente temas sobre a Ditadura Militar, imprensa e exílio.<sup>18</sup>

As pesquisas de Cruz no mestrado e no doutorado foram desenvolvidas sobre a mesma temática, o exílio. Durante o mestrado foi orientado por Gabriela Pellegrino Soares e no doutorado por Elizabeth Cancelli.

Fernando Seliprandy Fernandes é graduado em História pela USP, formado em 2004. As formações de mestre e doutor pelo PPGHS-USP ocorreram respectivamente em 2012 e 2018. Atualmente é pesquisador bolsista da Fundação Biblioteca Nacional atuando no projeto de pesquisa 'Iconografia do sesquicentenário da independência na exposição 'Independência do Brasil (1822-1972)' - Biblioteca Nacional (1972)'. Atua nas áreas de História das ditaduras do Cone Sul, Cinema (Especialidade: Interpretação Cinematográfica), História do Brasil (especialidade: História do Brasil República), História da América e História Contemporânea com foco em pesquisas relacionadas a imagens, memória e história nas representações das ditaduras do Cone Sul.<sup>19</sup>

As pesquisas de Fernandes durante o mestrado e doutorado foram desenvolvidas sobre a temática Arte e Cultura e ambas foram orientadas por Marcos Napolitano.

Wilma Antunes Maciel é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica/SP, formada em 1997. Atualmente é professora efetiva da Secretaria Estadual de Educação de SP. As formações de mestre e doutora pelo PPGHS-USP ocorreram respectivamente em 2003 e 2010. Atua na área de pesquisa em História do Brasil (especialidade: História do Brasil República) com temas relacionados a cinema, história e educação. Em 2014 trabalhou como pesquisadora no 'Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento', no âmbito da CNV.<sup>20</sup>

Maciel pesquisou no mestrado sobre a temática Justiça Militar e no doutorado sobre Luta Armada, ambas foram orientadas por Maria Aparecida de Aquino.

Sérgio Luiz Santos de Oliveira é graduado em História pela USP, formado em 2006. As formações de mestre e doutor pelo PPGHS-USP ocorreram respectivamente em

---

<sup>18</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6098526188183207> Acessado em: 21 fev. 2021

<sup>19</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1873999604154644> Acessado em: 21 fev. 2021

<sup>20</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0355343894434146> Acessado em: 21 fev. 2021

2011 e 2017. Atua na área de pesquisa História do Brasil (especialidade: História do Brasil República) com experiência de ensino nas áreas de História, Ciências Sociais e Filosofia.<sup>21</sup>

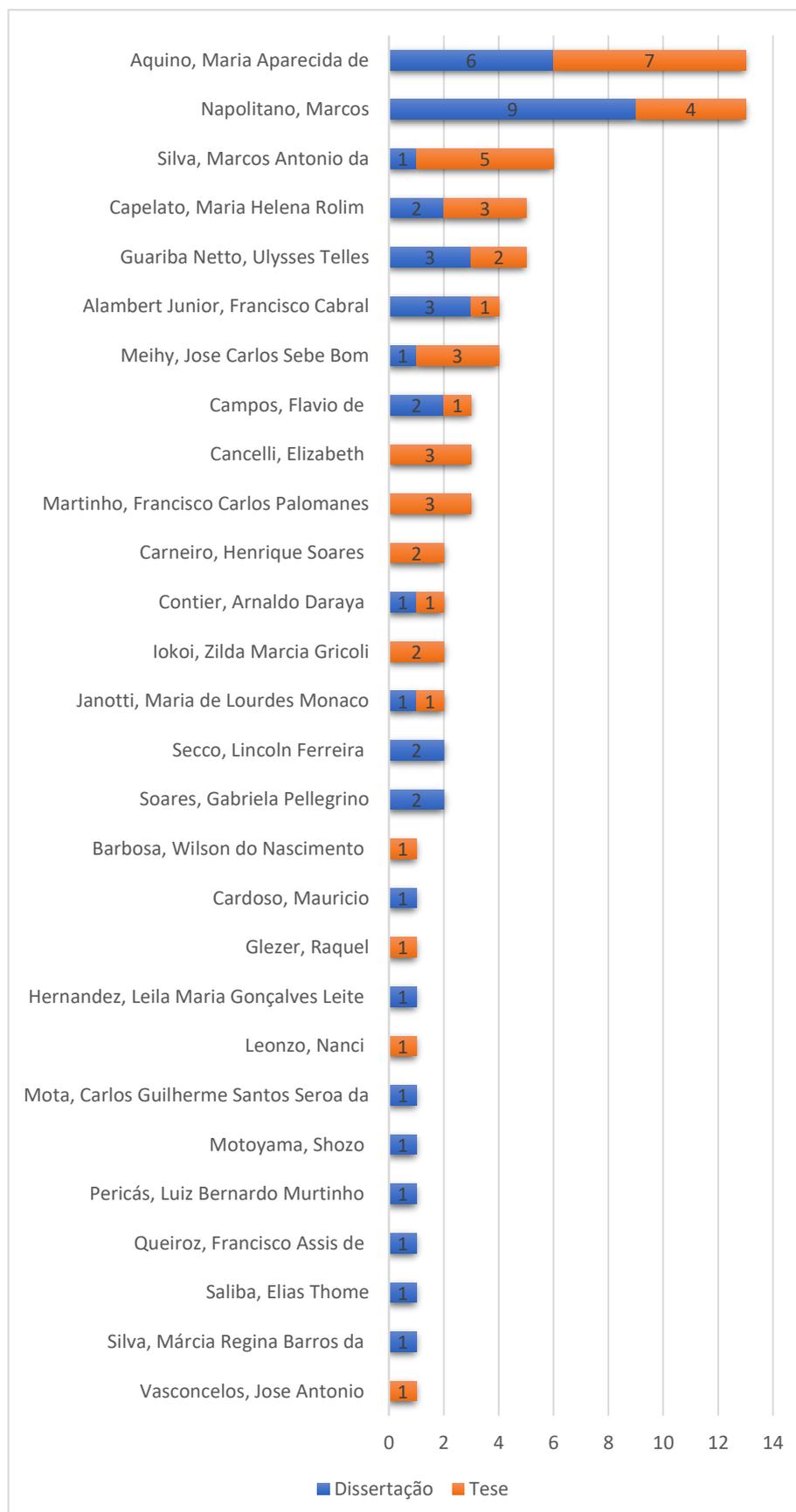
Oliveira pesquisou no mestrado sobre a temática Esquerda e durante o doutorado desenvolveu a pesquisa sobre Movimentos Sociais. No mestrado foi orientado por Ulysses Telles Guariba Netto e no doutorado por Marcos Antônio da Silva.

As produções de teses e dissertações são concebidas e elaboradas por meio de um trabalho de parceria entre autores e orientadores. Os primeiros se ocupam da coleta dos dados, das análises e redação do documento, enquanto os segundos orientam, indicam diretrizes, corrigem e compartilham informação e conhecimento. Viana (2008, p. 97) caracteriza essa parceria como “[...] uma relação educativa entre pessoas que estão em níveis diferenciados de formação e maturidade profissional, mas comprometidas com um objetivo comum, qual seja a construção solidária da produção acadêmica”.

Entendendo isso, tão importante como conhecer os autores das teses e dissertações é saber quem foram os orientadores que guiaram a construção dessas produções. O gráfico 7 apresenta os 28 orientadores e a respectiva quantidade de trabalhos orientados por eles, identificados por tipo de documento.

---

<sup>21</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2814500192727888> Acessado em: 21 fev. 2021

**GRÁFICO 9 – Quantidade de produções por orientador**

**Fonte:** elaborada pela autora

Observando o gráfico 7 constata-se a predominância de produções orientadas por Maria Aparecida de Aquino e Marcos Napolitano, cada um com 13 orientações, entre teses e dissertações. Juntas, as orientações dos dois pesquisadores correspondem a 31,33% do total de trabalhos orientados, indicando a concentração de orientações sobre quase um terço da produção.

Maria Aparecida de Aquino é professora da USP desde 1992, possui pós-doutorado na área de Ciências Humanas pela Universidade Federal de São Carlos, concluído em 2016. Graduiu-se em História pela USP, no ano de 1974, e em Educação Artística pelas Faculdades Integradas Alcântara Machado, no ano de 1975. Concluiu mestrado e doutorado no PPGHS-USP, respectivamente em 1990 e 1994. Atua nas áreas de pesquisa relacionadas à História com especificidade em: História contemporânea, História do Brasil República, Imprensa e Censura.

A pesquisadora investiga principalmente os temas relacionados à imprensa brasileira, regime militar, censura, crise política no Brasil, política na América Latina. Em 2009 foi membro da Comissão de Altos Estudos do Projeto Memórias Reveladas. Atualmente desenvolve pesquisas associadas ao Arquivo Público do Estado de São Paulo e ao Arquivo Edgard Leuenroth, na linha de pesquisa História das Representações Políticas. Sob sua orientação pesquisadores já concluíram 20 dissertações e 16 teses, e estão em andamento 9 dissertações e 5 teses.<sup>22</sup>

As pesquisas em relação à ditadura militar orientadas por Aquino durante os anos 2000 e 2019 tiveram perspectivas temáticas variadas, com as primeiras produções publicadas em 2002 e 2003, período em que foi observada baixa produtividade sobre o tema no PPGHS-USP. O quadro 7 apresenta as temáticas das teses e dissertações orientadas por ela ao longo do período investigado.

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2277468751962116> Acessado em: 21 fev. 2021

**QUADRO 5** – Temáticas das produções orientadas por Aquino

Temas	2002	2003	2007	2008	2010	2015	2016	2017
Arte e Cultura				X				
Comportamento social			X	X				
Imprensa						X		
Justiça Civil			X					
Justiça de Transição								X
Justiça Militar	X	X						
Luta Armada			X		X			
Movimentos sociais						X		
Repressão				X			X	
<b>Total Geral</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: elaborada pela autora

Marcos Napolitano é professor da USP desde 2004 e paralelamente professor visitante da Faculdade Santa Marcelina/SP. Também é consultor de avaliação da CAPES. Possui livre-docência pela USP na grande área de Ciências Humanas. Formou-se na graduação em História pela USP no ano de 1985 e concluiu mestrado e doutorado no PPGHS-USP, respectivamente em 1994 e 1999. Atua nas áreas de pesquisa relacionadas à História do Brasil, especificamente em História do Regime Militar brasileiro, História do Brasil República e História do Brasil Império, também atua nas áreas relacionadas às Artes, especificamente em História do Audiovisual no Brasil (cinema e televisão) e História da Música Popular Brasileira.

Especialista no período do Brasil Republicano, o pesquisador investiga principalmente os temas relacionados ao regime militar e à história da cultura, com foco no estudo das relações entre história e audiovisual. Já atuou em diferentes projetos de pesquisas sobre a ditadura militar e sua relação com a cultura e a arte. Atualmente é coordenador dos projetos 'A Batalha do Brasil: Guerra Fria global, política e cultura (1958-1964)', 'O Regime Militar e o ensino de humanidades' e 'Oficina de Novas Mídias', além de integrante do projeto 'História e Audiovisual: dimensões históricas do audiovisual'. Sob sua orientação pesquisadores já concluíram 19 dissertações e 15 teses, e estão em andamento 3 dissertações e 7 teses.<sup>23</sup>

Durante os anos de 2000 e 2019, Napolitano orientou pesquisas com perspectivas temáticas variadas sobre a ditadura militar, mas com predominância do tema Arte e

<sup>23</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1250692781738939> Acessado em: 21 fev. 2021

Cultura (7 orientações), condizendo com o seu percurso de pesquisa ao longo da carreira acadêmica. O quadro 8 apresenta as temáticas das teses e dissertações orientadas por ele ao longo do período investigado.

**QUADRO 6** – Temáticas das produções orientadas por Napolitano

<b>Temas</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Arte e Cultura		X			X	X	X	X   X	X
Censura	X				X				
Golpe de 1964			X						
Imprensa		X							
Relações Internacionais					X				
Transição política				X					
<b>Total Geral</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

Fonte: elaborada pela autora

Aquino e Napolitano têm percursos de formação integralmente no campo da História e desde as primeiras pesquisas elaboradas por eles na pós-graduação estudam temas relacionados à ditadura militar, prosseguindo ao longo da carreira acadêmica com projetos de pesquisas sobre o mesmo tema. O percurso de formação e atuação acadêmica dos pesquisadores refletem nos temas das produções de teses e dissertações por eles orientados, ocasionando grande produtividade de investigações sobre o período ditatorial.

Um aspecto relevante apontado por meio da análise dos currículos dos produtores foi o envolvimento das pesquisadoras Wilma Antunes Maciel e Maria Aparecida de Aquino, respectivamente autora e orientadora, com projetos associados as medidas da justiça de transição. Maciel participou em 2014 como pesquisadora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil que ofereceu suporte técnico à CNV, atuando na pesquisa e sistematização de acervos documentais da repressão e resistência<sup>24</sup>. Aquino atuou como membro da Comissão de Altos Estudos do Projeto Memórias Reveladas, criada por meio da Portaria do Arquivo Nacional nº 41/2009, colaborando com produção de conhecimento e o aprimoramento de projetos e ações do Memórias Reveladas.

As parcerias entre pesquisadores pertencentes ao meio acadêmico e órgão implantados pela Justiça de Transição são benéficos para ambos, entendendo que os

<sup>24</sup> Ver ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2013)

esforços de pesquisa, sistematização, produção de conhecimento viabilizam as atividades desses órgãos, enquanto ampliam os espaços e possibilidades de aprendizado dentro da academia.

#### 4.5 Referências utilizadas

A análise das referências utilizadas nas teses e dissertações identificou que, entre as diversas publicações dos órgãos implementados pela justiça de transição, foram utilizadas publicações oriundas das Comissões Especiais de Mortos e Desaparecidos, de Anistia, Nacional da Verdade e regionais, do mesmo modo publicações que fizeram referência ao PNDH-3 e ao Memórias Reveladas. Identificou-se também o uso de fontes documentais disponíveis nos acervos sobre a ditadura militar dos Arquivos Estaduais de diferentes estados e do Arquivo Nacional. Essa verificação foi efetuada nas seções intituladas 'referências' ou 'bibliografia' das teses e dissertações.

O quadro 6 apresenta as publicações referenciadas nas pesquisas das teses e dissertações que estão associadas aos mecanismos de justiça de transição. Foram referenciados 35 documentos, desse universo verifica-se maior frequência do relatório final da CNV e do livro-relatório Direito à verdade e à memória, cada publicação com 8 referências.

**QUADRO 7 – Referências associadas a Justiça de Transição**

Órgão relacionado	Publicações	Frequência
CNV	Relatório da CNV	8
Comissões regionais	Relatório da Comissão da Verdade de São Paulo "Rubens Paiva"	3
Comissões regionais	Relatório da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo	1
Comissões regionais	Relatório da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro	1
Comissões regionais	Relatório da Comissão da Verdade da Universidade de Brasília	1
CEMDP	Livro-relatório: Direito à verdade e à memória	8
Comissão de Anistia	A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada	2
Comissão de Anistia	Justiça de transição: manual para a América Latina	2

Órgão relacionado	Publicações	Frequência
Comissão de Anistia	Livro: Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal	2
Comissão de Anistia	Relatório de Gestão 2007 – 2010	2
Comissão de Anistia	68: a geração que queria mudar o mundo	1
Comissão de Anistia	Judicialização da justiça de transição na América Latina	1
Comissão de Anistia	Justiça de transição na América Latina: panorama 2015	1
Comissão de Anistia	Justiça de Transição: análises comparadas Brasil-Alemanha	1
Comissão de Anistia	Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro.	1
PNDH-3	Relatório final	1
TOTAL		35

**Fonte:** elaborado pela autora

**GRÁFICO 6** - Referência de acordo com o órgão associado a justiça de transição



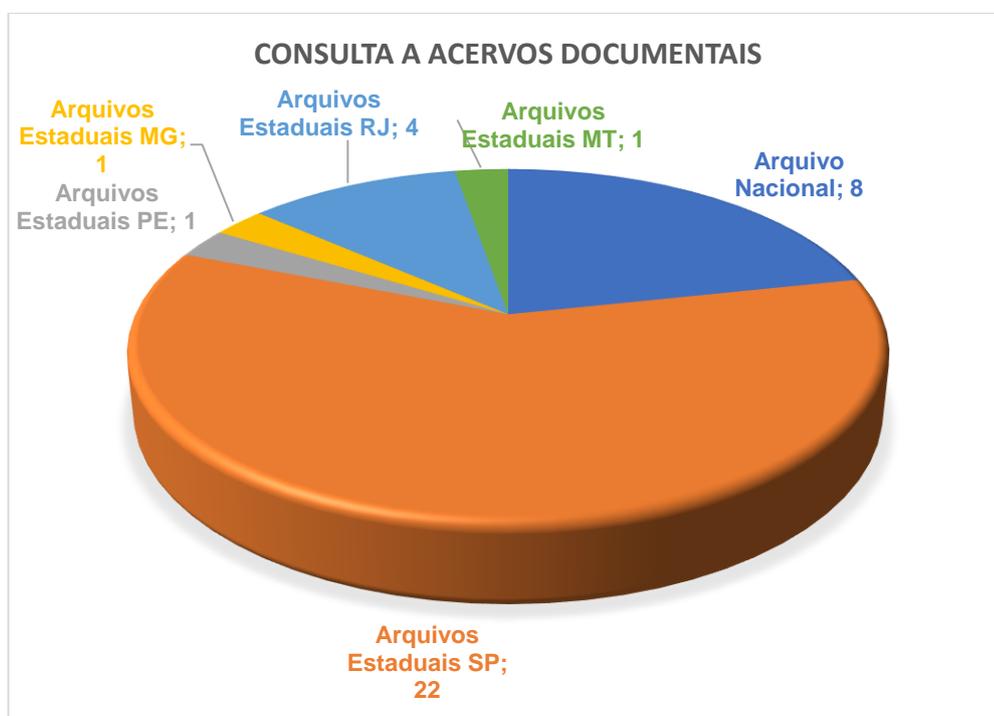
**Fonte:** elaborado pela autora

O gráfico 4 demonstra a proporção de referências de acordo com o órgão relacionado, em que o maior número de publicações referenciadas provém da Comissão de Anistia. Conforme mencionado anteriormente, essa comissão produziu e publicou diversos documentos, entre relatórios, informativos, livros e revistas.

Constata-se que as publicações dos órgãos implementados pela justiça de transição ainda são pouco exploradas pelos pesquisadores do PPGHS-USP, já que em um universo de 83 autores, apenas 19 (22,89%) deles utilizaram essas publicações como fonte de informação em suas pesquisas.

Quanto ao uso de fontes documentais dos acervos relacionados à ditadura e custodiados pelos Arquivos Estaduais e Arquivo Nacional foi verificada maior incidência de consultas realizadas no Arquivo Estadual de São Paulo, com 22 consultadas, seguido de 8 consultas realizadas no Arquivo Nacional, como demonstra o gráfico 7.

**GRÁFICO 7** – Consulta a acervos arquivísticos sobre a ditadura



**Fonte:** elaborado pela autora

Como apresentado pelo gráfico 7, os arquivos estaduais foram mais utilizados para consulta, além do Arquivo Estadual de São Paulo, os pesquisadores recorreram aos Arquivos Estaduais do Rio de Janeiro (4 consultas), Minas Gerais (1 consulta), Mato Grosso (1 consulta) e Pernambuco (1 consulta).

A maior incidência de consultas realizadas no Arquivo Estadual de São Paulo se justificaria pela localização geográfica do arquivo, sediado na capital paulista, mesmo

local que abriga o PPGHS-USP e por possuir acervos sobre a ditadura recolhidos a tratados desde 1992.

Conforme já mencionado, os primeiros recolhimentos de arquivos produzidos e acumulados pelos órgãos da ditadura foram realizados por arquivos estaduais nos anos 1990, portanto são os acervos custodiados por esses arquivos que estão recebendo tratamento arquivístico adequado há mais tempo, podendo apresentar melhores condições de consulta e acesso à informação.

As consultas a documentos custodiados pelo Arquivo Nacional ocorreram com significativa frequência, entretanto ao relacionar a quantidade total de 83 produções com a incidência de consultas realizadas nessa instituição (8 consultas), verifica-se um percentual de 9,64% de consultas. Indicando baixa frequência de utilização dos acervos do Arquivo Nacional, dado o seu potencial informacional.

Entre 2011 e 2019 o Memórias Reveladas, projeto implantado pelo Arquivo Nacional, digitalizou e disponibilizou *on-line* via Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN) 18 milhões de páginas de documentos sobre o período da repressão política no Brasil, eliminando barreiras físicas para o acesso à informação.

O Arquivo Nacional abriga acervos de documentos produzidos por órgãos de repressão durante a ditadura militar, documentos de resistência elaborados por organizações de defesa dos direitos humanos, e também documentos reunidos e produzidos durante os trabalhos da CNV, viabilizando acesso à informação e subsidiando estudos e pesquisas sobre as violações de direitos humanos cometidas pelo Estado durante o regime ditatorial. (FROTA, 2020)

De forma ampla, dos 83 pesquisadores do PPGHS-USP, 28 (33,73%) recorreram a algum dos arquivos mencionados para consulta de documentos, o que se tornou possível devido às políticas implementadas para tratar e dar acesso a documentos produzidos pela e sobre a ditadura militar.

As políticas arquivísticas e de acesso à informação contribuíram para a realização das pesquisas analisadas, à medida que preservaram os acervos documentais sobre a repressão e resistência e os tornaram funcionais para posterior acesso, viabilizando produções científicas baseadas em evidências empíricas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pesquisar sobre a ditadura militar (1964-1985) se mostra cada vez mais pertinente diante do contexto político que a sociedade brasileira se encontra. Mesmo em meio à pandemia do novo coronavírus, deflagrada em março de 2020, em que os esforços governamentais deveriam ser direcionados para minimizá-la, observa-se que a preocupação do Presidente da República e de sua equipe concentra-se nos esforços para ampliar a violência, seja por meio da isenção de pena a agentes de segurança e militares que matam durante o exercício das suas atividades ou por medidas que ampliem o armamento da população. A violência, tão praticada por agentes do Estado durante o regime ditatorial, está na pauta do governo novamente, passados mais de 30 anos do fim da ditadura.

Considera-se também o cenário de disputas pelas memórias sobre aquele período, atentando para expansão de narrativas negacionistas a respeito do golpe e das violações dos direitos humanos, sofridas por inúmeras vítimas de perseguição política, observadas a partir da ascensão de forças políticas com discursos favoráveis à ditadura militar.

A investigação proposta nesta pesquisa centrou-se na relação da produção científica de teses e dissertações sobre a temática ditadura militar e sua relação com os mecanismos políticos-legais no âmbito da Justiça de Transição brasileira. A pesquisa foi desenvolvida em diferentes etapas com o intuito de compreender essa relação ao longo dos anos de 2000 a 2019.

Desenvolveu-se uma organização metodológica própria articulando técnicas qualitativas e quantitativas para análise dos resultados, com o intuito de alcançar os objetivos propostos. Uma vez definidas as variáveis, cronologia dos marcos da justiça de transição, ocorrência de produção, ocorrência temática, ocorrência de referências bibliográficas e ocorrência de produtores, foram aplicadas a elas as técnicas pertinentes de análise.

Na dimensão qualitativa utilizou-se a técnica de análise de conteúdo devido as suas características voltadas a compreender o sentido do conteúdo do documento em um quadro amplo de análise. Quanto à dimensão quantitativa, foram empregadas técnicas bibliométricas com o intuito de descrever o comportamento da produção

científica ao longo do tempo, evidenciando as características das teses e dissertações.

A aplicação combinada de diferentes técnicas revelou-se eficiente para a pesquisa, posto que os objetivos propostos foram alcançados, indicando potencial para ser replicada em estudos futuros.

A primeira etapa da análise buscou identificar a cronologia dos marcos políticos-legais que visam verdade, memória, justiça e reparação sobre a ditadura militar brasileira, revelando uma descontinuidade lógica dos mecanismos implementados pelo Estado, que primeiro adotou medidas de reparação antes de medidas de investigação, esclarecimento da verdade e promoção da memória.

Verificou-se que os anos mais frutíferos em relação à implantação desses mecanismos, assim como suas realizações e produções, estão centrados entre 2002 a 2015, favorecendo o debate sobre a ditadura em diferentes esferas da sociedade durante esse período. Contudo, foi observado um progressivo desmonte e desqualificação das ações implementadas no campo da justiça de transição, identificando os primeiros retrocessos a partir do ano de 2016 na gestão do Presidente Michel Temer, se intensificando em 2019 na gestão do Presidente Jair Bolsonaro.

No decorrer da pesquisa percebeu-se dificuldades de acesso às informações relativas a CEMDP e Comissão de Anistia por meio dos sites mantidos pelo governo federal, com o domínio gov.br. As informações sobre as comissões estão espalhadas em diferentes categorias do site, não possuem lógica de acesso e nem identidade visual própria. A dificuldade para acessar informações aponta para a negação da verdade e da memória, além da desqualificação das medidas adotadas para implementação da Justiça de Transição no Brasil.

Se a informação é dificultada ou negada, logo a construção da memória pautada pela veracidade dos fatos é negada também. Em seu lugar são constituídos discursos e memórias favoráveis ao período autoritário e as práticas sistemáticas de violações dos direitos humanos.

A definição da cronologia permitiu compreender os períodos de avanço e retrocesso da Justiça de Transição brasileira, pautando as análises de ocorrência de produção,

ocorrência temática, ocorrência de referências bibliográficas e ocorrência de produtores, pois ao utilizá-la como quadro referencial, foi possível observar o comportamento da produção científica ao longo de determinados períodos e associá-lo a medidas específicas no campo das políticas de memória, verdade, justiça e reparação.

A análise da ocorrência de produção apontou que houve correspondência entre os períodos de maior produtividade de teses e dissertação com períodos de implantação e realizações dos órgãos relacionados aos mecanismos da justiça de transição, especialmente a CNV. Os maiores picos de produção verificados estão relacionados com a implantação da CNV e promulgação da LAI e posteriormente com a entrega do relatório final dessa comissão.

A ocorrência temática das teses e dissertações foi analisada em duas etapas. A primeira empenhou-se em verificar a frequência que as palavras-chave são utilizadas pelos autores, demonstrando a predileção por termos que caracterizam o regime político vivenciado no Brasil entre 1964 e 1985 como autoritário e antidemocrático. Visto que, ao utilizar determinado termo, o autor atribui carga semântica a sua escolha. Situação semelhante é observada com as escolhas de termos que buscam explicitar a relação entre o regime militar e a sociedade civil, como ocorre ao utilizar o termo Ditadura Civil-Militar.

A análise das palavras-chave não se mostrou suficiente para a compreensão da temática, dessa forma, foi necessária outra etapa de análise para agrupar o conteúdo das teses e dissertações em categorias temáticas. A partir dessas categorias foi possível identificar que as temáticas mais abordadas pelos autores estão centradas em estudos sobre a sociedade civil e como ela se manifesta diante dos cenários de autoritarismo, repressão e violência, impostos pela ditadura militar. Observou-se que a temática mais abordada, Arte e Cultura, permanece como predileta entre os historiadores, corroborando com os estudos de Fico (2004) e Estevez e Bandeira (2014). O que leva à constatação da pouca influência exercida pela ampliação do acesso à informação, observada partir dos anos 2000, sobre a escolha do viés temático adotado nas pesquisas.

Por meio da análise da ocorrência de referências bibliográficas pôde-se verificar nas pesquisas pouca utilização de publicações provenientes de órgãos instalados por mecanismos da justiça transicional, entretanto observa-se maior frequência de consultas a acervos documentais sobre o período ditatorial que foram recolhidos aos Arquivos estaduais e ao Arquivo Nacional.

A adequada gestão dos acervos documentais e as possibilidades de acesso a fontes informacionais diversas sobre a ditadura militar, viabilizadas por meio de políticas públicas que favorecem o acesso à informação, têm implicações na produção das pesquisas científicas, já que fornecem evidências empíricas para a elaboração de novos conhecimentos.

Por fim, a análise da ocorrência dos produtores permitiu identificar os autores e orientadores mais produtivos em relação à temática ditadura militar no PPGHS-USP. Com destaque para os autores que deram continuidade às pesquisas sobre o tema no mesmo PPG e para os orientadores com maior número de orientações.

Além do percurso de formação e pesquisa dos produtores a análise dos seus currículos *Lattes* revelou a relação entre alguns dos pesquisadores e órgãos implementados no contexto da Justiça de Transição, demonstrando como diferentes instituições e atores sociais estabelecem parceria de cooperação para o alcance de um objetivo maior na busca por memória, verdade, justiça e reparação.

Diante das análises das variáveis, constatou-se que os mecanismos da justiça de transição não são determinantes para a produção de teses e dissertações, mas podem influenciá-la, à medida que oferecem novas fontes informacionais, revelam memórias obscurecidas, reconstroem novas versões dos fatos passados, ampliam o acesso à informação e fomentam o debate sobre a ditadura militar, incidindo sobre o interesse acerca do tema, na elaboração de memórias e na construção de novos conhecimentos em relação ao passado traumático.

Nessa dissertação também se observou como as práticas da pesquisa, do registro e da comunicação das teses e dissertações são relevantes para que a temática da ditadura militar alcance espaços e estimule debates na academia e na sociedade, contribuindo para a educação em direitos humanos e o fortalecimento da democracia. Por um lado, a prática da pesquisa beneficia-se de informações previamente

sistematizadas e disponíveis, sobretudo em arquivos públicos, para, então, a partir de um questionamento ou problematização reorganizar tais informações, elaborando novos conhecimentos e fornecendo perspectivas atuais sobre o tema. Já as práticas de registro e comunicação científica contribuem no sentido de divulgar registros mediando conhecimentos que perduram e são transmitidos ao longo do tempo, favorecendo o acesso à informação confiável e a elaboração de memórias sobre as violações de direitos humanos cometidas pelo regime autoritário.

As teses e dissertações defendidas no PPGHS-USP se revelaram documentos com grande potencial para exploração em estudos posteriores, visto que as investigações realizadas nesta pesquisa podem ser ampliadas e incrementadas por outros instrumentos de análises, sobretudo em relação aos aspectos da análise temática e das referências bibliográficas. Acredita-se ser necessário aprofundar nas análises sobre a relação que é estabelecida entre a escolha da perspectiva temática e a busca por fontes informacionais, bem como suas disponibilidades de acesso. Importante também saber como os produtores, apoiados em suas produções científicas, expandem os círculos acadêmicos e fomentam o debate mais amplo na sociedade a respeito das graves violações aos direitos humanos ocorridas no período ditatorial.

## REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. Os direitos da transição no Brasil. In: ABRÃO, Paulo. GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil: estudos sobre Justiça de Transição e Teoria da Democracia**. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 33-47
- ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça. In: PAYNE, Leigh; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo (org.). **A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011.
- ALMEIDA, Guilherme Bacha de. O Conselho de Segurança Nacional e a ditadura. In.: Motta, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.
- ALVES, Glenda Gathe. **A virada hermenêutica da Comissão de Anistia: a anistia brasileira e as diferentes estratégias de reparação (2007-2010)**. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984. 337 p.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito da Informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105, set./dez. 2010
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 01-30, jan./abr. 2014.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Memórias Reveladas. **Histórico**. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/historico> Acessado em: 03 fev. 2021
- BARROS, Antônio Teixeira de. **O debate parlamentar sobre a Comissão Nacional da Verdade no Congresso Nacional Brasileiro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 104, 2020.
- BENETTI, Pedro et al. As políticas de memória, verdade, justiça e reparação no primeiro ano do governo Bolsonaro: entre negação e o desmonte. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 11, 2020.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **1964: um golpe de classe? (Sobre um livro de René Dreifuss)**. Lua Nova: Revista de Cultura Política, São Paulo, n. 53, 2003.
- BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da

República; confere aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, excluída a apreciação judicial desses atos; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br//CCIVIL\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 13 de dezembro de 1968**. Suspende a garantia do habeas corpus para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br//CCIVIL\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente da República, à organização dos três Poderes; suspende garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e a de exercício em funções por tempo certo; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br//CCIVIL\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-02-65.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Parte V: conclusões e recomendações. In: **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. v. 1, cap. 18, p. 961-975.

BRASIL. **Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4553.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4553.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. **Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005**. Dispõe sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/D5584.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/D5584.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. **Decreto nº 79.099, de 06 de janeiro de 1977.** Aprova o Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos. Brasília, DF: Presidência da República, 1977. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D79099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D79099.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. **Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.** Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. **Lei nº 10.536, de 14 de agosto de 2002.** Altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou de acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10536.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10536.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. **Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.** Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. **Lei nº 10.875, de 1º de junho de 2004.** Altera dispositivos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2004/Lei/L10.875.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Lei/L10.875.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. **Lei nº 11.111, de 05 de maio de 2005.** Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11111.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11111.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.** Concede anistia e dá outras

providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. **Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995**. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9140.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.151, de 31 de maio de 2001**. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/Antigas\\_2001/2151.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2151.htm) Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. Ministério da Economia. Portaria nº 674, de 30 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a atualização do Plano Plurianual 2016-2019. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 2019. Seção 1 – Extra. p. 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-674-de-30-de-dezembro-de-2019-236173162> Acesso em: 22 fev. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. REUNI. **O que é o REUNI**. 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni> Acessado em: 25 fev. 2021

BUENO, Bruno Bruziguessi. Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e o seu legado na constituição do Estado brasileiro contemporâneo. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 2, n. 1, p. 47-64, 2014.

BUFREM, Leilah; PRATES, Yara. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 34, n.2, p.9-25, maio/ago. 2005.

BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.67-89

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais[...]**Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

COIMBRA, Olívia Andrade; FROTA, Maria Guiomar da Cunha; GOMES, Pablo. A produção científica brasileira em relação a ditadura militar: uma análise bibliométrica na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. n. 20, 2019, Florianópolis. **Anais[...]**Florianópolis: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2019.

COMISSÃO da Verdade da Universidade de São Paulo (USP). **Relatório Final**. São

Paulo, 2018. 51p. (Relatório da Comissão Verdade da Universidade de São Paulo (USP); V. 10).

COMISSÃO Estadual da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva”. **Relatório Final**. São Paulo, 2015. 1912p. (Relatório da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo “Rubens Paiva”; Tomo I: Recomendações Gerais e Recomendações Temáticas).

CORREA, Renato Fernandes; VIEIRA, Jessica Monique de Lira. Representações visuais para recuperação de informação na BDTD/UFPE. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.4, p.18-34, out./dez. 2013

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes: 1981

ESTEVEZ, Alejandra; BANDEIRA, Fabiana. A ditadura militar como tema: uma radiografia da produção acadêmica sobre a ditadura militar brasileira. In: THIESEN, Icléia (org.). **Documentos Sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A Nova República (1985-2016) e as disputas de narrativas sobre a Lei de Anistia. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 290-306, 2019

FICO, Carlos. A ditadura documentada: acervos desclassificados do regime militar brasileiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 67-78, jul./dez. 2008

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004

FROHMANN, Bernd. Cyber ethics: bodies or bytes? **The International Information & Library Review**, v. 32, n. 3-4, p. 423-435, 2000.

FROHMANN, Bernd. Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research. **Journal of education for library and information science**, p. 12-26, 2001.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (org.). **A dimensão epistemológica da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, p. 19-34, 2006. Palestra proferida na abertura do evento ENANCIB, 7., out. 2006, Marília.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Comissão Nacional da Verdade e Lei de Acesso à Informação: informação, memória e justiça no contexto democrático pós-1988. In: MOURA, Maria Aparecida (org.). **A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p.71-84

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Memória e produção social da informação em direitos humanos: uma perspectiva latino-americana. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. especial, p.162-175, jan./mar. 2019

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Memórias da repressão e resistência: um olhar comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 1, n. 2, jan./jun. 2017

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Profissionais da informação e o acesso a documentos públicos sobre violações de direitos humanos: legislação e desafios. In: CARVALHO, Andréa Vasconcelos; BARBOSA NETO, Pedro Alves (org.). **Desafios e perspectivas em gestão da informação e do conhecimento** [recurso eletrônico]. Natal: EDUFRN, 2020. p.318-344

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha; SOUZA, Clarice Muhlethaler. Literatura cinzenta. In.: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (org.). **Fontes de Informação para pesquisadores profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

HOFFMAN, Felipe Eleutério. **Museus e memórias da repressão e da resistência no Brasil**: um estudo sobre documentos, justiça de transição e os espaços de rememoração. 2020. 308 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

HOLLANDA, Cristina. **Direitos humanos e democracia**: a experiência das comissões da verdade no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (online), v. 33, p. 1-18, 2018.

JELIN, Elizabeth. **La Lucha por el pasado**: cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017. 302 p.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

KOBASHI, Nair Yumiko; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 155-172, jan./dez. 2009.

KOBASHI, Nair Yumiko; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Institucionalização da pesquisa científica no Brasil: cartografia temática e das redes sociais por meio de técnicas bibliométricas. **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 27-36, jan./abr. 2006.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p.419-476.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; ROMANCINI, Richard. Teses e dissertações: um estudo bibliométrico na área da comunicação. In: POBLACIÓN, Dinah A.; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da. **Comunicação & produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p. 137-162.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando. Introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In.: SAYÃO, Luis Fernando *et al.* (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARICATO, João de Melo. Procedimentos metodológicos em estudos bibliométricos e cientométricos: opções e reflexões no contexto dos processos de recuperação e organização da informação. In: Costa, R. L. M. **Estudos Contemporâneos em Comunicações e Artes**: melhores teses e dissertações da ECA/USP 2010. São Paulo: ECA/USP, 2011.

MARTINS, André Saboia Martins; ISHAQ, Vivien. O legado da Comissão Nacional da Verdade: dois anos depois da publicação do Relatório, o reconhecimento judicial do direito à verdade desafia a falta de justiça efetiva. In: WESTHROP, Amy Jo et al (org.). **As Recomendações da Comissão Nacional da Verdade**: Balanços sobre a sua Implementação Dois Anos Depois. Rio de Janeiro: ISER, 2016. p. 42-65

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999. 268 p.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Histórico**. [2020]. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/historico/>. Acesso em: 14 jul. 2021

MEZAROBBA, Glenda. O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada. **Memória e Verdade**. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 37-53

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. **Páginas**: revista digital de la Escuela de Historia Universidad Nacional de Rosario, Rosario, ano 8, n. 17, p. 9-25, maio/ago. 2016.

MOURA, Elaine Monteiro Seidler de; KARPINSKI, Cezar. Memória e Ditadura Militar no Brasil: a produção científica do tema na Ciência da Informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-17, 2020.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In.: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (org.). **Fontes de Informação para pesquisadores profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014, 368 p. E-Book.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Comissão Nacional da Verdade e Comissão de Anistia articulam intercâmbio**. 2013. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2013/06/26/comiss-o-nacional-da-verdade-e-comiss-o-de-anistia-articulam-interc-mbio.html> Acessado em: 28 fev. 2021

ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo Silva. A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, número especial, p. 189-203, jan./mar. 2019.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200-212.

REGIME POLÍTICO. LEVI, Lúcio. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola.; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. v. 2. P. 1081-1084

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerda e Sociedade**. 3. ed. São Paulo: Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura no Brasil entre Memória e História. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: UFMG, 2015. p. 237–252.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan./jun. 2010. DOI: 10.1590/s0103-21862010000100008.

REMÍGIO, Rodrigo Ferraz de Castro. Democracia e Anistia Política: rompendo com a cultura do silêncio, possibilitando uma Justiça de Transição. **Revista de Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília: Ministério da Justiça, n. 1, jan./jun. 2009.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan./jun. 2011

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX - Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010. v. 1. p. 97-144.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação. In: **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX - Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010. v.1. p. 11-32.

SANGLARD, Fernanda Nalon. Justiça de transição, comissão da verdade e as especificidades do caso brasileiro. In: BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara

de Coordenação e Revisão, 2. **Justiça de transição, direito à memória e à verdade**: boas práticas. Brasília: MPF, 2018. p. 218-243

SANGLARD, Fernanda Nalon. **Verdades possíveis**: o jornalismo brasileiro e as narrativas sobre a ditadura durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2017.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. **Resolução - ALESP nº 879, de 10 de fevereiro de 2012**. Cria, no âmbito da ALESP, a Comissão da Verdade do Estado de S. Paulo para colaborar com a Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei nº 12.528, de 2011, na apuração de graves violações dos Direitos Humanos praticadas por agentes públicos estaduais, durante o período fixado no artigo 8º do ADCT, da Constituição Federal, de 1964 até 1982, no território do Estado. São Paulo, 2012. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao.alesp/2012/resolucao.alesp-879-10.02.2012.html>. Acesso em: 22 fev. 2021

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. **Lei nº 10.726, de 08 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre indenização a pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, 2021. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/norma/2615>. Acesso em: 14 jul. 2021

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SILVA, Jaime Antunes da. A importância dos arquivos para a construção da memória e no resgate da verdade histórica. In: BRÊA, Maria Elizabeth; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **O controle dos corpos e das mentes**: estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: USP, 2019. p.13-32

SILVA, Shirlene Linny da. Transição política e a construção do direito de acesso aos arquivos da/sobre a repressão. In: MOURA, Maria Aparecida (org.). **A construção social do acesso público à informação no Brasil**: contexto, historicidade e repercussões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

SOUZA, Cleiton da Mota de. **A Amazônia nas publicações científicas**: mapeando temáticas e atores. 2018. 99 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2018.

SPINAK, Ernesto. Indicadores cientificos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 141-148, maio/ago. 1998.

TARGINO, M. G. Comunicação Científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 10, n. 2, 2000.

TEDESCO, João Carlos. Memórias em batalhas: dimensão política da memória.

**Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 24, n. 34, p. 15-44, 2011

TELES, Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da lei da anistia de 1979. **Idéias**, v. 1, n. 1, p. 71-93, 2010.

TENAGLIA, Mônica. **As comissões da verdade no Brasil**: contexto histórico legal e reconstrução das estratégias e ações para o acesso aos arquivos. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

THIESEN, Icléia. Reflexões sobre documentos sensíveis, informação e memória no contexto do regime de exceção no Brasil (1964-1985). **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. especial, p.06-22, jan./mar. 2019

TORELLY, Marcelo. **Justiça de Transição e Estado Constitucional de Direito**. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Programa de Pós-Graduação em História Social. **Grade horária – semestres anteriores**. [2021]a. Disponível em: <https://ppghs.fflch.usp.br/pt-br/grade-horaria-anteriores> Acessado em: 14 jul. 2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Programa de Pós-Graduação em História Social. **Linhas de Pesquisa**. [2021]b. Disponível em: <https://ppghs.fflch.usp.br/pt-br/linhas-de-pesquisa>. Acessado em: 14 jul. 2021

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Programa de Pós-Graduação em História Social. **Histórico e objetivo**. [2020]. Disponível em: <http://ppghs.fflch.usp.br/posgraduacao/hs/programa/apresentacao>. Acessado em: 23 jul. 2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Portaria GR nº 6172, de 07 de maio de 2013**. Dispõe sobre a criação da Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.leginf.usp.br/?portaria=portaria-gr-no-6172-de-07-de-maio-de-2013-2>. Acesso em: 22 fev. 2021

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002

VIANA, Cleide Maria Quevedo Quixadá. A relação orientador-orientando na pós-graduação *stricto sensu*. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 14, n. 26, p. 93-109, jan./jun. 2008.

YIN. Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**APÊNDICE A** – Referências das teses e dissertações do PPGHS-USP

ALONSO, Leandro Seawright. **Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar Brasileiro**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

AMORIM, Maria Aparecida Blaz Vasques. **No interior... Ditadura militar e ensino superior (FAFI / UNESP): memórias sobre a intervenção na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ANCONA, Luiz Octavio Gracini. **Jean-Luc Godard no Brasil: da recepção à interdição (1961-1970)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BARROS, Bruno de. **A imprensa diária de Sorocaba: análise dos jornais Cruzeiro do Sul e Diário de Sorocaba entre 1964-1974**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BATISTA, Natália Cristina. **O tempo em processo: cultura na ditadura militar e os impasses em torno do popular na peça 'O último carro' (1964-1978)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

BIAZO, Glauber Cícero Ferreira. **Entre a ditadura e a democracia: história oral de vida acadêmica (FFLCH-USP)**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CAPELLARI, Marcos Alexandre. **O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARTOCE, Raquel Elisa. **O milagre anunciado: publicidade e a ditadura militar brasileira (1968-1973)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CONCAGH, Tiago Bosi. **Pois é, pra quê: Sidney Miller e Sérgio Ricardo entre a crise e a transformação da MPB (1967-1974)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

- COSTA JÚNIOR, Hélio Moreira da. **O onírico desacorrentado: o movimento cineclubista brasileiro (do engajamento estético à resistência política nos anos de chumbo - 1928 - 1988)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CRUZ, Fábio Lucas da. **Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- CRUZ, Fábio Lucas da. **Frente Brasileño de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- CURI, Isadora Volpato. **Juristas e o Regime Militar (1964-1985): atuação de Victor Nunes Leal no STF e de Raymundo Faoro na OAB**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- DELMANTO, Júlio. **História social do LSD no Brasil: os primeiros usos medicinais e o começo da repressão**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- DOTTA, Renato Alencar. **Elementos verdes: os integralistas brasileiros investigados pelo DOPS-SP (1938-1981)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- ESPILOTRO, Tiago P Ferro. **A moral da história: a produção humorística de Millôr Fernandes na revista Veja (1968-1982)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. **Memória da resistência à ditadura: uma análise do filme Batismo de Sangue**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- FERNANDES, Fernando Seliprandy. **Documentário e memória intergeracional das ditaduras do Cone Sul**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- FERNANDES, Fernando Seliprandy. **Imagens divergentes, "conciliação" histórica: memória, melodrama e documentário nos filmes O que é isso, companheiro: E Hércules 56**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. **Partido Operário Comunista (POC): história e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FRANÇA, Andréa da Conceição Pires. **Doutrina e legislação**: os bastidores da política dos militares no Brasil (1964-1985). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FRANCISCO, Luciano Vieira. **Ziraldó**: análise de sua produção gráfica n'O Pasquim e no Jornal do Brasil (1969-1977). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GOMES, Caio de Souza. **'Cada verso é uma semente no deserto do meu peito'**: exílio, resistência e conexões transnacionais na canção engajada latino-americana (anos 1970). 2019. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

GUMIERI, Julia Cerqueira. **A construção possível**: inclusão e revisão do direito à memória e à verdade no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

HEREDIA, Cecília Riquino. **A caneta e a tesoura**: dinâmicas e vicissitudes da censura musical no regime militar. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

JOFFILY, Mariana Rangel. **No centro da engrenagem**: Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

KÖSSLING, Karin Sant' Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LOURENÇO, Elaine. **Professores de História em cena**: trajetórias de docentes na escola pública paulista (1970 - 1990). 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LUNARDI, Rafaela. **Preparando a tinta, enfeitando a praça: o papel da MPB na 'abertura política' brasileira (1977-1984)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MACEDO, Daniel Almeida de. **Mato Grosso**: governo, política e sociedade (1977-2010). 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MACEDO, Francisco Barbosa de. **A greve de 1980**: redes sociais e mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. 2010. Dissertação (Mestrado

em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MACIEL, Wilma Antunes. **Militares de esquerda**: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974). 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MACIEL, Wilma Antunes. **Repressão judicial no Brasil**: o capitão Carlos Lamarca e a VPR na justiça militar (1969-1971)'. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MATE, Alexandre Luiz. **A produção teatral paulistana dos anos 1980**: rabiscando com faca o chão da história: tempo de contar os prejuízos em percursão de andança. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. **Em nome da segurança nacional**: os processos da justiça militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MAUÉS, Eloisa Aragão. **Em câmara lenta', de Renato Tapajós**: a história do livro, experiência histórica da repressão e narrativa literária. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MEIRELLES, Renata. **Acender as velas já é profissão**: a atuação da Anistia Internacional em relação ao Brasil durante a ditadura (1961-1981). 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MESQUITA, Regina Marcia Bordallo de. **Da bossa à barricada?** Engajamento político e mercado na carreira de Geraldo Vandré (1961-1968). 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. **Como pode um povo vivo viver nesta carestia'**: o movimento do custo de vida em São Paulo (1973-1982). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MORAES, Leticia Nunes de. **Cotidiano e política**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MULLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NEVES, Deborah Regina Leal. **A persistência do passado**: patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NEVES, Joana. **O ensino público vocacional em São Paulo**: renovação educacional como desafio político - 1961-1970. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Lucas Monteiro de. **As dinâmicas da luta pela anistia na transição política**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Sergio Luiz Santos de. **Caminhando com os próprios pés**: a formação política e teórica da ORM-POLOP (1956-1967). 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Sergio Luiz Santos de. **O grupo (de esquerda) de Osasco. Movimento estudantil, sindicato e guerrilha (1966-1971)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PAULA, Adriana das Graças de. **Pensar a democracia**: o movimento feminino pela anistia e as Mães da Praça de Maio (1977-1985). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PEZZONIA, Rodrigo. **Exílio em Português**: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982). 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PONCE, André Luiz Godoy. **Florão da América**: o projeto do Brasil Grande, a política externa e a diplomacia presidencial durante o regime militar (1964-1973). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RESENDE, Pâmela de Almeida. **Ser um embaixador não é um mar de rosas**: o sequestro de Charles Burke Elbrick no Brasil em 1969. 2019. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RIBEIRO, David Ricardo Sousa. **Da crise política ao golpe de estado**: conflitos entre o poder executivo e o poder legislativo durante o governo João Goulart. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Experiência de luta na emancipação feminina**: mulheres na ALN. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. **Relações de poder no feminismo paulista - 1975 a 1981**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ROCHA, Luiz Guilherme Burlamaqui Soares Porto. **A dança das cadeiras: a eleição de João Havelange à presidência da FIFA (1950-1974)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ROCHA, Max Filipe Nigro. **Em busca do feitiço perdido: a revista Placar entre a Seleção Brasileira de 1982, a Revolução São-Paulina e a Democracia Corinthiana (1979-1984)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RODRIGUES, Flávio Luís. **Marinheiros contra a ditadura brasileira: AMFNB, prisão, guerrilha - nacionalismo e revolução?**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ROSA, Cayo Candido. **Gustavo Dahl e a Embrafilme: discurso e prática**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ROSA, Johnny Roberto. **À perlaboração de um passado traumático: do reconhecimento das vítimas e atrocidades do passado à superação dos legados das experiências de violência da ditadura civil-militar no Brasil**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ROSELL, Mariana Rodrigues. **"Ator sem consciência é bobo da corte": frentismo cultural e realismo crítico na dramaturgia brasileira de matriz comunista, 1973-1979**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Osasco 1968: a greve no feminino e no masculino**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTANA, Flavia de Angelis. **Atuação do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTANA, Flavia de Angelis. **Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Luciano Felipe dos. **Paul Aussaresses: um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTOS, Marcio Hideo dos. **Eles não usam blacktie**: um estudo sobre cinema e história (Leon Hirzman, 1981). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTOS, William Gama dos. **A política de ciência e tecnologia e o modelo brasileiro de desenvolvimento na formação do polo tecnológico de Campinas**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. **A 'mulher brasileira' em ação**: motivações e imperativos para o golpe de 1964. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SEVILLANO, Daniel Cantinelli. **Pro dia nascer feliz?** Utopia, distopia e juventude no rock brasileiro da década de 1980. 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SEVILLANO, Daniel Cantinelli. **Somos os filhos da revolução**: estudantes, movimentos sociais, juventude e o fim do regime militar (1977-1985). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Dayane Soares da. **Informar para prevenir**. Agir para reprimir': a repressão política dopsiana ao movimento estudantil universitário de São Paulo na ditadura civil-militar brasileira (1968-1978). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, Eça Pereira da. **O Centro de Altos Estudos Militares (Peru) e a Escola Superior de Guerra (Brasil) 1948-1968**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Giovana Capucim e. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista**: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, Marcos Rafael da. **As desventuras de Os Zeróis**: cartuns e charges de Ziraldo, entre intenção e condição (1967-1972). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, Tadeu Antonio Dix. **Ala vermelha**: revolução, autocrítica e repressão judicial no Estado de São Paulo (1967-1974). 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOARES, Teresinha Rodrigues Prada. **A utopia no horizonte da música nova**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, Glauco Costa de. **"Permanecer em mim" e no meu "itinerário": as interfaces do integrismo católico na trajetória dos intelectuais do grupo Permanência na França (1975-1989)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SWENSSON JUNIOR, Walter Cruz. **Os limites da liberdade: a atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento de crimes políticos durante o regime militar de 1964 (1964-1979)**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TALARICO, Fernando Braga Franco. **Padre que amava Moça que amava Carlos que amava Joaquim que amava**: Dimensões histórico-críticas do diálogo entre o longa-metragem O padre e a moça (Joaquim Pedro de Andrade, 1965) e o poema 'O padre, a moça' (Carlos Drummond de Andrade, 1962). 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TAVARES, Rodrigo Rodriguez. **Desenhando a Revolução: a luta de imagens na imprensa comunista (1945-1964)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TEIXEIRA, Mônica. **1964 na USP: O IPM da Faculdade de Medicina como uma produção da direita paulista**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TELES, Janaina de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

THOMÉ, Luciano. **Sexo, drogas e... histórias em quadrinhos!!!: política de consciência e economia do prazer nos quadrinhos alternativos brasileiros pós-ditadura (1985-1995)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

TOSTES, Octavio Hermann. **A cor do milagre: o advento da tv em cores no Brasil do regime militar**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.